



# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Área de Proteção Ambiental  
Cabeceiras do Rio Cuiabá  
e Parque Estadual Águas do Cuiabá

SEMA  
Secretaria  
de Estado  
de Meio Ambiente



Apoio



COMUNIDADES TRADICIONAIS,  
POVOS INDÍGENAS E  
ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS  
AMAZÔNIA E CERRADO



Governos Estaduais:  
Goiás, Maranhão,  
Mato Grosso e Minas Gerais



Nature's  
International Climate  
and Forest Initiative





# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

.....

## Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá

.....

Cuiabá/MT, 2022

.....

Realização

SEMA  
Secretaria  
de Estado de  
Meio Ambiente



Governo de  
**Mato  
Grosso**



Financiamento

Apoio



**COPAÍBAS**  
COMUNIDADES TRADICIONAIS,  
POVOS INDÍGENAS E  
ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS  
AMAZÔNIA E CERRADO



Governos Estaduais:  
Goiás, Maranhão,  
Mato Grosso e Minas Gerais



Norway's  
International Climate  
and Forest Initiative



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**SEMA**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

**MAURO MENDES**

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

**MAUREN LAZZARETTI**

SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

**ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA**

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE MEIO AMBIENTE

**VALDINEI VALÉRIO DA SILVA**

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA

**LILIAN SANTOS**

SECRETÁRIA ADJUNTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS

**LUCIANE BERTINATTO**

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO AMBIENTAL

**VÂNIA MÁRCIA MONTALVÃO GUEDES CÉZAR**

SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

**GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE AVILA**

SUPERINTENDENTE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE

**ANA PAULA MARTINS**

GERENTE DO PARQUE ESTADUAL ÁGUAS DO CUIABÁ E DA APA CABECEIRAS DO CUIABÁ

**FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – FunBEA**

**ISABEL CRISTINA MOURA CARVALHO**

PRESIDENTE

**MARCOS SORRENTINO**

VICE-PRESIDENTE

**SEMÍRAMIS BIASOLI**

SECRETÁRIA EXECUTIVA

# Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá

## FICHA TÉCNICA

### Conselho Consultivo do Parque Estadual Águas do Cuiabá e da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá:

- 1º SGT BM Rodrigo Benedito de Mello (Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso)
- 1º Ten. PM Izanilton Aparecido Gomes (Polícia Militar do Estado de Mato Grosso)
- 2º Ten. PM Renan de Oliveira Ishi (Polícia Militar do Estado de Mato Grosso)
- Adão Pereira Julião (Associação de Proteção a Vida e Meio Ambiente de Mato Grosso)
- Ademir Antônio de Figueiredo (Câmara Municipal de Rosário Oeste – MT)
- Almir Ferreira Pinto (Associação da Região da Serra Azul)
- Amilson Cláudio Neponoceno (Câmara Municipal de Rosário Oeste – MT)
- Anderson dos Santos Florêncio (Parque Sesc Serra Azul)
- Andressa dos Santos Alves (FUNAI – Fundação Nacional do Índio-MT)
- Celio Ferreira Macedo (DAE – Departamento de Água e Esgoto de Rosário Oeste-MT)
- Cleberson de Souza Rocha (Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT)
- Cristiane Anzil da Silva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário Oeste-MT)
- Diana Suzete Nunes da Silva (Parque Sesc Serra Azul)
- Divino Pereira Belém (Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Distrito de Marzagão – MT)
- Doralice Armando de Arruda (Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Distrito de Marzagão – MT)
- Jerry Magno Ferreira Penha (UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso – MT)
- Edson de Oliveira Santos (Aldeia Santana Bakairi)
- Edward Bertholine de Castro (UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso – MT)
- Ereneuza da Costa (Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT)
- Eudesio da Silva (Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT)
- Fabrícia Batista da Silva (FUNAI – Fundação Nacional do Índio-MT)
- Francisco Siqueira Sampaio (Associação da Região da Serra Azul)
- Francisco Teodoro da Silva (FEPESC – Federação de Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso - Colônia de Pescadores de Rosario Oeste)
- Gleysiana Souza Lutke (Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT)
- Isabela Victor Braun (FONASC – CBH)
- Jessica Mendes de Sa (Votorantim Cimentos S.A)
- Joacy Inácio da Silva (SINTSPROESTE - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Rosário Oeste - MT)
- João Clímaco Soares de Mendonça Filho (FONASC – CBH)
- Jonas Neves de Campos (FEPESC – Federação de Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso - Colônia de Pescadores de Rosario Oeste)
- José Moreira Viegas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Brasilândia)
- José Ricardo Soares (Aldeia Santana Bakairi)
- Júlio Cesar da Conceição Almeida (DAE – Departamento de Água e Esgoto de Rosário Oeste-MT)

- Maria Sidnei Modesto (Prefeitura Municipal de Nobres – MT)
- Martinho Dall Oglio Junior (Prefeitura Municipal de Santa Rita Do Trivelato – MT)
- Meire Cristina Mello Duarte (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário Oeste-MT)
- Micael Miqueias Calisto (Prefeitura Municipal de Nobres – MT)
- Nadine Hoffmann da Silva (Votorantim Cimentos S.A)
- Noel Inácio da Silva (Associação de Proteção a Vida e Meio Ambiente de Mato Grosso)
- Patrícia Regina da Silva (Prefeitura Municipal de Santa Rita Do Trivelato – MT)
- Paulo Afonso Ribeiro (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Brasilândia)
- Selma Anzil da Silva (SINTSPROESTE - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Rosário Oeste – MT)
- TC BM Mario Henrique Faro Ferreira (Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso)

### **Coordenação metodológica do processo participativo de construção do PPP**

- Maria Henriqueta Andrade Raymundo (FunBEA)
- Cintia Güntzel-Rissato (FunBEA)

### **Apoio à facilitação metodológica da construção do PPP**

- Ligia Maria Ortega Jantalia (FunBEA)

### **Mobilização Social e logística**

- Ana Paula Martins (CUCO/SEMA)
- Cintia Güntzel-Rissato (FunBEA)
- Gracileide Fernandes (SUEAC/SEMA)
- Jurandi Benedito de Arruda (CUCO/SEMA)
- Maria Henriqueta Andrade Raymundo (FunBEA)
- Odila Weippert (SUEAC/SEMA)
- Rosana Manfrinate (SUEAC/SEMA)

### **Sistematização e Redação**

- Cintia Güntzel-Rissato (FunBEA)
- Maria Henriqueta Andrade Raymundo (FunBEA)

### **Revisão do texto**

- Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão/Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
- Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (SuBIO)/Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
- Conselho Consultivo da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá

### **Fotografia**

- Daniel Alfonso Leon

### **Projeto gráfico e diagramação**

- Izabel Portugal / Pedro Luis Vieira

### **Apoio**

- Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MP-MT)

---

**A construção deste PPP foi financiada com recurso proveniente do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), destinado pelo MP-MT.**

---

## LISTA DE FIGURAS

<b>Fig. 01</b>	Encontros formativos virtuais	15
<b>Fig. 02</b>	Atividades pedagógicas do Processo de Formação com o Conselho	16
<b>Fig. 03</b>	Atividades desenvolvidas com a diversidade de atores da APA e sua área de influência.	17
<b>Fig. 04</b>	Oficinas virtuais com Gestores públicos, lideranças, professoras(es), Guias de Turismo e Monitores Ambientais	18
<b>Fig. 05</b>	Atividades desenvolvidas com diversidade de atores da APA e sua área de influência	19
<b>Fig. 06</b>	A construção do PPP e seus eixos.	20
<b>Fig. 07</b>	Imagem do encerramento da 1ª imersão presencial junto ao Conselho Consultivo	21
<b>Fig. 08</b>	Imagem do encerramento da 2ª imersão presencial junto ao Conselho Consultivo	21
<b>Fig. 09</b>	Mapa físico do Estado de Mato Grosso. Fonte: IBGE, 2021.	25
<b>Fig. 10</b>	Biomassas do Estado de Mato Grosso	29
<b>Fig. 11</b>	Mapa da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá (APACRC) e do Parque Estadual Águas do Cuiabá	35
<b>Fig. 12</b>	Mapa da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá no contexto das áreas prioritárias para conservação no Cerrado	36
<b>Fig. 13</b>	Divisão Hidrográfica de Mato Grosso em Regiões Hidrográficas Nacionais.	37
<b>Fig. 14</b>	Divisão hidrográfica de Mato Grosso em Regiões Hidrográficas Regionais (Macrobasins).	37
<b>Fig. 15</b>	Distribuição das plantas/ambiente do cerrado. S.d. = sem dados	39
<b>Fig. 16</b>	A importância biológica das UCs. Fonte WWF Brasil (2018).	42
<b>Fig. 17</b>	A importância biológica dos Parques Estaduais de Mato Grosso. 43	
<b>Fig. 18</b>	Mapa de desmatamento acumulado até 2016 na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá	45
<b>Fig. 19</b>	Mapa com limites de imóveis Rurais (CAR) e desmates ocorridos de 2012 à 2016	46
<b>Fig. 20</b>	Mapa do estado de Mato Grosso com a localização dos povos originários.	49
<b>Fig. 21</b>	Mapa com a localização dos agricultores familiares.	51
<b>Fig. 22</b>	Mapa com a localização dos povos assentados no estado de Mato Grosso.	52
<b>Fig. 23</b>	Cartografia socioambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá	69

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Estrutura da vegetação nas principais fitofisionomias do Cerrado	38
<b>Tabela 2</b>	Diversidade biológica do Cerrado	39
<b>Tabela 3</b>	Diversidade de mamíferos no cerrado	40

<b>Tabela 4</b>	Aves com ocorrência no Cerrado	40
<b>Tabela 5</b>	Diversidade de répteis no Cerrado	41
<b>Tabela 6</b>	Diversidade de peixes que ocorrem no Cerrado	41
<b>Tabela 7</b>	Diversidade de anfíbios que ocorrem no Cerrado	41
<b>Tabela 8</b>	Diversidade de insetos que ocorrem no Cerrado	42
<b>Tabela 9</b>	Municípios da APACRC	44
<b>Tabela 10</b>	Segmentos Econômicos com Concentração.	44
<b>Tabela 11</b>	Estabelecimentos Agropecuários	47
<b>Tabela 12</b>	Utilização da terra nos territórios de Rosário Oeste e Nobres	47
<b>Tabela 13</b>	Características dos estabelecimentos agropecuários dos municípios que compõem a APACRC e do PEAC.	53
<b>Tabela 14</b>	Assentamentos na área dos municípios que compõem a APACRC e PEAC.	54
<b>Tabela 15</b>	Instituições de ensino	55
<b>Tabela 16</b>	Taxa de escolarização e IDEB	56
<b>Tabela 17</b>	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos	56
<b>Tabela 18</b>	Instituições e organizações presentes nos municípios que compõem a APA.	70
<b>Tabela 19</b>	Marcos de PPP nas Políticas Públicas Socioambientais do Brasil	77
<b>Tabela 20</b>	Indicadores	102

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANPPEA</b>	Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental
<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>APACRC</b>	Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá
<b>CEHIDRO</b>	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
<b>CNUC</b>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
<b>CUCO</b>	Coordenadoria de Unidades de Conservação
<b>DAE</b>	Departamento de Águas e Esgotos
<b>DEA</b>	Departamento de Educação Ambiental
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>ENCEA</b>	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
<b>FEPESC / MT</b>	Federação dos Pesqueiros e Aquicultores do Estado de Mato Grosso
<b>FONASC/CBH</b>	Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>FunBEA</b>	Fundo Brasileiro de Educação Ambiental
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICV</b>	Instituto Centro de Vida



<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INTERMAT</b>	Instituto de Terras de Mato Grosso
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>MAB</b>	Movimento de Atingidos por Barragens
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MMC</b>	Movimento de Mulheres Camponesas
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MPMT</b>	Ministério Público do Estado de Mato Grosso
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PCHs</b>	Pequenas Centrais Hidrelétricas
<b>PEAC</b>	Parque Estadual Águas do Cuiabá
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNEA</b>	Política Nacional de Educação Ambiental
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PPPea</b>	Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
<b>ProFEA</b>	Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais
<b>ProNEA</b>	Programa Nacional de Educação Ambiental
<b>SEUC</b>	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
<b>SEMA</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
<b>SEPLAN</b>	Secretaria do Planejamento
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
<b>SUEAC</b>	Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão
<b>TI</b>	Terra Indígena
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UCs</b>	Unidades de Conservação
<b>UFMT</b>	Universidade Federal de Mato Grosso
<b>UHEs</b>	Usinas Hidrelétricas
<b>WWF</b>	Fundo Mundial para a Natureza (World Wild Fundation For Nature)
<b>ZSEE</b>	Zoneamento Socioeconômico Ecológico

# Sumário

---

APRESENTAÇÃO	11
POR ONDE CAMINHAMOS: METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP	12
EIXOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	22
<b>Eixo Situacional</b>	23
Parte 1 - Caracterização socioambiental da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá	24
Contexto Estadual	24
Contexto Regional	33
Características Biofísicas	35
Uso e Ocupação do Solo	44
Povos e Comunidades Tradicionais da Área de Abrangência da APACRC e PEAC	47
Povos Originários	47
Ribeirinhos	49
Agricultores Familiares e Grupos de Assentados	50
Instituições e Organizações	55
Instituições de Ensino	55
Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos	56
Estrutura Administrativa da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá	57
Parte 2 - Diagnóstico Participativo	60
Potencialidades Socioambientais	60
Conflitos e Problemas Socioambientais na Região	63
Demandas Socioeducativas da Região	66
Diálogos sobre o Conselho Consultivo	67
Cartografia Socioambiental	68
Instituições e Organizações da APA e sua Área de Influência	69

---

<b>Eixo Conceitual</b>	<b>73</b>
Fundamentos do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental	74
Tecendo Significados sobre o Lugar em que Vivemos e Atuamos	78
A APA, o Parque e os Sonhos	80
Que Educação Ambiental Queremos na APA e no Parque	82
Diretrizes do PPP da APACRC e do PEAC	86
<b>Eixo Operacional</b>	<b>87</b>
Objetivos do PPP	88
Linhas de Ação do Eixo Operacional	88
Plano de Ação do PPP	89
Monitoramento e Avaliação	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105



# APRESENTAÇÃO

Apresenta-se aqui o Projeto Político Pedagógico (PPP) de Educação Ambiental (EA) da Área de Proteção Ambiental (APA) Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá (PEAC), unidades de conservação (UCs) localizadas no bioma Cerrado do estado de Mato Grosso (MT).

O PPP se caracteriza como um instrumento de gestão e implementação de políticas públicas de educação ambiental e foi construído por meio de um processo participativo, no período de setembro de 2021 a novembro de 2022, pela Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SUEAC/SEMA-MT) em parceria com o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e apoio do Ministério Público do estado de Mato Grosso (MP-MT).

O processo participativo envolveu diferentes atores sociais, entre eles destacam-se o Conselho Consultivo das referidas unidades de conservação, prefeituras municipais de Rosário Oeste, Nobres, Santa Rita do Trivelato, Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia e Planalto da Serra, lideranças locais, associações de moradores, povos originários, guias de turismo e jovens.

Este instrumento de políticas públicas está organizado em três eixos: o Situacional que apresenta um diagnóstico e leitura sobre a realidade socioambiental local e regional; o eixo Conceitual que traz os fundamentos teórico-práticos, os significados de viver na região, os sonhos coletivos e as diretrizes gerais deste PPP e, por fim, o eixo Operacional com um plano de ação para ser executado nos próximos 30 meses, devendo ser monitorado, avaliado e renovado periodicamente.

As metodologias utilizadas para construir o presente PPP promoveram mobilização social, diagnóstico participativo, formação dialógica, articulações e planejamento coletivo com as expectativas de que este instrumento seja vivo e possibilite um processo educador ambiental permanente e transformador rumo às sociedades sustentáveis.

# POR ONDE CAMINHAMOS: METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP

---

Construir um Projeto Político Pedagógico exige rigor técnico-metodológico e compromisso democrático participativo como oportunidade de promover o exercício da cidadania. Trata-se de uma busca pela transformação socioambiental com bases no equilíbrio ecológico e cuidados essenciais ao bem comum, pensado aqui a partir de exemplos como a água, o ar, as florestas, a biodiversidade, a cultura, a história, a dignidade humana, assim como as políticas públicas.

A fundamentação metodológica da construção deste PPP foi alicerçada em pesquisas qualitativas, processos de ensino-aprendizagem com base na pedagogia da práxis e educação ambiental crítica.

Segundo Gadotti (2005, p. 240) “a pedagogia da práxis pretende ser uma pedagogia para a educação transformadora” considerando a incompletude do ser humano “que se transforma na medida mesma em que transforma o mundo”.

A educação ambiental crítica utiliza-se da pedagogia da práxis que propicia a reflexão sobre as ações realizadas a fim de ressignificar as práticas ao mesmo tempo em que as práticas alimentam as reflexões. As teorias precisam estar conectadas às práticas, devem ser inseparáveis, num processo permanente de ação-reflexão-ação e teoria-prática-teoria.

Neste sentido, o processo participativo de construção do PPP da APA e Parque Estadual estava, também, fundamentado pelos marcos legais das políticas públicas do Brasil, como a Lei Federal nº 9795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA); a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA) (MMA, 2018), assim como a Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso (Lei nº 10903/2019) que traz em seu artigo primeiro a educação ambiental compreendida como:

*os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal, por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem e compartilham valores sociais, espirituais, étnicos, culturais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências, voltadas à sensibilização, prevenção, conservação, preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida e sua sustentabilidade” (MATO GROSSO, 2019).*

Além das políticas públicas de EA no país, o PPP foi elaborado com base no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que expressa objetivos de:

*contribuir para a construção de sociedades sustentáveis e equitativas ou socialmente justas e ecologicamente equilibradas e gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1995).*

Diante destas abordagens legais e teórico-metodológicas, o processo de construção do PPP centrou-se na realidade socioambiental da APA e seu entorno, porém de forma articulada com os aspectos regionais, estaduais, nacionais e globais, buscando a produção de conhecimentos pautada na pluralidade e valorização dos diferentes saberes. O processo participativo envolveu vários atores sociais, entre representantes do poder público, sociedade organizada, setor privado, comunitários e povos originários.

Devido a realidade mundial da pandemia da Covid-19, a construção do PPP foi desenvolvida em formato híbrido, contemplando atividades virtuais ou remotas e presenciais. As atividades remotas foram mediadas por várias ferramentas e aplicativos tecnológicos como as plataformas *Meet* e *Zoom*, o ambiente virtual de aprendizagem do *Moodle*, o *Padlet*, *Canva*, *SimpleMind* e *WhatsApp*.

A metodologia foi estruturada a partir de dois amplos grupos sociais: 1) Conselho Consultivo da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá; 2) Atores Sociais diversos. Para cada um destes dois grupos foram utilizadas estratégias diferentes de participação na elaboração do PPP, conforme ilustrado na figura a seguir.

## ATORES SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA APA CABECEIRAS DO RIO CUIABÁ E PARQUE ESTADUAL ÁGUAS DO CUIABÁ



## Conselho Consultivo

Foi realizado um processo formativo junto ao Conselho Consultivo das referidas Unidades de Conservação (UCs) totalizando uma carga horária de 100 horas, distribuídas ao longo do período de outubro de 2021 a novembro de 2022.

Essa formação de caráter continuado com o foco na elaboração do PPP caracterizou-se, também, numa estratégia de planejamento, diagnóstico, mobilização social e articulação comunitária e institucional propiciando a participação de atores essenciais nessa construção coletiva e teve os seguintes objetivos gerais:

- **Propiciar a formação dialógica e fortalecimento do Conselho Consultivo;**
- **Estabelecer espaços democráticos de diálogos, reflexões, construção e produção de conhecimentos para a elaboração do PPP;**
- **Contribuir para a mobilização social, participação e engajamento de atores sociais da APA e do Parque Estadual na elaboração do PPP.**

A formação da construção do PPP realizada junto ao Conselho Consultivo foi desenvolvida por meio de cinco encontros virtuais de 2h30min de atividades cada, além de três encontros presenciais, chamados de imersão, com 3 dias de atividades cada um.

### FORMAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO



O processo formativo contemplou um amplo conjunto de técnicas metodológicas, dentre elas ressaltamos: grupos de trabalho; palestras; educomunicação com a produção coletiva de vídeo, teatro, jornal, música, poesia; café compartilha/world café; questionário; leituras e escritas coletivas; revisão de textos; dinâmicas lúdicas; rodas de conversa; visitas técnicas nos territórios; mapeamento participativo.

Os temas abordados foram: Política e Programa Nacional de Educação Ambiental; Política Estadual de Educação Ambiental do Mato Grosso; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; Conceitos, Histórico e Exemplos de Projetos Políticos Pedagógicos no Brasil como instrumentos de políticas públicas de educação ambiental; Conceitos e Princípios de Educação Ambiental e de Educomunicação; Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação; Monitoramento e Avaliação da Educação Ambiental; Realidade Socioambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá.



Ao mesmo tempo em que os participantes da formação tinham a oportunidade do acesso facilitado às informações, do diálogo e reflexão, estavam também construindo o PPP, num movimento de ensino-aprendizagem onde todos são protagonistas em busca de compreender, organizar, articular, sistematizar, planejar, priorizar, executar e monitorar os processos pedagógicos socioambientais das unidades de conservação.

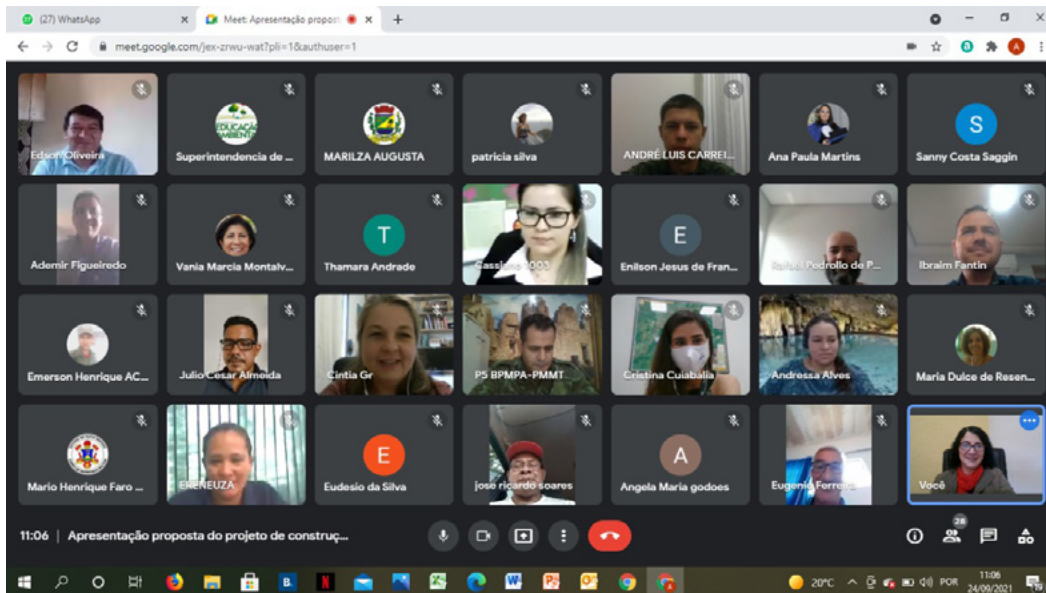
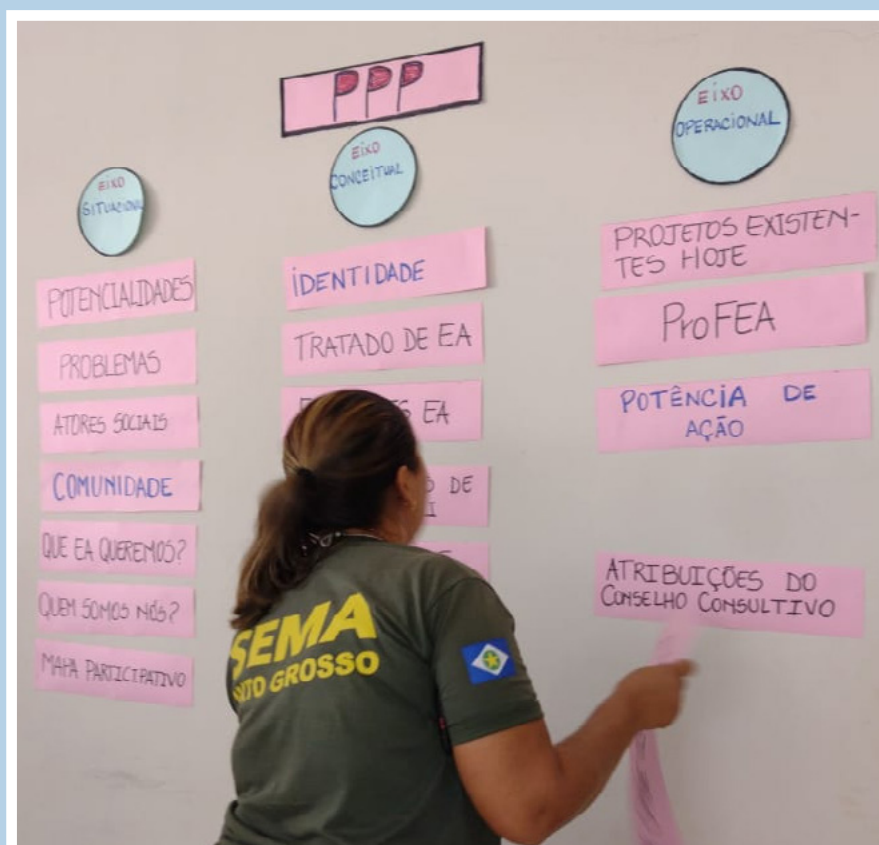


Fig 01 – Encontros formativos virtuais



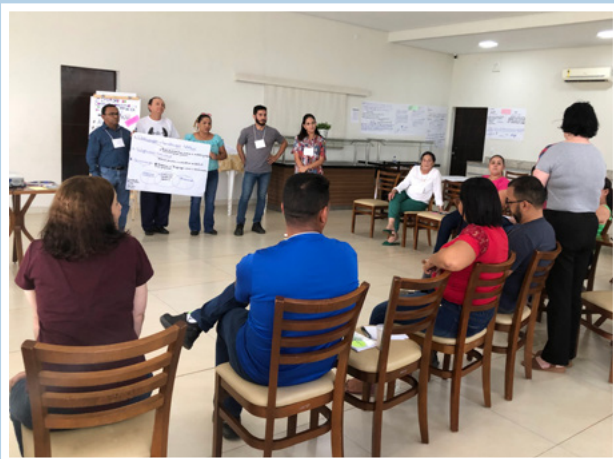


Fig. 02 – Atividades pedagógicas do Processo de Formação com o Conselho

## Diversidade de Atores Sociais

Além do Conselho Consultivo, outros atores sociais da APA e região foram envolvidos no processo de construção deste PPP, a saber: lideranças locais, povos originários da etnia Bakairi da Terra Indígena Santana, guias de turismo, monitores ambientais, professoras(es), profissionais da educação, associações de moradores, jovens, gestoras(es) públicos e técnicos da SEMA-MT e das prefeituras municipais de Rosário Oeste, Nobres, Planalto da Serra, Santa Rita do Trivelato, Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia.

No período de março a outubro de 2022 a diversidade de atores sociais foi envolvida na construção do PPP a partir de um conjunto de atividades, conforme demonstrado na figura 03:

### ATIVIDADES COM A DIVERSIDADE DE ATORES SOCIAIS

3 Oficinas virtuais com gestores públicos, guias de turismo, monitores ambientais, lideranças comunitárias

Roda de Conversa presencial com a Aldeia Santana - Povo Bakairi

Aplicação online de Questionário

Oficina presencial com jovens

Oficina presencial de Políticas Públicas e Planos Municipais de Educação Ambiental - com Prefeituras

4 Rodas de Conversa e oficinas comunitárias presenciais

Reuniões de articulação institucional e comunitária (presenciais e virtuais)

Fig. 03 - Atividades desenvolvidas com a diversidade de atores da APA e sua área de influência.

Este conjunto de atividades possibilitou o desenvolvimento de técnicas como palestras; grupos de trabalho; questionário; dinâmicas lúdicas; rodas de conversa; visita técnica e mapeamento participativo. Neste cenário metodológico a diversidade de atores sociais participou na construção do PPP por meio de diálogos, debates, cooperação, acesso às informações socioambientais, formação e autoformação.



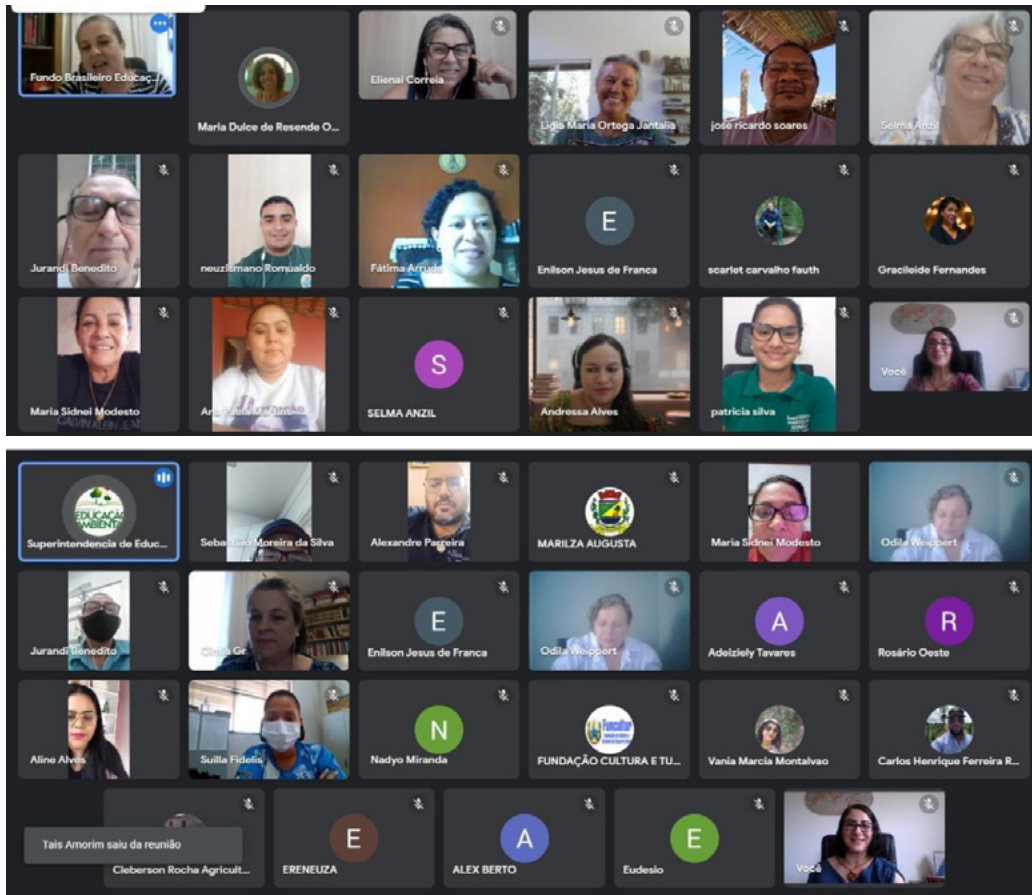


Fig. 04 – Oficinas virtuais com Gestores públicos, lideranças, professoras(es), Guias de Turismo e Monitores Ambientais





Fig. 05 – Atividades desenvolvidas com diversidade de atores da APA e sua área de influência.

De modo geral, o processo participativo de construção do PPP da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá possibilitou identificar, mapear, dialogar, refletir e registrar os aspectos socioambientais e os processos socioeducativos e suas inter-relações, numa leitura crítica da realidade conectada a região, estado, país e globo. A partir das estratégias metodológicas, que envolveram o Conselho Consultivo e a diversidade de atores sociais na construção do PPP, foi possível fazer escutas com atenção, criar espaços comunicativos horizontais nos quais todas as pessoas tinham liberdade para se expressar, fortalecendo o ambiente de diálogo, confiança e cooperação.

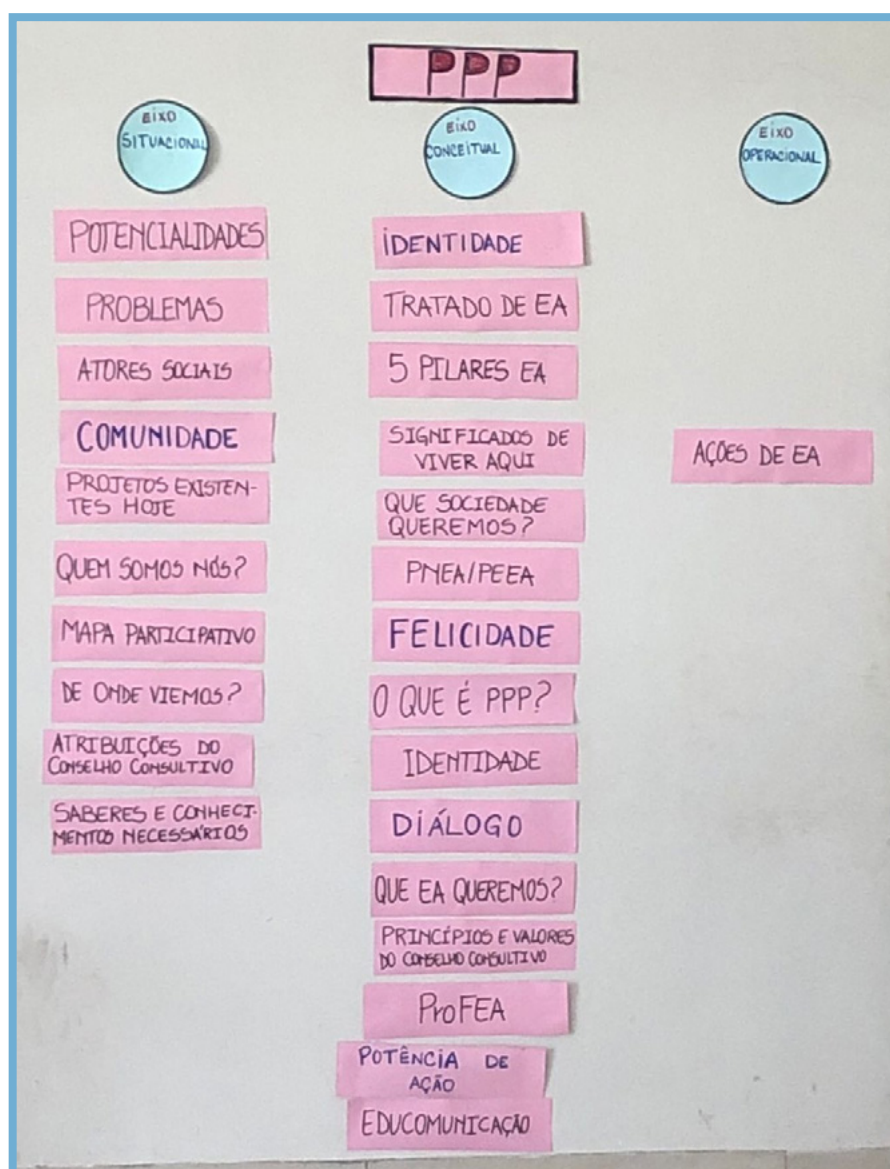


Fig. 06 – A construção do PPP e seus eixos.



Fig. 07 - Imagem do encerramento da 1ª imersão presencial junto ao Conselho Consultivo

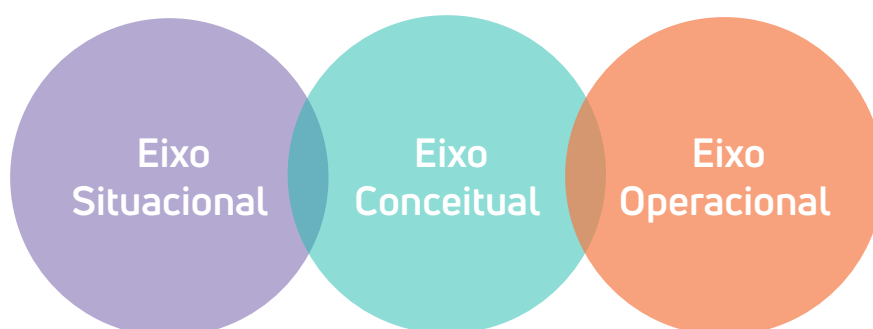


Fig. 08 - Imagem do encerramento da 2ª imersão presencial junto ao Conselho Consultivo

## EIXOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O projeto político pedagógico é um instrumento para implementar uma proposta educacional, onde estão definidas as suas diretrizes filosóficas, suas bases conceituais e políticas e sua operacionalização; sendo sempre um produto inacabado, pois é um processo de gestão contínuo orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo, sendo, portanto, um documento identitário no qual os sujeitos se veem e atuam sobre suas demandas e propostas (BRASIL, 2006).

Este instrumento político-pedagógico que visa colocar em prática a educação ambiental na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá é constituído por três eixos: o eixo situacional, o eixo conceitual e o eixo operacional.







## Eixo Situacional

---

O eixo situacional apresenta a realidade do território a partir da caracterização socioambiental da APA e do Parque, construído com dados oficiais governamentais, revisão bibliográfica científica e do diagnóstico participativo que possibilitou o Conselho Consultivo e os vários segmentos da população local mergulharem na sua realidade com diálogos e reflexões para trazerem as suas percepções socioambientais.

Deste modo, o eixo situacional é apresentado a seguir em duas partes. A primeira parte trata-se de um diagnóstico documental. Enquanto a segunda parte é fruto do processo participativo que envolveu o Conselho Consultivo e a diversidade de atores sociais.

## Parte 1

# Caracterização Socioambiental da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá

### Contexto Estadual

A Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e o Parque Estadual Águas do Cuiabá estão localizados no estado de Mato Grosso.

O estado de Mato Grosso possui uma população de 3.035.122 habitantes, com densidade populacional de 3,36 hab/km<sup>2</sup>, onde 81,9% da população vivem na zona urbana e 18,1% na zona rural (IBGE, 2010). A população do Estado foi constituída a partir de povos bastante diversos: índios, pretos, portugueses e espanhóis e, atualmente, "41% dos moradores do estado nasceram em outras partes do país ou no exterior" (MATO GROSSO, 2021).

Mato Grosso (Fig. 09) apresenta uma área de 903.207,050 km<sup>2</sup> de extensão (IBGE, 2020) o que o torna o 3º maior estado do Brasil, possuindo uma área urbana de 519,7 km<sup>2</sup>.

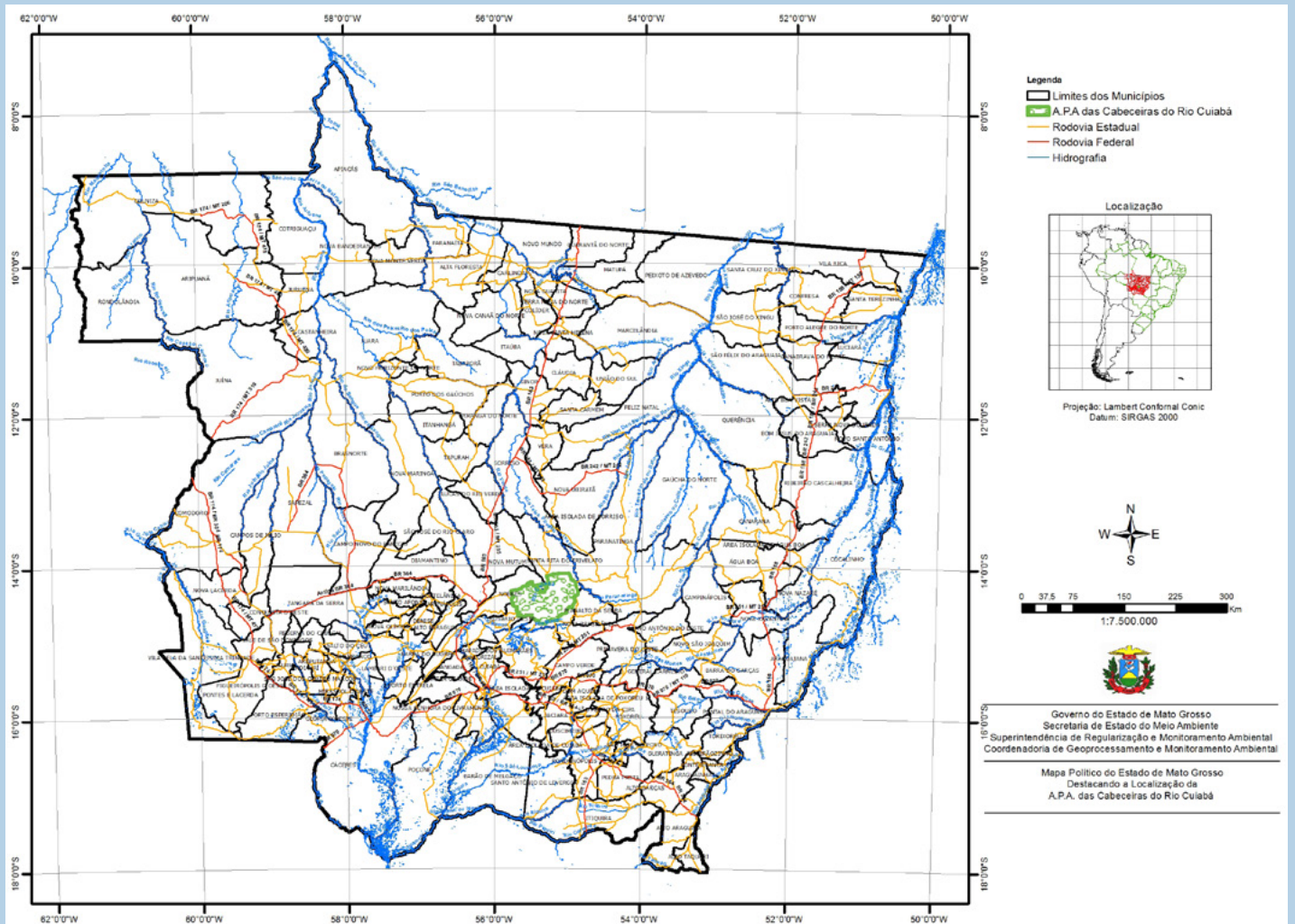


Fig. 09 – Mapa físico do Estado de Mato Grosso.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

Por ser um estado com território fronteiro internacional e fazer parte da Amazônia brasileira é tido como um “espaço estratégico, ao qual tem sido atribuído relevante papel nos planos de desenvolvimento nacional e de integração sul-americana” (HIGA, 2005, p.8).

Na década de 1970, começou a receber estímulos para a sua ocupação com incentivos federais e estaduais o transformando em um dos maiores produtores agropecuários do Brasil, provocando a interiorização da economia, crescimento populacional e intensa urbanização que, aliado a vários fatores (inclusive político), foram decisivos para a criação de vários municípios (*Ibid.*, p.9). Segundo a mesma autora, no período citado, Mato Grosso passou por significativas mudanças tanto no meio rural quanto no meio urbano, podendo-se destacar: “a implantação de grandes eixos rodoviários; aumento da urbanização; expansão agropecuária; mecanização agrícola; desenvolvimento da indústria, em especial da agroindústria; avanço do setor de serviços e de informática; desenvolvimento do setor de telecomunicações” (HIGA, 2005, p. 10).

A construção de rodovias facilitou o fluxo de migrantes e a construção de empreendimentos, atraindo a população de outros estados brasileiros, o que permitiu o surgimento de novas cidades atendendo a demanda da ocupação de “espaços vazios” do território mato-grossense “associada à implantação da agropecuária como negócio” (ROSSI, 2019, p.20).

Mato Grosso contava com 34 municípios na década de 70 passando para 141 municípios (IBGE, 2000). Destes 141 municípios, 6 (seis) estão entre os 50 maiores PIB (Produto Interno Bruto) per capita do Brasil, sendo eles: Campos de Júlio, Santa Rita do Trivelato, Nova Ubiratã, Sapezal, Alto Taquari e Diamantino (MATO GROSSO, 2019).

Observa-se que neste processo de interiorização de Mato Grosso, segundo Rossi (2019), mesmo o Estado tendo como principal fonte econômica o agronegócio são as cidades que o sustentam no que diz respeito a maioria dos serviços necessários.

A urbanização de Mato Grosso, iniciada com a colonização na década de 70, demonstra que o campo e a cidade formam uma única existência, pois um se alimenta do outro, estando inseridos em uma realidade que se revela urbana (*Ibid.*).

O território Mato-grossense é dividido em 12 Regiões de Planejamento, definida pelo Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) e, conforme (SEPLAN, 2012), a maioria da população se concentra em 4 cidades: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres. Das 141 cidades de Mato Grosso, apenas 28 exercem centralidade urbana para além dos seus limites enquanto 113 cidades atuam como centros locais de serviços urbanos, evidenciando a fragilidade da estrutura funcional estabelecida, gerando um impacto considerável nas desigualdades sociais do Estado, pois “são poucas as cidades que apresentam condições de prestar uma gama considerável de serviços para uma população espalhada em um território de aproximadamente 1 mil de quilômetros quadrados”, sustentando uma frágil rede urbana, com regiões funcionais pouco estruturadas, demonstrando que essa estrutura hierárquica das cidades não está “devidamente desenvolvida e consolidada para comandar os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços de forma a apoiar com maior agilidade o desenvolvimento regional mato-grossense” (*Ibid.*).

Segundo dados da SEPLAN (2012), a base da economia do estado de Mato Grosso é a agricultura, seguido da pecuária e do comércio.

O setor agrícola foi impulsionado pela produção de grãos, incrementado pela modernização da agricultura do estado (insumos, máquinas e equipamentos de alto desempenho); o setor pecuário, com exploração intensa e permanente desde o século XX, e a partir de 2004 o estado passa a ser o maior produtor bovino do país; e no comércio, estimulado pela dinâmica das atividades agropecuárias, houve uma expansão para atender as demandas das cidades mato-grossense (*Ibid*).

O setor industrial tem pouca participação na economia do Estado, o que reflete a limitação do mesmo, porém cabe salientar o investimento na área pelo setor de beneficiamento de grãos, produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para atender a produção de rações para a avicultura e suinocultura (SEPLAN, 2012).

Com relação ao setor agrícola, é importante ressaltar os conflitos fundiários existentes, principalmente os que estão relacionados a titulação de terras e aquisição de propriedades (*Ibid*). A maioria das pequenas propriedades desenvolve a Agricultura Familiar, sendo esta a principal atividade econômica na maioria dos municípios e sendo desenvolvida em comunidades tradicionais em assentamentos da reforma agrária (SEPLAN, 2012). Problemas com a regularização fundiária das propriedades produtivas são um empecilho para o desenvolvimento do estado, visto que dificulta o acesso ao crédito, principalmente para os pequenos produtores, criando uma instabilidade para novos investimentos e aumentando, ainda mais, os conflitos de posse da terra.

Considerando a população rural do estado de Mato Grosso em 552.231 pessoas, nos anos de 2017 e 2018, 12% deste total (68.882 indivíduos) sofreram algum conflito no campo (CABRAL, 2019). Neste contexto, os povos originários e os sem-terra são os sujeitos mais afetados pelo conflito, sendo que no ano de 2017 "1.864 indígenas e 1.240 sem-terra estavam em conflito para garantir seus direitos à vida, à terra, ao trabalho e à alimentação" e, apesar deste aumento nestas populações (1.904 e 1.674 respectivamente), quem mais sofreu com os conflitos neste biênio foram os assentados que de 650 famílias envolvidas (2017) passam para 949 (2018) (CABRAL, 2019, p. 51).

*Além dos conflitos gerados pelo agronegócio, (...) há os conflitos oriundos do hidronegócio. (...) Mato Grosso possui igualmente uma grande quantidade de terra agricultável e água doce em seus rios, riachos, lençóis freáticos e aquíferos (Aquífero Guarani, no sul do estado; e Sistema Aquífero Parecis – Aquífero Salto das Nuvens, Aquífero Utiariti, Aquífero Ronuro – que se localiza na região centro-oeste do estado). As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), as usinas hidrelétricas, as irrigações por pivôs, o assoreamento e o envenenamento das águas por agrotóxicos são algumas das ações de empresários e do Estado a este bem natural tão necessário à vida. Com a limitação, ou até negação ao acesso à água – e água de fato potável -, diversos sujeitos sociais do campo estavam em conflito pela água. Entre os anos de 2017 e 2018, somaram-se 2.699 pessoas em conflito pela água" (CABRAL, 2019, p. 52).*

Outro ponto a ser observado no estado de Mato Grosso são as condições de trabalho das/os trabalhadoras/es que, segundo Cabral (2019), são de vulnerabilidade com riscos de se tornarem escravos. Conforme o mesmo autor, "dos 141 municípios no estado, 86 (60,99%) já entraram na lista de trabalhadores e trabalhadoras libertos entre os anos de 1995 e 2018, totalizando 6.618 pessoas escravizadas libertas. Desses 86 municípios, 16 passaram de 100 libertos, totalizando 4.434 escravizados libertos, ou seja, 71,88% do total" (CABRAL, 2019, p.46).

O rendimento mensal per capita do estado de Mato Grosso, segundo o IBGE (2020), é de R\$ 1.401,00, e o seu IDH (índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,75, ocupando o 11º lugar entre os estados brasileiros.

Outro setor que vem crescendo no estado é o do turismo. Segundo dados da SEPLAN (2008) dos 141 municípios do estado de Mato Grosso, 54 têm potencial para a atividade. Desses 54, Nobres se destaca como um grande ponto atrativo, pois segundo Leite e Backes (2016) o município é uma área de transição de Cerrado para a Amazônia o que lhe confere uma beleza ímpar de atrativos naturais e que por grande parte das belezas cênicas da região estarem em propriedades de assentamentos, o Turismo Rural na Agricultura Familiar vem despertando interesse.

Cuiabá e Várzea Grande, segundo Mato Grosso (2012), são considerados o maior polo emissor de turismo interno e um centro de distribuição de fluxos turísticos internacionais em função da infraestrutura disponível como o aeroporto internacional e estação rodoviária que proporcionam o acesso às rodovias que ligam as demais áreas turísticas do Estado.

Mato Grosso é o estado com um dos maiores volumes de água doce do mundo (2/3 do território são drenados pelos seus rios), tendo como principal divisor de águas do estado o Planalto do Parecis (porção centro-norte) que divide as águas em 3 bacias hidrográficas (consideradas as mais importantes do país): Bacia Amazônica, Bacia Platina e Bacia do Tocantins (MATO GROSSO, 2019). Os rios pertencentes às 3 bacias hidrográficas apresentam características específicas e ligações estreitas com os locais por onde passam que, por si só, representam uma unidade geográfica recebendo o nome de sub-bacias: Sub-bacia do Guaporé, Sub-bacia do Aripuanã, Sub-bacia do Juruena-Arinos, Sub-bacia do Teles Pires e Sub-bacia do Xingu (*Ibid*).

O relevo do Estado, conforme HIGA (2005), é caracterizado por planaltos, depressões e planícies:

- **Planalto:** Planalto e a Chapada dos Parecis, o Planalto e a Chapada dos Guimarães, o Planalto do Alcantilados, o Planaltos e as Serras Residuais do Norte, do Guaporé e do Alto Paraguai, a Província Serrana, o Planalto de Arruda-Mutum e o Planalto de São Vicente.
- **Depressões:** Depressão do Norte do Mato Grosso, do Guaporé, do Araguaia, do Alto Paraguai, a Cuiabana e a Interplanáltica de Paranatinga.
- **Planícies:** rio Guaporé e Paraguai e Planície do rio Araguaia.

O estado de Mato Grosso possui os três principais biomas do Brasil: Amazônia, Cerrado e Pantanal (IBGE, 2022), conforme apresentado na Fig. 10.

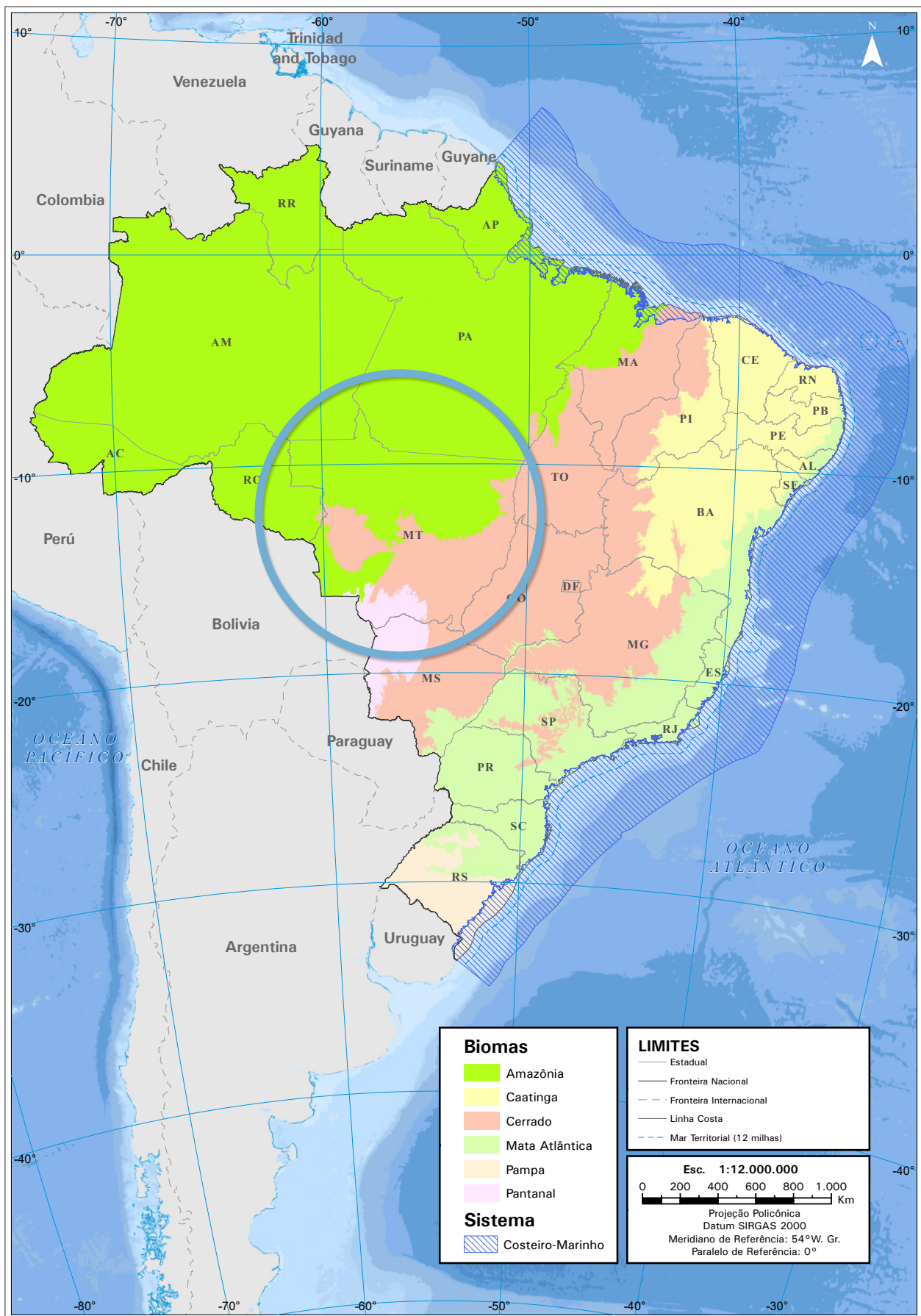


Fig. 10 – Biomas do estado de Mato Grosso

O bioma Cerrado vai da fronteira com os estados de Tocantins e Goiás até o limite com Rondônia, ocupando uma área de 36.326.680,8 ha, correspondendo a 40,6% do território, e onde vivem quase 2 milhões de pessoas; sendo suas formações características as florestas estacionais e, principalmente, as savanas (MATO GROSSO, 2012).

Este bioma, que ocupa  $\frac{1}{4}$  do território brasileiro, é considerado a “caixa da água” do continente, pois abriga as nascentes dos rios que alimentam as grandes bacias hidrográficas: Amazônia, Araguaia/Tocantins, Atlântico Norte/Nordeste, São Francisco, Atlântico Leste e Paraná/Paraguai (PASQUIS, 2019).

O cerrado abriga ampla diversidade de espécies da fauna e da flora: “199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 11.627 de plantas nativas. É o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos (MATO GROSSO, 2012, p.135).

O clima típico da região é o tropical úmido, notadamente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco (de 3 a 7 meses), com pluviosidade de 800 a 1.600mm (*Ibid*).

A ocupação do cerrado teve início no séc. XVII pela mineração, porém atualmente estima-se que 52% do bioma tenham sido destruídos (PASQUIS, 2019).

*A atividade predominante nesse bioma é a agricultura mecanizada seguida pela pecuária sendo que a modernização da agropecuária e a rápida expansão da agricultura nas terras do Centro-Oeste aceleraram a pressão antrópica nos ecossistemas do Cerrado por fazer uso intensivo de: técnicas de correção do solo, fertilizantes, irrigação e defensivos agrícolas. Esses procedimentos interferem, negativamente, na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, na drenagem de áreas de nascentes e nas planícies fluviais com rebaixamento do lençol freático. A substituição da vegetação originária produz impactos nas bacias hidrográficas existentes no Cerrado e provocam mudanças no regime de chuvas.” (MATO GROSSO, 2021, p. 136).*

Os biomas do estado de Mato Grosso sofrem as mesmas ameaças e impactos, em maior ou menor grau, devido ao manejo territorial para que se adequem à exploração agropecuária e à matriz energética, tendo como principais causas:

- as explorações madeireiras e minerais (ouro, diamante, etc.);
- a pecuária e as monoculturas (soja, algodão, cana, teca, eucalipto, etc.), com ampla utilização de agrotóxicos;
- as grandes obras de infraestrutura: Usinas Hidrelétricas (UHEs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), hidrovias e rodovias (BR-163, Transpantaneira etc.).

*As consequências desse formato de desenvolvimento são graves e numerosas, entre elas:*

- contaminação da terra e das águas, desertificação e assoreamento;
- desmatamento e queimadas;
- caça e pesca predatórias;
- perda da biodiversidade;



- empobrecimento do patrimônio genético;
- crescimento descontrolado dos centros urbanos e dos diversos tipos de violência;
- proliferação de doenças;
- mudanças climáticas;
- violência no campo;
- trabalho análogo ao escravo;
- interferência e agressão contra os povos e comunidades tradicionais e nativas, com erradicação do patrimônio cultural (PASQUIS, 2019, p. 67).

Diferente do que muitas vezes é divulgado, estes biomas não são um “vazio demográfico” e sim um rico mosaico de povos, comunidades e culturas (muitas vezes ignorados, invisibilizados e até exterminados) que dependem de suas tradições, habitat, atividades e cosmovisões (*Ibid*).

A partir do modelo de exploração do território e dos recursos naturais, o agronegócio e a matriz energética brasileira são os instrumentos usados para o desenvolvimento econômico do Mato Grosso, atingindo diretamente os povos originários e a conservação (PASQUIS, 2019).

É importante, em função deste quadro apresentado, evidenciar que:

- Povos indígenas: até 2006, a prospecção era da existência de, pelo menos, 45 etnias em Mato Grosso, repartidas em cerca de 80 terras indígenas. No entanto, esse número pode ser ainda maior, já que se considera a existência de povos não contatados ou isolados.
- Povos quilombolas: de todas as comunidades quilombolas existentes em Mato Grosso, 59 são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, considerando que várias delas ainda não estão listadas oficialmente.
- Povos ciganos: principalmente de origem ibérica (Calon), encontram-se principalmente em Tangará da Serra, Rondonópolis, Várzea Grande e Cuiabá.
- Povos pantaneiros: cerca de 70 comunidades que vivem em função das mudanças do bioma estão ameaçadas pelos impactos já citados.
- Povos marroquinos: povos que habitam a morraria, no encontro da Serra das Araras, próximo a Cáceres.
- Povos ribeirinhos: povos que vivem em função dos rios, pesca e da agricultura familiar. Na maior parte das vezes, são um estilo e uma filosofia de vida escolhidos, forjando assim uma forte identidade.
- Agricultoras e agricultores familiares: sua identidade é formada pelo trabalho na terra, com base na agricultura de subsistência e agroecológica. São camponesas e camponeses que representam as principais vítimas da violência do campo e do trabalho análogo ao escravo.
- Povos seringueiros: em Mato Grosso, estão localizados na Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, a única do estado. Enfrentam, principalmente, os madeireiros, os posseiros e os invasores, que promovem desmatamentos e queimadas.
- Povos retireiros do Araguaia: trabalham com gado em regiões inundáveis do Araguaia, de onde são regularmente expulsos por fazendeiros além de sofrerem com o processo de assoreamento do rio.

- Povos extrativistas: espalhados em todo o território, podem ser raizeiros, fruteiros, poaieiros, castanheiros, extrativistas de óleo de copaíba, entre outros.
- Povos artesãos: também espalhados em todo o território, podem ser artesãos e artesãos de entalhe de madeira, de trançados, de couro e chifres, de tecelagem, ceramistas, oleiros, entre outros. Neles, também estão incluídos os povos canoieiros e os pescadores.
- Grupos articuladores e movimentos: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) são os principais (PASQUIS, 2019, p. 68).



Ribeirão do Ouro - zona rural da APA.

## Contexto Regional

A Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá foi instituída pelo Decreto nº. 2.206, de 23 de abril de 1998 e, posteriormente, pela Lei estadual nº 7.161, de 23 de agosto de 1999 e publicada no Diário Oficial de 23.08.99.

A APA abrange os municípios de Rosário Oeste (102 km distante de Cuiabá), Nobres (121,6 km distante de Cuiabá), Planalto da Serra (257,3 km distante de Cuiabá), Nova Brasilândia (200,6 km distante de Cuiabá), Chapada dos Guimarães (66,5 km distante de Cuiabá) e Santa Rita do Trivelato (342,3 km distante de Cuiabá).

Esta Unidade de Conservação (UC) é classificada como de Uso Sustentável, possuindo uma área total de 473.410,6099 ha, estando sob jurisdição da Amazônia Legal.

Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2006), uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável tem a finalidade de conciliar a “conservação da natureza como o uso sustentável de parte dos recursos naturais” (SNUC, 2006 p. 13), apresentando como objetivo básico a “proteção da diversidade biológica, disciplinamento do processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (*Ibid*, p.16). Suas principais características são “terras públicas ou privadas, não possuem zona de amortecimento, permite visitação pública e pesquisa científica” (MMA, 2015 p. 12).

De acordo com a lei de criação da APACRC, os objetivos desta UC são (MATO GROSSO, 1999, Art. 1º):

- I - Proteger:
  - a) as espécies de animais silvestres;
  - b) as amostras de ecossistemas remanescentes de cerrado e floresta estacional semidecidual;
  - c) os recursos hídricos, em particular o sistema hidrográfico dos Rios Alto Cuiabá, Teles Pires e Juruena, incluídos no perímetro da APA;
  - d) as paisagens e elementos cênicos formados pelas Serras Azul, do Morro Selado, Santa Rita e do Cuiabá.
- II - Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- III - Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- IV - Preservar as culturas e as tradições locais.

Sendo assim, ficam proibidas, conforme o Art. 4 da lei de criação da APA, as seguintes atividades (MATO GROSSO, 1999):

- I - implantação de atividades potencialmente poluidoras que impliquem danos ao meio ambiente ou afetem mananciais de água e as matas em seus entornos;
- II - implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplanagem, abertura de estradas e de canais e a prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas locais, principalmente das zonas de vida silvestre;
- III - capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;
- IV - que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional, o patrimônio espeleológico, arqueológico, as margens de vegetação primitiva e as nascentes dos cursos d'água existentes na região.

- V - uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminados ou em desacordo com as recomendações técnicas oficiais;
- VI - despejo, nos cursos d'água abrangidos pela APA, de afluentes, resíduos ou detritos capazes de provocar danos ao meio ambiente;
- VII - retirada de areia e material rochoso que impliquem alterações das condições ecológicas locais;
- VIII - novos desmatamentos na área correspondente ao dobro da Área de Preservação Permanente, prevista na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, referente às margens dos cursos d'água e ao entorno de nascentes na região da Área de Proteção Ambiental de que trata esta Lei (MATO GROSSO, LEI Nº 10.713, DE 12 DE JULHO DE 2018, alterou o Inciso VIII, da Lei nº 7.161, de 23 de agosto de 1999).

A partir do Decreto nº 4.444, de 10 de junho de 2002 é criado o Parque Estadual Águas do Cuiabá, "abrangendo terras dos municípios de Nobres e Rosário Oeste, com área de aproximadamente 10.600 ha considerados indispensáveis à preservação ambiental nos termos definidos pela legislação vigente" devido a "necessidade de se assegurar a proteção integral dos recursos bióticos, abióticos e paisagísticos das áreas de Cerrados, rios, corredeiras, cachoeiras" (MATO GROSSO, 2002).

A maior parte do Parque Estadual localiza-se no Município de Nobres, uma área de 9.554,06 ha, o que corresponde a 82% do total da área da Unidade de Conservação. O restante do território da UC fica no município de Rosário Oeste, abrangendo uma área de 2.092,74 ha, ou seja, 17,97% do PEAC.

No ano de 2014, o Parque Estadual Águas do Cuiabá teve uma recategorização e, segundo o Decreto nº 2.595 de 13 de novembro de 2014, passou a pertencer à categoria Estação Ecológica. Porém, o Protocolo nº 364598/2015, Fls. 9-11, a Coordenadoria de Unidades de Conservação - CUCO/SEMA-MT apresentou justificativa técnica e solicitou a revogação do Decreto nº 2.595 de 13 de novembro de 2014 e desta forma, pode-se considerar que esta Unidade de Conservação se refere ao Parque Estadual Águas do Cuiabá, conforme Decreto de Criação nº 4.444 de 10 de junho de 2002.

Segundo o SNUC (2000), o Parque é considerado uma Unidade de Proteção Integral, cuja finalidade é: "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas" (SNUC, 2000, p. 13).

Os objetivos básicos dos Parques, segundo o SNUC, é a preservação de ecossistemas naturais de "grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico." (*Ibid*, p.14)

O Parque Estadual Águas do Cuiabá tem como objetivos: "garantir a proteção dos recursos hídricos e a viabilidade da movimentação das espécies da fauna nativa, preservando amostras significativas dos ecossistemas existentes na área, e proporcionando oportunidade controladas para uso público, educação e pesquisa científica" (MATO GROSSO, 2002).

A Fig. 11 representa a delimitação do Parque Estadual Águas do Cuiabá nos municípios de Nobres e Rosário Oeste e da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá nos municípios de Rosário Oeste, Nobres, Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães e Planalto da Serra.

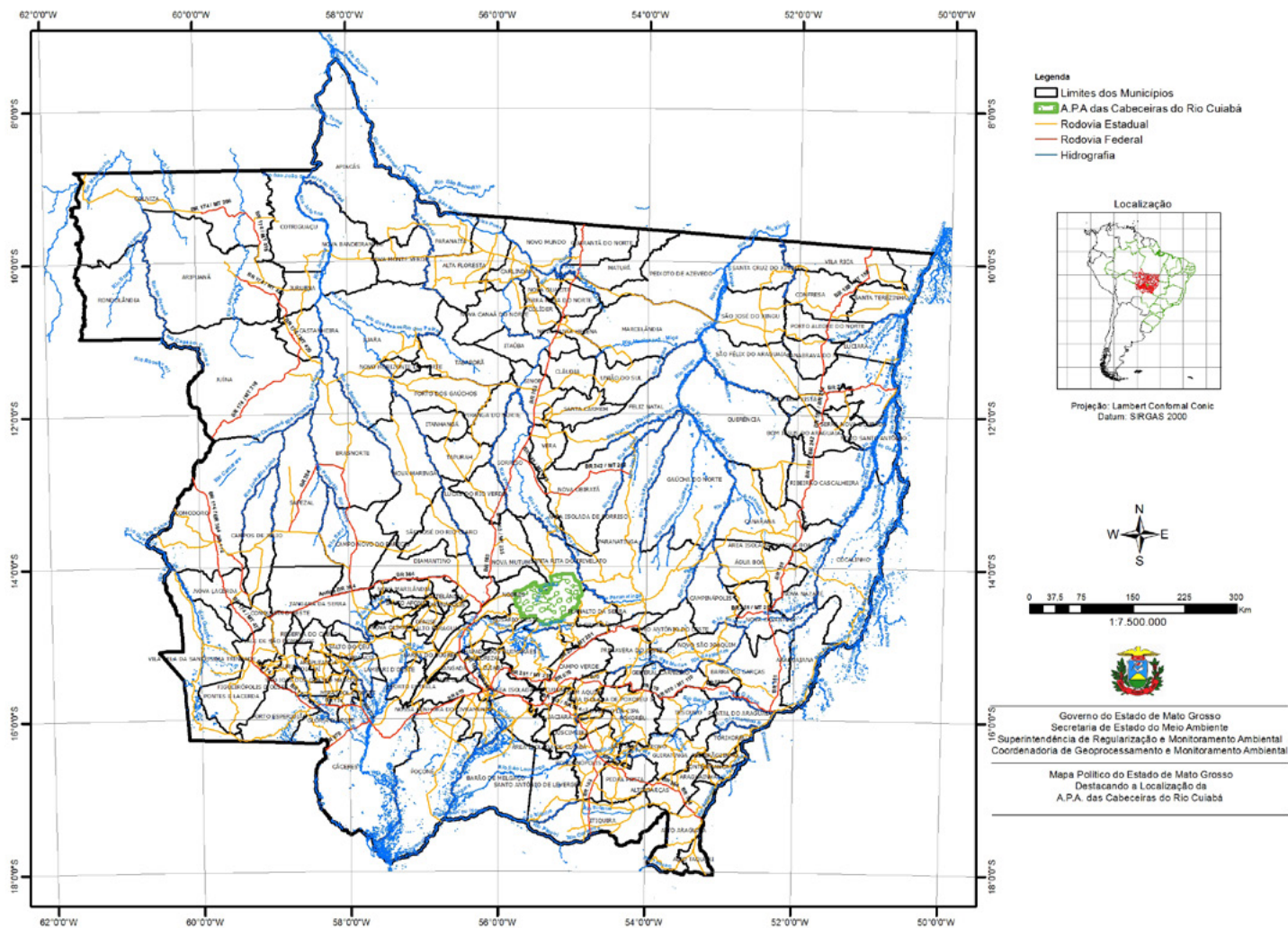


Fig. 11 - Mapa da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá (APACRC) e do Parque Estadual Águas do Cuiabá.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

## Características Biofísicas

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Ambiente (CNUC), de todo território do bioma do cerrado apenas 8,21% está protegido legalmente por Unidades de Conservação, sendo 2,85% por UCs de proteção integral e 5,36% de UCs de uso sustentável (MMA, 2021). É dentro deste contexto que a APACRC (UC de Uso Sustentável) e o PEAC (UC Proteção Integral) contribuem para a preservação deste bioma de alta relevância.

Conforme o mapa das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade do Cerrado e do Pantanal (Fig. 12) a APACRC e o PEAC encontram-se em uma "zona de prioridade muito alta a extremamente alta para a conservação (Portaria MMA nº 223/2016) por estar no divisor das bacias dos rios Arinos, Cuiabá, Teles Pires e Manso. Mais de 65% do território da APA encontram-se em área extremamente prioritária para a conservação do bioma". (ICV, 2018, p. 01).

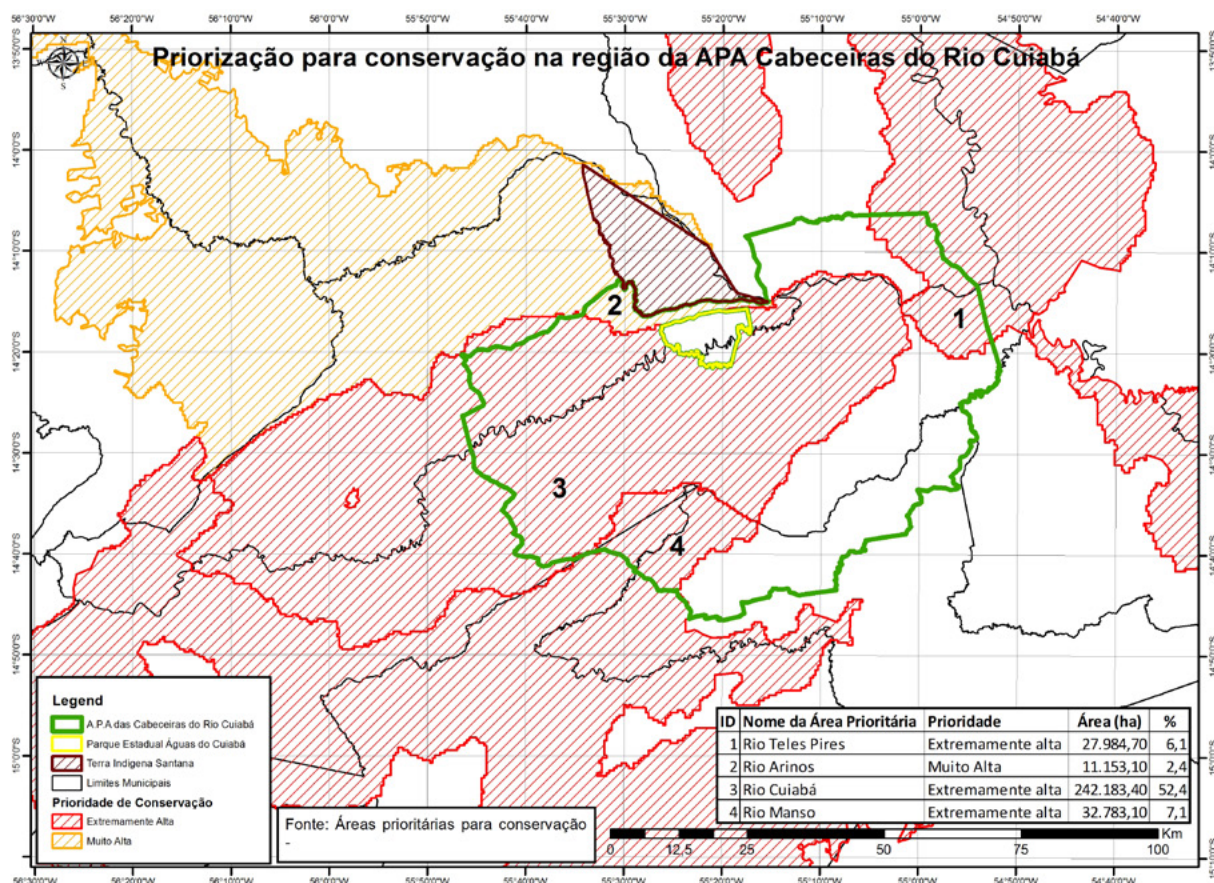


Fig. 12 - Mapa da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá no contexto das áreas prioritárias para conservação no Cerrado

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

A APACRC faz parte de 2 bacias hidrográficas: a Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá<sup>1</sup> e a Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós<sup>2</sup>, sendo que 65,15% da Unidade de Conservação está na Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá e 34,84% está na Bacia do Rio Tapajós. Enquanto o PEAC está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá (ISA, 2021).

*As cabeceiras do rio Cuiabá situam-se na porção centro-sul do Estado, região que combina parte da bacia do Teles Pires e do Juruena, ambas amazônicas, e a sub-bacia do Alto Cuiabá, que compõe a bacia do Prata. As paisagens da UC são majoritariamente planas entrecortadas por relevos dobrados, compondo um mosaico de planaltos, serras, morrarias, nascentes fluviais e formações vegetais variadas (ISA, 2021).*

As figuras 13 e 14 representam as divisões das bacias hidrográficas do Estado de Mato Grosso.

- 1 A Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá pertence a Região Hidrográfica do Paraguai.
- 2 O Rio Tapajós é formado pela confluência do Rio Teles Pires com o Rio Juruena na fronteira com os estados de Mato Grosso e Pará, desaguando no Amazonas, pertencendo a Região Hidrográfica Amazônica (MMA, consultado em 2021).

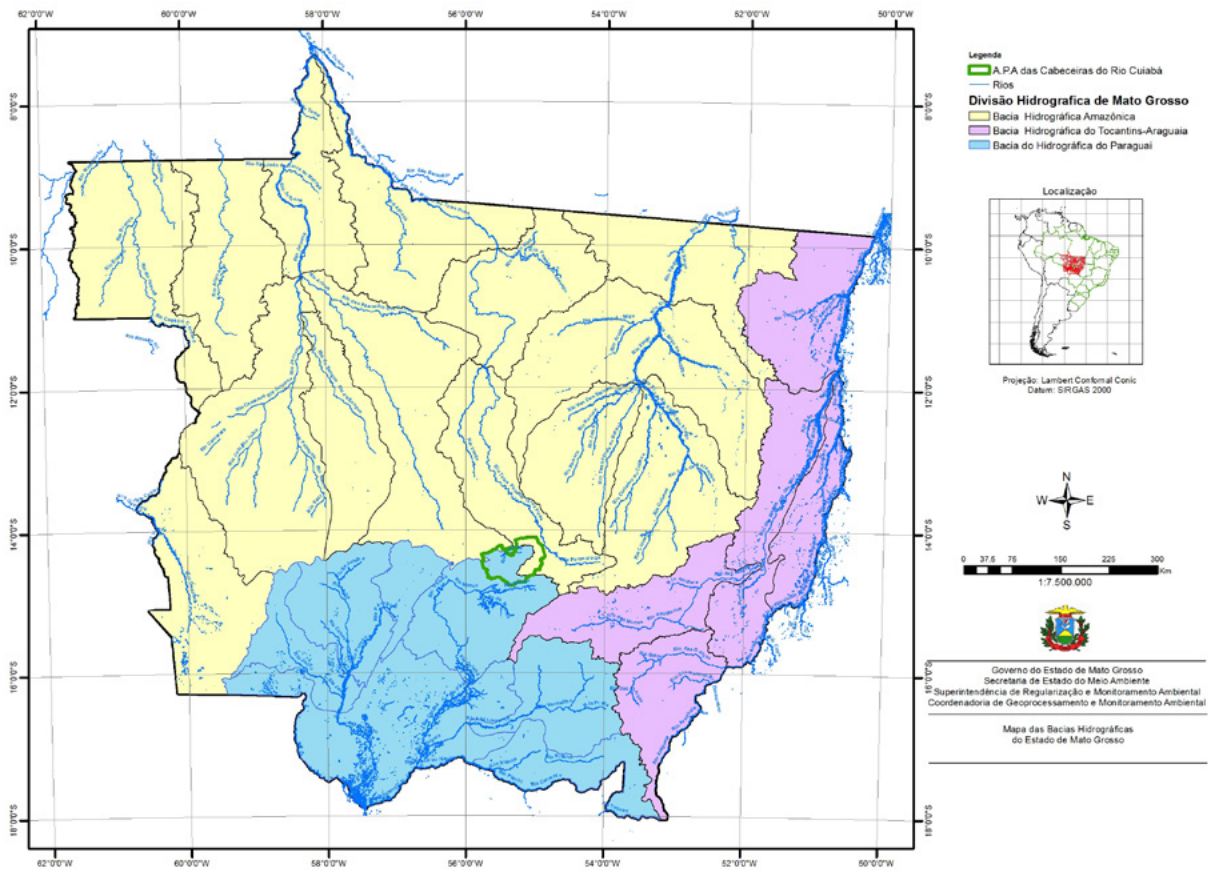


Fig. 13 - Divisão Hidrográfica de Mato Grosso em Regiões Hidrográficas Nacionais.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

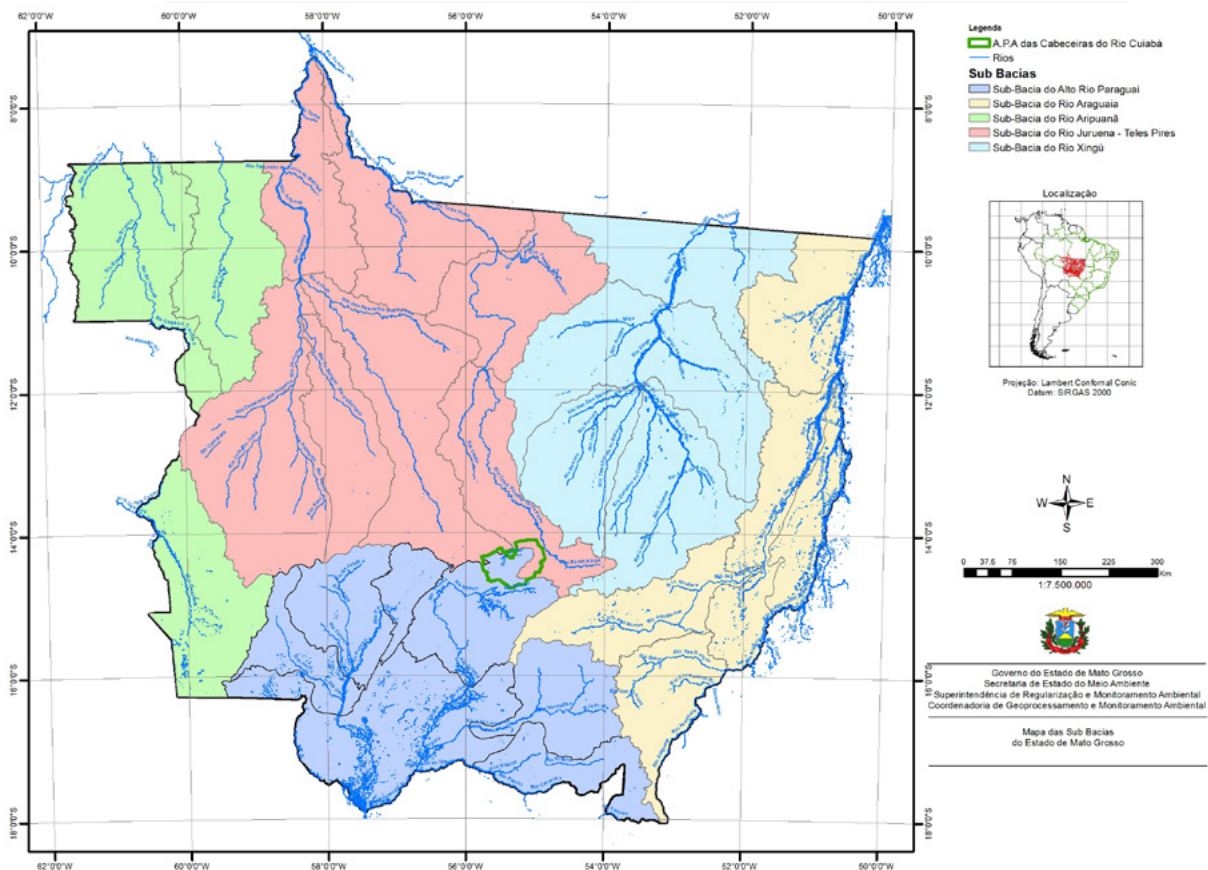


Fig. 14 – Divisão hidrográfica de Mato Grosso em Regiões Hidrográficas Regionais (Macrobasias).

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

No bioma cerrado, no que se refere ao solo, a principal classe que se apresenta é o Latossolo, que corresponde a 48,66% do cerrado, seguido de Neossolo (14,46%) e o Argissolo (13,66%), entre outras classes com menor expressão (REATTO *et al*, 2008).

Segundo os mesmos autores, no estado de Mato Grosso, no Bioma Cerrado, a predominância da classificação do solo se apresenta da seguinte maneira: Latossolo (21,61%), Argissolo (8,32%), Neossolo (7,73%), Plintossolo (6,67%) além de outras classes em menor expressão.

Esta característica do Cerrado em apresentar uma predominância de Latossolos, apesar de haver um número significativo de outras classes, associado ao clima favorece o estabelecimento de espécies vegetais (estrato gramíneo, arbustivo, arbóreo), portanto a vegetação representa a "melhor expressão dessa grande diversidade de ambientes" (REATTO *et al*, 2008, p. 131).

A vegetação predominante na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e no Parque Estadual Águas do Cuiabá é a de cerrado, cerradão e floresta estacional decidual.

A Formação Arbórea Densa (Cerradão) é caracterizada por árvores densamente dispostas (com pouco mais de 5m de altura), sem um nítido estrato arbustivo, com tapete gramíneo ralo, podendo ocorrer palmeiras anãs, intercaladas por plantas lenhosas (EMBRAPA, 2021).

Já a Floresta Estacional Semidecidual, está relacionada com a presença de um clima com 2 estações (seca e chuvosa), possuem um comportamento caducifoliar (pelo menos 20% das espécies) e apresentam duas subformações: a aluvial com dossel emergente (formação florestal ribeirinha que ocupa, principalmente, as acumulações fluviais quaternárias e apresentam estrutura semelhante à da Floresta Ciliar, diferindo apenas floristicamente desta) e submontana com dossel emergente (caracterizada sobretudo pela sua posição altimétrica em relação ao nível do mar que varia de 100m a 500m. Ocorre sobretudo nas cabeceiras do Xingu e no Planalto dos Parecis, em forma de encaves com a Floresta Aberta) (*Ibid*).

Segundo Aguiar, Machado e Marinho-Filho (2004) o cerrado é um mosaico de formações vegetais, sendo que a cobertura arbórea e a densidade das árvores podem variar bastante entre as fitofisionomias, conforme apresenta a tabela abaixo:

**Tabela 1 – Estrutura da vegetação nas principais fitofisionomias do Cerrado**

	Campo	Cerrado	Cerradão
Número de árvores/ha	203	911	2231
Cobertura arbórea (%)	6	34	93
Número de espécies arbóreas	26	66	81

Fonte: Medonça *et al*. (1998) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

Segundo os mesmos autores, a diversidade biológica do Cerrado é muito expressiva, chegando a representar 33% da diversidade biológica do Brasil, conforme é descrito na tabela a seguir.



**Tabela 2 – Diversidade biológica do Cerrado**

Grupo	Cerrado	Brasil (%)	Brasil	Mundo
Plantas	6.600	12,0	55.000	280.000
Mamíferos	212	40,5	524	4.600
Aves	837	49,9	1.600	9.700
Répteis	180	38,5	468	6.500
Anfíbios	150	29,0	517	4.200
Peixes	1.200	45,0	2.700	24.800
Invertebrados	67.000	20,0	335.000	?

Fonte: Shepherd (2000), Silva (1995), Brandão et al. (1999), Colli et al. (1998) e Mittermeier et al. (1997) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

Segundo Mendonça et al. apud Aguiar, Machado e Marinho-Filho (2004), "35% das plantas do cerrado são típicas da formação cerrado sentido restrito, 30% das espécies de plantas do Cerrado são de Matas de Galeria, 25% de áreas campestres e 10% ainda não estão classificadas (Fig. 15).

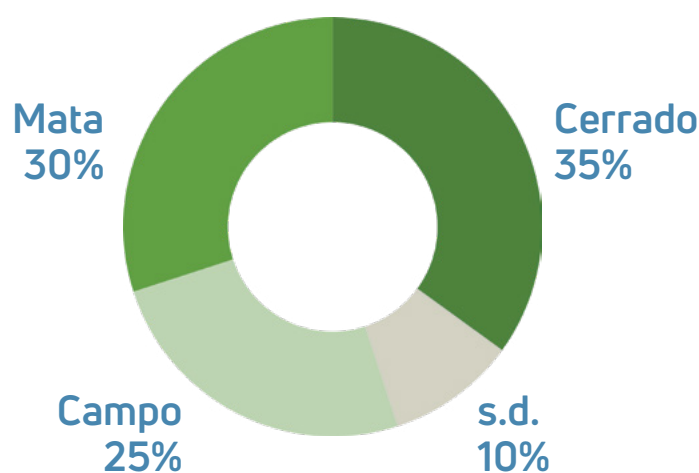


Fig. 15 – Distribuição das plantas/ambiente do cerrado. S.d. = sem dados

Fonte: Medonça et al. (1998) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

O trabalho desenvolvido por Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004), abordando a diversidade biológica do Cerrado, foi utilizado como referência para caracterizar a região da APA e do Parque Estadual, tendo em vista que as unidades de conservação estão inseridas neste bioma.

Com relação às espécies de mamíferos presentes no cerrado, Myers et al., 2000; Marinho-Filho et al., 2002 apud Aguiar, Machado e Marinho-Filho (2004) apontam que a diversidade neste bioma pode chegar a 199 espécies, sendo o grupo mais diversificado o de morcegos (81 espécies registradas), porém o nível de endemismo é considerado baixo comparando com outros grupos, pois gira em torno de 8%.

**Tabela 3 – Diversidade de mamíferos no cerrado**

Grupo	Espécies	Endêmicas	Ameaçadas
Didelphiomorpha	17	2	
Edentata	11		3
Chiroptera	80	1	3
Primates	7		
Carnívora	22		10
Cetácea	2		
Perissodactyla	1		
Artiodactyla	6		1
Rodentia	52	16	4
Logomorpha	1		
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>19</b>	<b>21</b>

Fontes: Marinho-Filho et al. (2002), Myers et al. (2000), Sabino & Prado (2000) e Brasil (2003) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

A região da APACRC e do PEAC abriga animais endêmicos e ameaçados de extinção, como por exemplo, onça-parda (*Puma concolor*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) entre outros (Instituto Socioambiental, 2021). "A elevada densidade de ninhos de insetos sociais (cupins e formigas) tem sido determinante para a permanência de boas populações de mamíferos mirmecófagos, como o tatu canastra (*Priodontes maximus*), o tamanduá-bandeira (*Mymecophaga trydactyla*) e a raposa do campo (*Lycalopex vetulus*) (Ibid).

No que diz respeito à avifauna, a diversidade de aves no cerrado chega a 873 espécies conforme apresenta o estudo de Silva (1995) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

**Tabela 4 – Aves com ocorrência no Cerrado**

Grupo	Espécies	Endêmicas	Ameaçadas
Não passeriformes	382	8	10
Passeriformes	455	21	13
<b>Total</b>	<b>837</b>	<b>29</b>	<b>23</b>

Fontes: Silva (1995), Myers et al. (2000), Sabino & Prado (2000) e Brasil (2003) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

Com relação aos répteis, o cerrado apresenta uma diversidade bem expressiva, sendo o número de espécies endêmicas bastante elevado, porém variando de grupo para grupo (AGUIAR, MACHADO E MARINHO-FILHO, 2004).

**Tabela 5 – Diversidade de répteis no Cerrado**

Grupo	Espécies	Endêmicas	Ameaçadas
Anfisbenas	15	8	
Sáuria	48	12	1
Quelônios	10		
Crocodylia	5		
Serpentes	99	?	
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>20</b>	<b>1</b>

Fontes: Myers et al. (2000), Sabino & Prado (2000), Araújo & Colli (1998) e Brasil(2003) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

As tabelas 6, 7 e 8 demonstram a variedade de espécies de peixes, anfíbios e insetos (respectivamente) que ocorrem no Cerrado, exemplificando ainda mais a importância deste ecossistema devido a variedade de espécies e a importância da preservação das áreas naturais.

**Tabela 6 - Diversidade de peixes que ocorrem no Cerrado**

Composição Ictiofauna	Espécies	Total (%)
Chariciformes	158	831,6
Gymnotiformes	15	78,9
Siluriformes	114	600,0
Cyprinodontiformes	19	100,0
Cichlidae	26	136,8
Outros	18	94,7
<b>Total</b>	<b>350</b>	

Fontes: Myers et al. (2000), Sabino & Prado (2000) e Araújo & Colli (1998) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

**Tabela 7 - Diversidade de anfíbios que ocorrem no Cerrado**

Ordens	Espécies
Apoda	2
Anuro	148
<b>Total</b>	<b>150</b>

Fontes: Myers et al. (2000), Sabino & Prado (2000) e Araújo & Colli (1998) apud Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004)

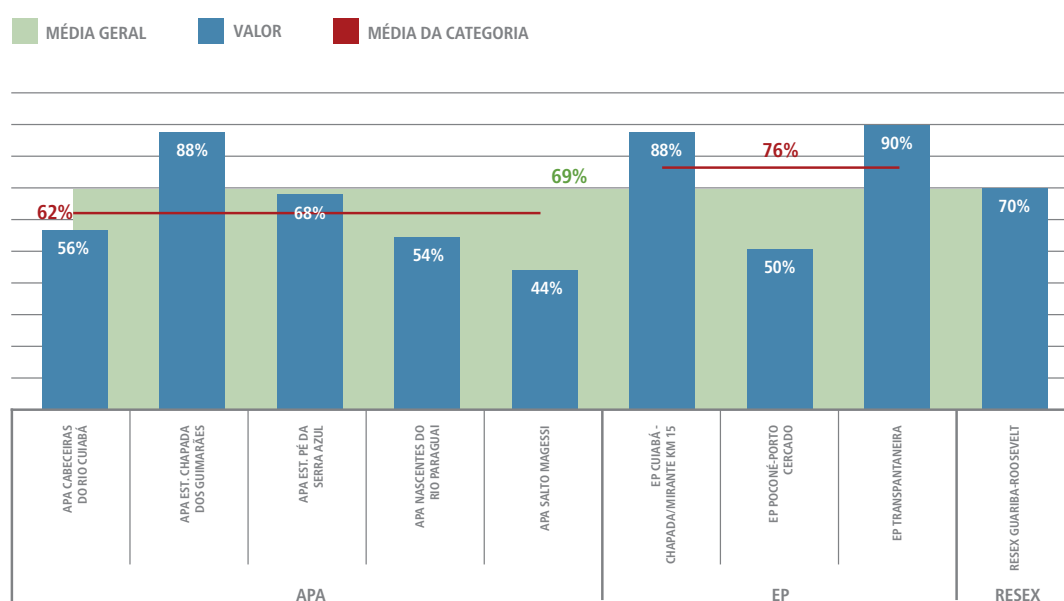
**Tabela 8 - Diversidade de insetos que ocorrem no Cerrado**

Grupo	Cerrado	Brasil	(%)
Lepidóptera	10.000	26.016	38,4
Cupins	103	290	35,5
Abelhas	820	2.400	34,2
Vespas sociais	129	547	23,6
Formigas	100	2.500	4,0

Fonte: Aguiar, Machado, Marinho-Filho (2004).

Um estudo realizado pelo WWF-BRASIL (2018) junto às Unidades de Conservação do estado de Mato Grosso e que teve o objetivo de fornecer ferramentas para o desenvolvimento de políticas adequadas à proteção de sistemas naturais e à formação de uma rede viável de áreas protegidas, analisou os diferentes contextos nos quais as UCs estão inseridas. Considerando a Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e o Parque Estadual Águas do Cuiabá serão apresentados os resultados do estudo no que diz respeito à importância biológica das UCs, onde foram analisados os seguintes parâmetros:

- ocorrência de espécies ameaçadas;
- os níveis de endemismos e de biodiversidade;
- a possibilidade de manutenção de populações de espécies-chave;
- a função da UC na paisagem e na conservação dos ecossistemas;
- manutenção dos processos naturais e dos regimes de distúrbios naturais; e
- a representatividade da unidade no sistema estadual de Unidades de Conservação (WWF Brasil, 2018).



**Fig. 16 - A importância biológica das UCs. Fonte WWF Brasil (2018).**

Dentro do contexto da importância biológica das UCs do estado de Mato Grosso, a APA Cabeceiras do Rio Cuiabá representa um percentual de 56%, um pouco abaixo da média da sua categoria, porém com uma significativa importância.

Quando analisados os Parques Estaduais de Mato Grosso, foi obtido o seguinte resultado.

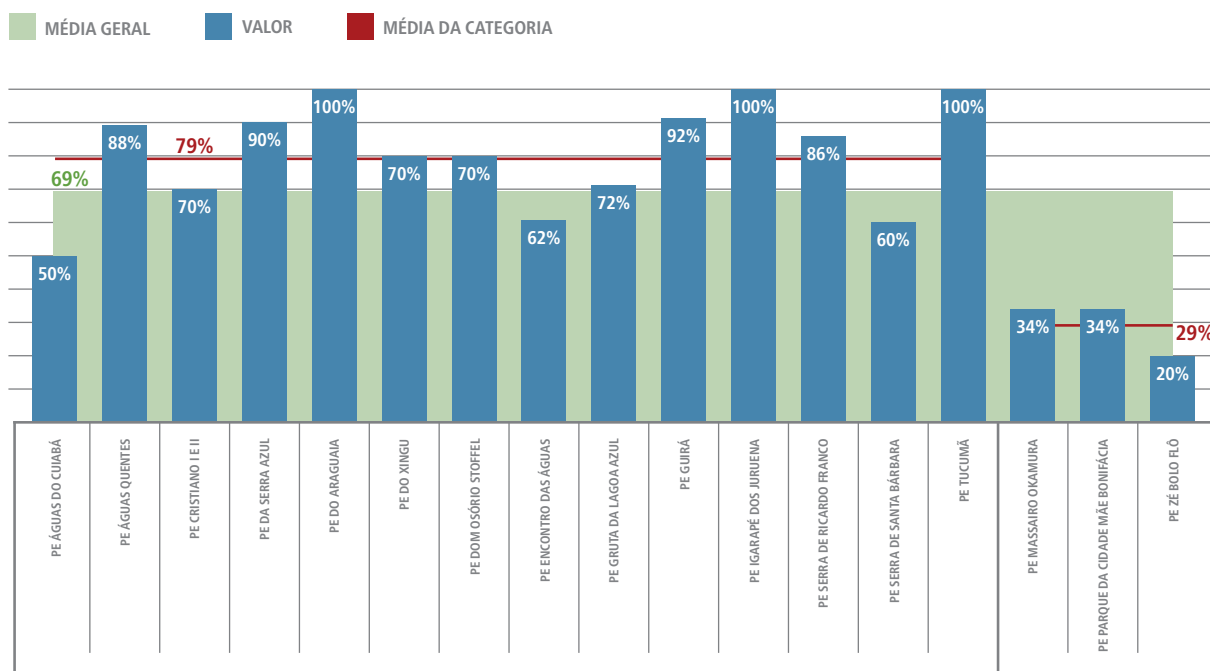


Fig. 17 – A importância biológica dos Parques Estaduais de Mato Grosso. Fonte WWF Brasil (2018).

Dentro da categoria Parque, a unidade de conservação Parque Estadual Águas do Cuiabá ficou com um valor de 50%, quando avaliado o parâmetro de importância biológica da unidade de conservação, abaixo da média da categoria que foi 69%.

## Uso e Ocupação do Solo

Como já apresentado anteriormente, a área de abrangência da APACRC é composta por 6 municípios, sendo que cada um corresponde a um percentual territorial da Unidade de Conservação:

**Tabela 9 – Municípios da APACRC**

Município	Área do município (ha) (IBGE 2017)	Área da UC no município (ha)	Área da UC no município (%)
Chapada dos Guimarães	661.178,50	11.319,56	2,39%
Nobres	391.185,00	71.274,36	15,03%
Nova Brasilândia	327.886,10	75.455,71	15,95%
Planalto da Serra	244.245,20	19,48	0,0%
Rosário Oeste	741.962,90	272.408,84	57,43%
Santa Rita do Trivelato	473.392,4	43.820,99	9,24%

Fonte: ISA (2021)

As atividades econômicas desenvolvidas nos municípios que contribuem com o território da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá, segundo o mapeamento realizado pela SEPLAN (2018) são: Agricultura Tecnificada, Agricultura Familiar, Pecuária Bovina (Corte), Pecuária Leiteira, Suínos e Aves, Apicultura, Produção Florestal, Energia, Gás e Resíduos, Indústria de Transformação, Varejo e Turismo.

Pela tabela, na sequência, podemos identificar estes segmentos por município da área da APACRC e do PEAC.

**Tabela 10 – Segmentos Econômicos com Concentração.**

Município	Nº de Segmentos	Segmentos com concentração
1 Chapada dos Guimarães	11	Agricultura Tecnificada, Agricultura Familiar, Pecuária Bovina (corte), Pecuária Leiteira, Suínos e Aves, Apicultura, Produção Florestal, Energia, Gás e Resíduos, Indústria de Transformação, Varejo, Turismo
2 Nobres	5	Pecuária Bovina (corte), Pesca e Aquicultura, Extrativismo Mineral, Indústria de Transformação, Transporte e Armazenagem
3 Nova Brasilândia	2	Pecuária Bovina (Corte), Pecuária Leiteira
4 Planalto da Serra	6	Agricultura Tecnificada, Pecuária Bovina (Corte), Pecuária Leiteira, Suínos e Aves, Apicultura, Extrativismo Mineral
5 Rosário Oeste	6	Agricultura Familiar, Pecuária Bovina (Corte), Pesca e Aquicultura, Produção Florestal, Extrativismo Mineral, Varejo
6 Santa Rita do Trivelato	2	Agricultura Tecnificada, Atacado

Fonte: SEPLAN, 2018

Rosário Oeste e Nobres são os municípios de grande impacto nestas unidades de conservação por constituírem a maior parte do território dessas unidades.

Em Rosário Oeste, segundo dados da Prefeitura Municipal, a base da economia é o gado de corte, porém dentro do setor agrícola, destacam-se a produção de mandioca, arroz, milho e feijão (subsistência), abacaxi, mamão e, mais recentemente, soja. Além da pecuária e agricultura, outro setor que está se desenvolvendo é a piscicultura (PM ROSÁRIO OESTE, 2021).

O município de Nobres, de acordo com dados da sua respectiva Prefeitura, está em crescente desenvolvimento o setor primário, dando destaque ao agronegócio, piscicultura (alevinos e peixes), agricultura familiar (banana, abacaxi, manga, coco, maracujá, laranja, melancia e outros) e a criação de ovinos, bovinos e caprinos. No setor secundário destacam-se a metalúrgica, madeira, mobiliários e químicos e no setor terciário o comércio, turismo, hotelaria, construção civil, automotivos, entre outros (PM NOBRES, 2021).

Foi observado que as maiores ameaças dentro das UCs são a pesca, incêndios de origem antrópica, extração de madeira, pesca e influências externas. Já no entorno das UCs as principais ameaças e pressão ficam por conta dos incêndios de origem antrópica, ocupação humana, extração de madeira, agricultura e silvicultura, pastagens e processos seminaturais (WWF BRASIL, 2018).

O desmatamento da APACRC, segundo ICV (2018), acumulado até o ano de 2016 era de 184.920 ha, o que corresponde a 40% do total da APA sendo que 33,5% aconteceu após a sua criação (Fig. 18).

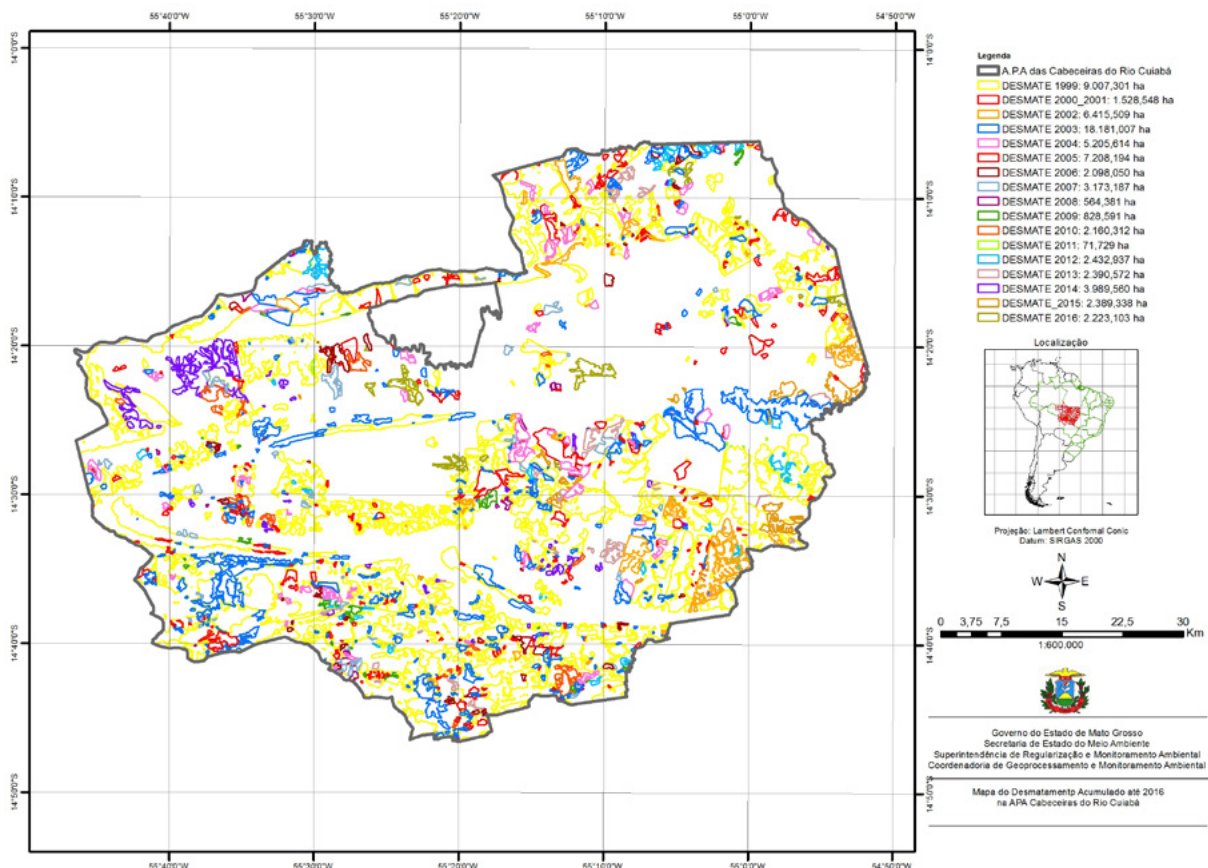


Fig. 18 – Mapa de desmatamento acumulado até 2016 na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

Entre 2012 e 2016, o desmatamento somou 13.454 ha e destes 74% (9.959ha) ocorrendo em imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural devido ao aumento na área de produção do agronegócio (especialmente pecuária e soja) (*Ibid*).

A Fig. 19 apresenta o limite de imóveis rurais e desmates ocorrido na região.

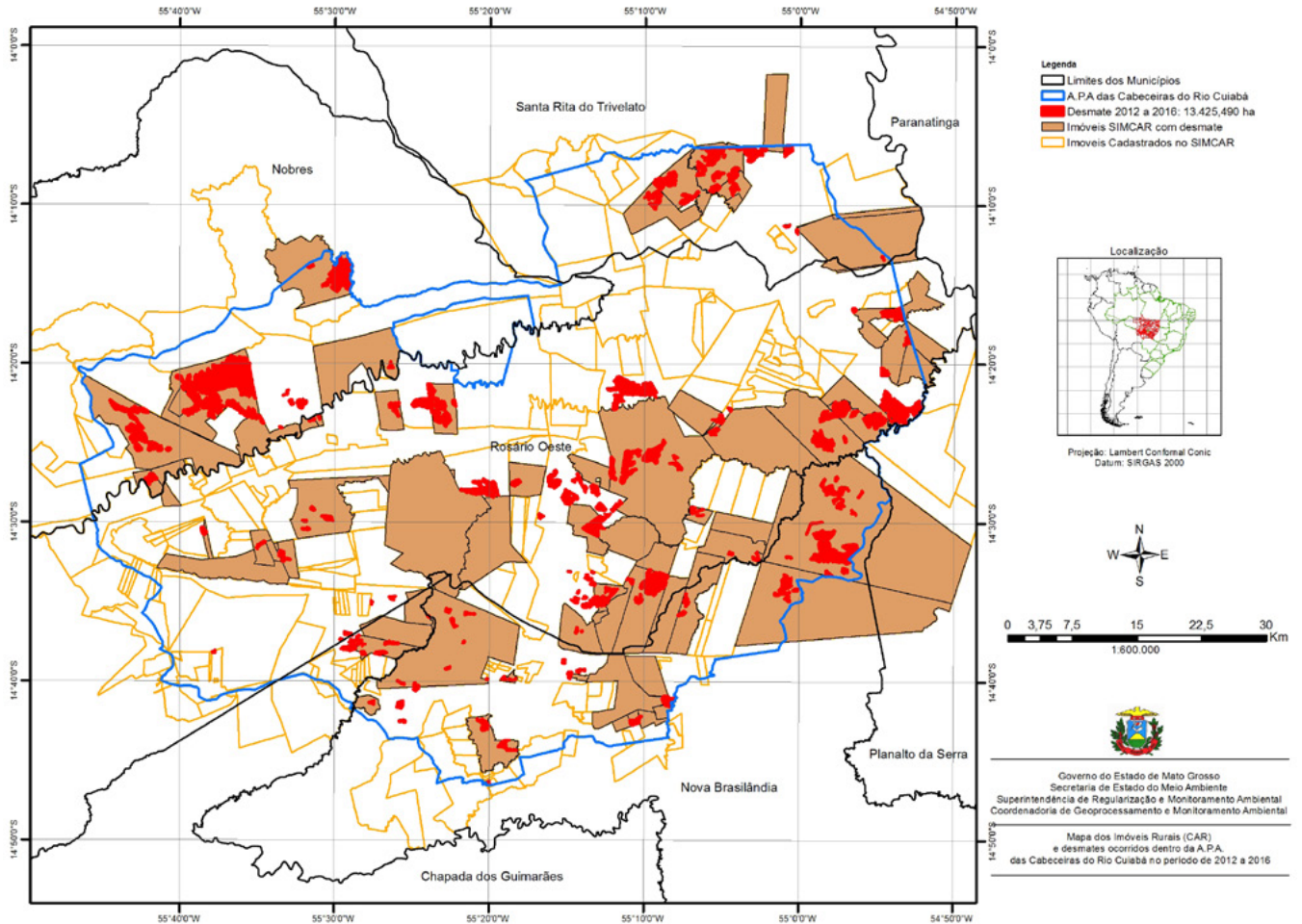


Fig. 19 – Mapa com limites de imóveis Rurais (CAR) e desmates ocorridos de 2012 à 2016

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

*De 192 imóveis identificados no Cadastro Ambiental Rural que estão parcialmente ou totalmente no interior da APA, somente 44 tem menos de 4 módulos fiscais, enquanto 148 são médias e grandes propriedades e, dessas, 45 propriedades ocupam mais de 50% da área da APA, o que aponta a grande concentração fundiária existente na região.*

*De 2010 a 2015, a área de soja plantada mapeada pelo IBGE nos municípios de Rosário Oeste e Nobres foi respectivamente multiplicada por 6,2 e 4,8. Analisando os dados atualizados pela plataforma SOJASat, desenvolvida pelo grupo de pesquisa Geotecnologia Aplicada em Agricultura e Floresta (GAAF), no período de 2016/ 2017, Nobres plantou 49.667 hectares de soja e Rosário Oeste atingiu seus 25.451 hectares plantados. (ICV, 2018, p.4).*

Com base no censo de 2017 do IBGE, as cidades de Rosário Oeste e Nobres têm uma área de 743.779 hectares utilizados pelo sistema agropecuário, onde 76,147ha são de uso por Condomínio, Consórcio ou União de pessoas enquanto 400.195 são ocupados por produtores individuais (Tabela 11).



**Tabela 11 – Estabelecimentos Agropecuários**

Estabelecimentos Agropecuário	Rosário Oeste	Nobres	Área total (hectares)
Área de Estabelecimentos agropecuário (hectares)	487.122	247.657	734.779
<b>Condição legal do produtor</b>			
Condomínio, Consórcio ou União de pessoas (hectares)	55.585	20.562	76.147
Produtor Individual (hectares)	400.195	224.66	400.195

Fonte: IBGE (2017)

Dentro deste contexto agropecuário, conforme dados apresentados na tabela 12, percebe-se que a maior parte do território de Rosário Oeste e Nobres está ocupado por pastagens, em segundo lugar estão as matas e florestas, em terceiro lugar as lavouras e em quarto lugar os sistemas agroflorestais (IBGE, 2017).

**Tabela 12 – Utilização da terra nos territórios de Rosário Oeste e Nobres**

Utilização da Terra Agropecuário	Rosário Oeste	Nobres	Total
Lavouras (hectares)	30.700	47.625	78.325
Pastagens (hectares)	281.398	95.656	377.054
Matas ou Florestas (hectares)	129.981	88.695	218.676
Sistemas Agroflorestais (hectares)	28.207	9.095	37.302

Fonte IBGE (2017)

## Povos e Comunidades Tradicionais da Área de Abrangência da APACRC e PEAC

Segundo o “Mapa dos Grupos Sociais” elaborado por SILVA E SATO (2012) o estado de Mato Grosso possui um mosaico cultural de identidades interatuantes invisibilizadas ou pouco conhecidos, o que faz com que muitos destes grupos não sejam contemplados na elaboração de políticas públicas do Estado, tendo como exemplo a construção do “Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT) que não contemplou os diferentes grupos sociais que compõe a paisagem mato-grossense” (SILVA E SATO, 2012, p.09).

Os grupos identificados no estado de Mato Grosso são: povos indígenas, povos indígenas isolados, comunidades quilombolas, comunidades pantaneiras, povos morroquianos, grupos de siriri, cururu e dança do congo, grupos com expressões ligados à espiritualidade, povos ciganos, retiros do Araguaia, seringueiros, comunidades extrativistas, agricultores familiares, artesãos, comunidades ribeirinhas, atingidos por barragens (MAB), assentados, acampados, articuladores e apoiadores e alguns movimentos.

Apresenta-se a seguir os povos e comunidades tradicionais, além de outros grupos sociais que compõem a área de abrangência da APACRC e do PEAC, a partir do estudo realizado por Silva e Sato (2012).

## Povos Originários

Na cidade de Nobres está presente a Terra Indígena Santana, com uma área de 35.987,95 ha (corresponde a 9,20% do território municipal) e habitada pelo povo Bakairi, tendo o território homologado pelo Decreto 98.143 – 15/09/1989, (TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL, 2021).

O povo Bakairi, tem a língua falada Bakairi, de família linguística Karib, são povos originários da região do Alto Xingu e se deslocaram para a região por volta de 1900 e 1920 tendo hoje a Terra Indígena (TI) Bakairi nos municípios de Paranatinga e Planalto da Serra (fora da área de abrangência da APACRC e do PEAC) e a TI Santana localizada na cidade de Nobres (FLORES, MACIEL E ALMEIDA, 2015).

Segundo os mesmos autores, os Bakairi

*se organizam em grupos familiares identificados pelo local em que vivem, por exemplo, próximos aos riachos. Esses grupos são liderados por seus chefes que são pessoas dotadas de poder político conquistado para tal função. Os chefes reunidos constituem um conselho que sustentam a ordem política e jurídica. Estes também representam o grupo perante outros núcleos familiares e os não indígenas (FLORES, MACIEL E ALMEIDA, 2015).*

A população do povo Bakairi, da TI Santana é de 206 índios (TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL, 2021). Segundo a FUNAI, em fevereiro de 2021 os Bakairi da TI Santana protocolaram junto à instituição um projeto de licenciamento ambiental para desenvolvimento de agricultura sustentável, o que segundo o líder Edson Bakairi, vai melhorar a qualidade de vida do povo que é agricultor por natureza (FUNAI, 2021).

Para Silva e Sato (2012), os povos originários de MT

*Lutam pela demarcação e pela proteção de suas terras, pelo direito ao ambiente preservado, pela perpetuação de sua cultura, seus modos de vida e seus lugares sagrados; protestam contra a expansão das monoculturas, o envenenamento de seus rios e o uso de agrotóxicos no entorno de suas terras. Atualmente, a implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) vem ameaçando ainda mais a integridade desses povos. Portanto, é emergencial construir políticas públicas eficientes que consigam proteger e manter as terras indígenas com infraestrutura, para que a diversidade da vida continue a pulsar nesses territórios identitários. A proteção das áreas em que esses povos habitam, é apenas um passo do amplo desafio das políticas públicas e dos organismos responsáveis para garantir a integridade desses povos e, ao mesmo tempo, propiciar condições para a autonomia de seus destinos (SILVA E SATO, 2012, p. 25).*

A Fig. 20 apresenta a localização dos povos originários no Estado de Mato Grosso, sendo o local em destaque (vermelho) a localização da Terra Indígena Santana, povo Bakairi, na cidade de Nobres.

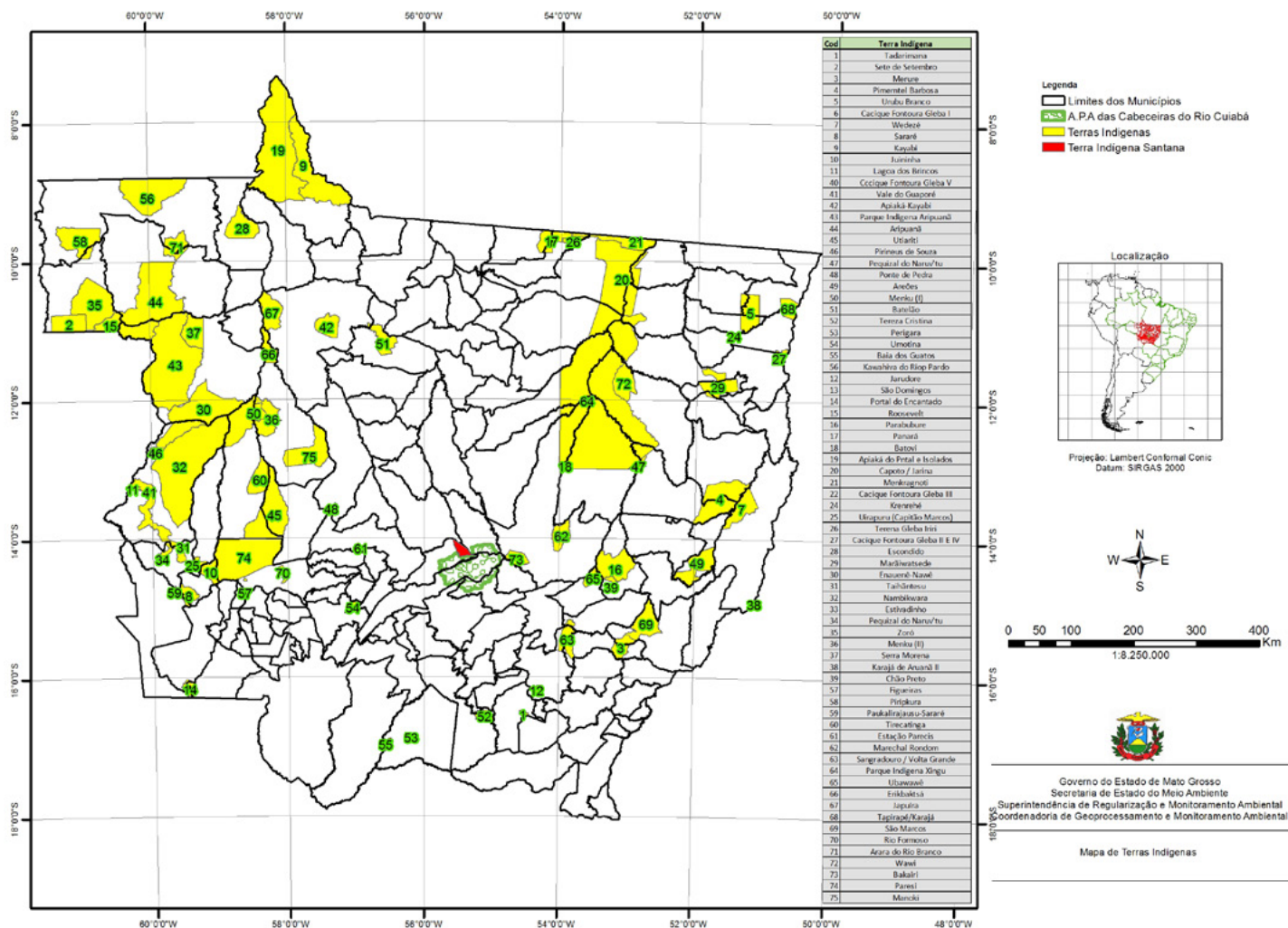


Fig. 20 – Mapa do estado de Mato Grosso com a localização dos povos originários.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

## Ribeirinhos

Os ribeirinhos possuem sua atividade associada à pesca, porém desenvolvem sua economia local através do cultivo de hortaliças, frutas, raízes e grãos, podendo, ainda, trabalhar com o extrativismo vegetal (SILVA E SATO, 2012). Pelos estudos realizados por Silva e Sato (2012), um dos maiores conflitos enfrentados pelos ribeirinhos está relacionado ao turismo da pesca.

*Os ribeirinhos vivem à beira dos rios, com forte identificação com a água, a atividade é predominantemente pesqueira, apoiada pela agricultura de várzea e de terra firme. Os principais conflitos socioambientais enfrentados por esses povos estão relacionados ao acesso aos produtos pesqueiros, de forma peculiar, pela invasão dos pescadores impulsionados pelo turismo da pesca. (...) lutam para manter a forma tradicional de viver, e que atualmente o leito do rio está mudando, pois há seca nas estiagens, assim como, há falta de peixes nos rios devido à sobrepesca (Ibid, p. 41).*

Em estudo realizado por Reis e Bellini (2010), foram entrevistadas 11 comunidades ribeirinhas da Bacia do Rio Cuiabá no estado de MT sendo que 3 comunidades são do município de Rosário Oeste: Sítio Figueiras, Sítio Nicolau e Sítio Nova Esperança.

A partir do olhar dos pesquisadores e considerando a representação de algumas comunidades ribeirinhas da APACRC podemos aqui trazer uma breve percepção do contexto destas comunidades.

Segundo o levantamento dos pesquisadores Reis e Bellini (2010), nas comunidades ribeirinhas da bacia do rio Cuiabá foi observado que:

- 64% dos entrevistados nunca saíram da região, são comunidades tradicionalmente arraigados às suas peculiaridades sempre se relacionando com o rio e seus recursos, com o solo e suas possibilidades, com o cerrado e suas potencialidades;
- a expansão das fronteiras econômicas capitalistas influenciou 21,5% dos entrevistados a mudarem para outras cidades e sem obter resultados positivos retornaram para a região de origem;
- índice de analfabetismo é considerado baixo, pois 87% da população entrevistada tem ensino fundamental; e
- atividades exercidas: pescador profissional (88,6%), pescador amador (2,8%), roça (4,4%), autônomo (1,4%) e aposentado/pensionista (2,8%).

Em Rosário Oeste há a Colônia de Pescadores Z13, uma organização associativa que conta hoje com 678 pescadores cadastrados.

## **Agricultores Familiares e Grupos de Assentados**

Nas cidades onde parte do seu território compõe a APACRC e PEAC estão presentes agricultores familiares e assentamentos como nas cidades de Rosário Oeste, Nobres, Santa Rita do Trivelato, Chapada dos Guimarães e Planalto da Serra.

Conforme a Fig. 21, é possível identificar a distribuição dos agricultores familiares no estado de Mato Grosso e, também, na região da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá.

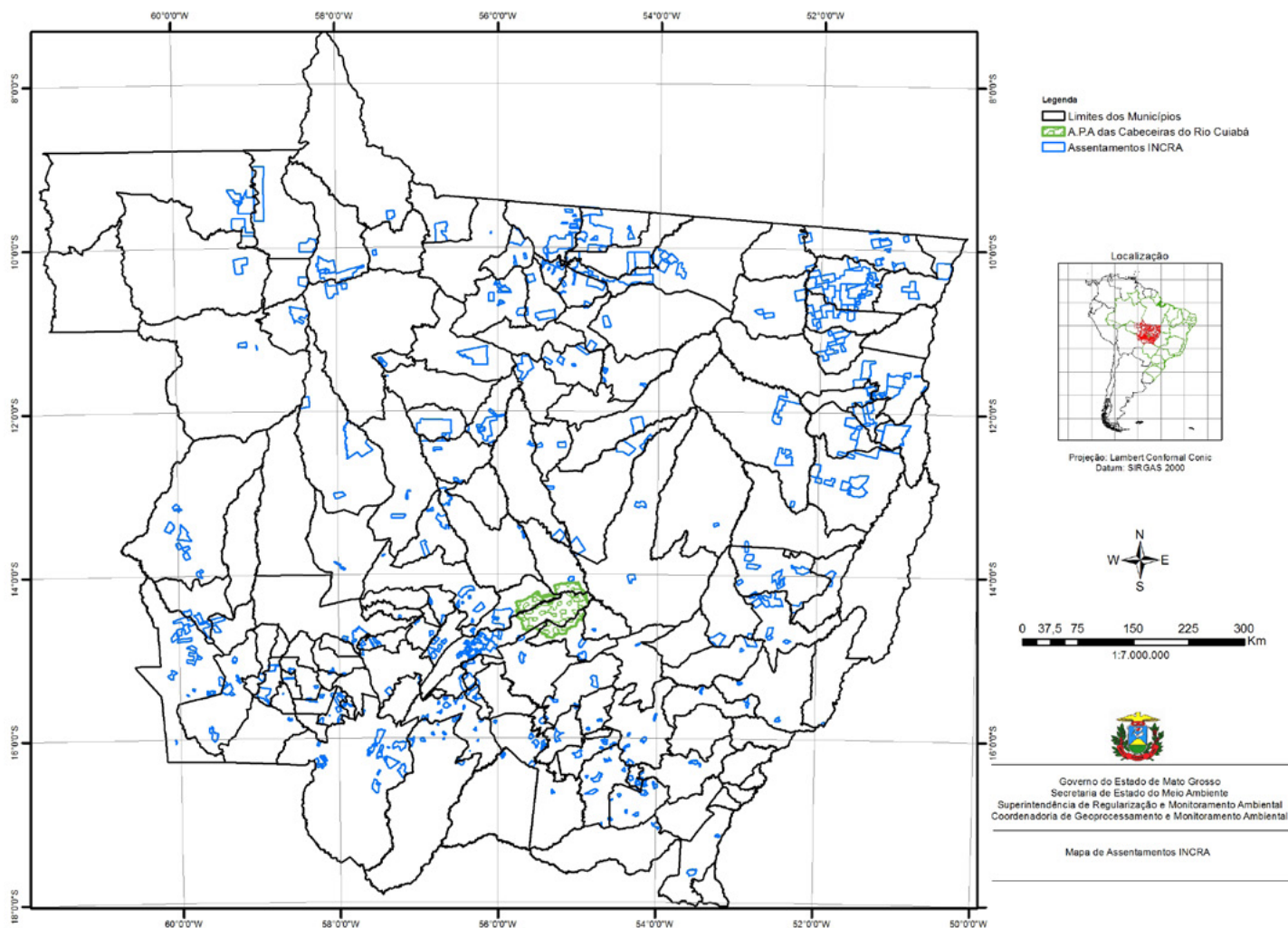


Fig. 21 - Mapa com a localização dos agricultores familiares.

Fonte: Coordenadoria de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental do Estado de Mato Grosso, 2022.

Para Silva e Sato (2012), a presença de agricultores familiares – camponeses se faz presente em várias partes do estado de MT, variam no tipo de produção agrícola, tem preferência aos insumos com defensivos naturais e ao controle biológico das pragas, em sua maioria são também extrativistas, alguns agricultores desenvolvem atividades como produção de farinha de mandioca, produção de rapadura e de mel.

Além dos agricultores familiares, a região também possui grupos de assentados. A figura 22 apresenta a localização dos assentamentos, conforme mapa social de Silva e Sato (2012).

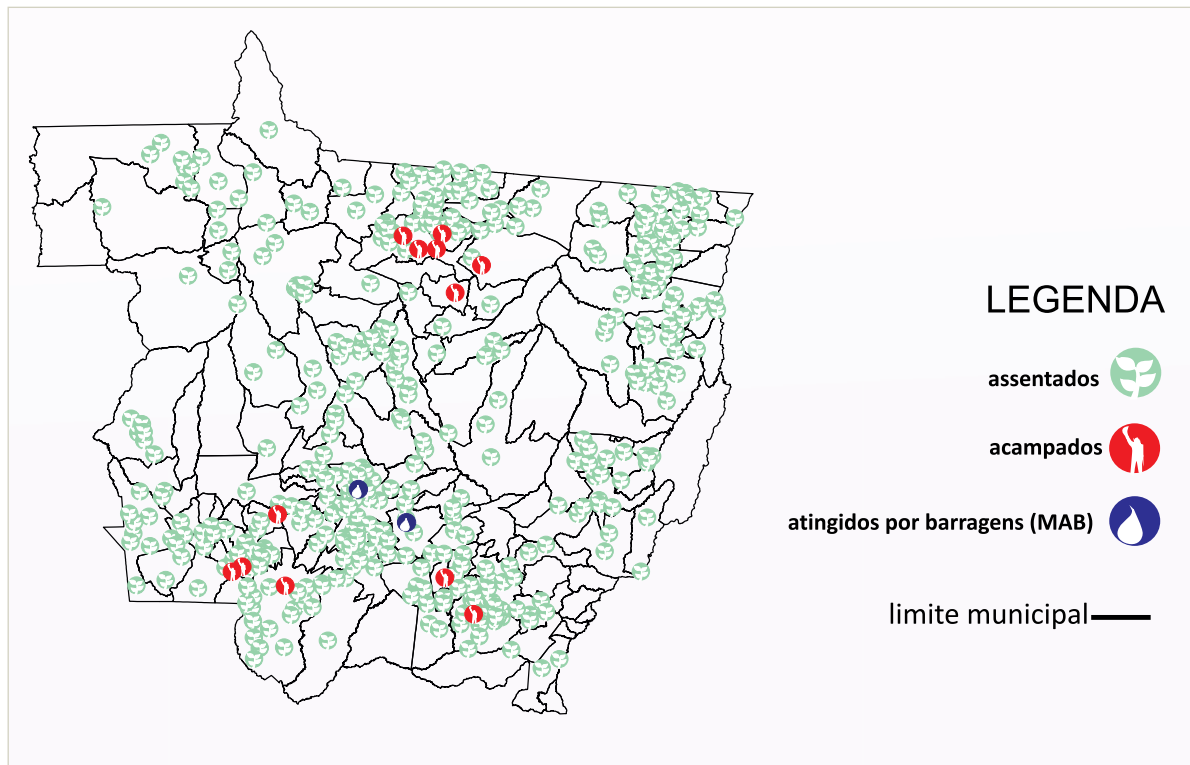


Fig. 22 – Mapa com a localização dos povos assentados no estado de Mato Grosso.

Fonte: Silva e Sato (2012).

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas em um imóvel rural, instaladas pelo Incra, onde cada parcela ou lotes é destinado a uma família ou trabalhador rural que não possui condições econômicas para comprar o imóvel; sendo que a família beneficiada deve residir e utilizar o lote a partir de diferentes atividades produtivas (INCRA, 2020).

Os assentados são “agricultores familiares-camponeses que constroem seus significados e identidades, muitas vezes, por meio da economia solidária; geralmente vivem de agricultura de subsistência” (SILVA E SATO, 2012).

Segundo dados do IBGE (2017), os estabelecimentos agropecuários distribuídos pelos municípios de Rosário Oeste, Nobres, Santa Rita do Trivelato, Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia e Planalto da Serra estão relacionados na tabela abaixo:

**Tabela 13 – Características dos estabelecimentos agropecuários dos municípios que compõem a APACRC e do PEAC.**

	Rosário Oeste	Nobres	Santa Rita do Trivelato	Chapada dos Guimarães	Nova Brasília	Planalto da Serra
<b>Área e estabelecimento agropecuário (hectares - ha)</b>						
Condição legal dos produtores <i>*Condomínio, Consórcios ou união de pessoas</i>	55.585 ha	2.0562 ha	64.515 ha	28.281 ha	-	x
<i>Condição do Produtor em relação às terras</i>						
*Proprietário(a) inclusive os(as) proprietários(as) de terras tituladas coletivamente (hectares - ha)	455.604 ha	225.633 ha	223.638 ha	271.333 ha	219.798	x
*Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitivas (hectares - ha)	9.691 ha	x	-	x	-	
<b>Número de estabelecimentos agropecuários (estabelecimentos)</b>						
Condição legal dos produtores <i>*Condomínio, Consórcios ou união de pessoas</i>	162	55	13	81	52	5
<i>Condição do Produtor em relação às terras</i>						
*Proprietário(a) inclusive os(as) coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente (estabelecimentos)	1.273	409	75	1.026	202	251
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitivas (estabelecimentos)	293	231	-	39	186	-
*Produtor sem área (estabelecimentos)	11	2	-	-	-	-

Fonte IBGE (2017)

A partir dos dados apresentados na Tabela 13, é possível perceber que entre os municípios especificados que fazem parte da APACRC e/ou PEAC, considerando a abrangência das UCs e seus arredores, a área para produtores agrícolas (seja por condomínio, consórcios ou união de pessoas) bastante significativo e caracterizando o potencial agrícola da área em discussão. Apesar da maior parte dos espaços destinados à agricultura estarem titulados, 9.691 hectares estão esperando a titulação.

Considerando o número de propriedades na área acima especificada, é possível observar, pelos dados do IBGE (2017), que são 3.236 terras tituladas coletivamente, 749 aguardando a titulação definitiva e 13 produtores que não possuem estabelecimentos.

Segundo dados do Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT (2018) e do INCRA (2021), os assentamentos presentes nos municípios que fazem parte da APACRC e seus arredores estão explicitados na tabela 14.

Tabela 14 – Assentamentos na área dos municípios que compõem a APACRC e PEAC

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS - INTERMAT (2018) / INCRA (2021)	Denominação do projeto de assentamentos rurais	Modalidade	Área (ha)	Famílias Homologadas/ Assentadas		Fase	
Rosário oeste	Bakairi	Tradicional	507,2210	7		4	
	Belga	Tradicional	15.664,8900	146		4	
	Bororo	Tradicional	6.924,5440	41		4	
	Cachoeirinha	Tradicional	2.154,0810	68		3	
	Canário	Tradicional	722,1238	5		3	
	Cardeal	Tradicional	718,7999	31		3	
	Chapadão	Convencional	3.154,1120	120		3	
	Curió	Tradicional	2.933,9820	12		3	
	Forquilha do Rio Arruda	Tradicional	12.691,2900	184		4	
	Forquilha do Rio Manso		17.171,2957	365		6	
	João de Barro	Tradicional	1.187,9510	30		4	
	Kadvel	Tradicional	1.147,8010	27		4	
	Karajás*	Tradicional	2.575,1350	96		4	
	Mandiocal	Tradicional	2.141,7650	141		4	
	Maria Benvinda de Avila Soares		6.009,2400	90		3	
	Nossa Senhora da Esperança		4.505,3635	104		3	
	Pavão	Tradicional	497,0678	22		3	
	Raizama		2.439,5000	82		3	
	Santa Helena III		1.660,0621	36		3	
	Socó	Tradicional	1.562,1760	73		4	
	Tamoio	Tradicional	944,6187	16		4	
	Tijuca	Tradicional	2.424,7780	116		4	
	Tucano	Tradicional	115,4520	3		4	
	Tupinanbá	Tradicional	91,9675	20		4	
	Xavante	Tradicional	1.649,9390	27		4	
	Xororó*	Tradicional	2.552,1500	125		4	
	Nobres	Coqueiral/Quebó		50.409,7648	559		3
		Sela Dourada	Convencional	14.648,0100	78		4
		Serragem		1.043,0000	67		3
	Chapada dos Guimarães	Barra do Ribeirão*	Convencional	491,8510	59		
Jangada Roncador		Convencional	18.708,8230	208		4	
Manequinho		Vila Rural	52,8015	31		3	
Praia Rica			4.065,0000	43		3	
Quilombo			6.472,9773	103		3	
Sta. Rita do Trivelato	Ponte de Barro		4.397,0000	29		3	
Nova Brasilândia	Fica Faca		7.423,4946	79		3	
	Santa Rosa		6.087,0000	134		3	
Planalto da Serra	PA Vinagre Lote 31		948,0000	12		3	
			208.895,0282	3389			

\*EM LITÍGIO (processos judiciais). TRADICIONAL – quando a área é passada de pai para filho (sucessão). CONVENCIONAL – quando a área é adquirida pelo Estado. FASES: 3 - Assentamento Criado/Fase 4 - Assentamento em Instalação/ Fase 6 - Assentamento em Consolidação. Fonte: INTERMAT (2018)/INCRA (2021).



Pelos dados apresentados na tabela 14, podemos observar que entre os municípios que estão na área da APACRC e/ou PEAC e seus arredores, são 36 assentamentos, sendo Rosário Oeste com o maior número de projetos de assentamento (26). Dentre os 36 assentamentos na região e sua área de influência, há 19 projetos em Fase 3 (assentamento criado), 17 projetos em Fase 4 (assentamento em instalação) e 1 projeto em Fase 6 (assentamento em consolidação).

De modo geral, são 195.384,5336 ha de terra em projeto de assentamento envolvendo 3.176 famílias.

## Instituições e Organizações

### Instituições de Ensino

As instituições de ensino presentes nos municípios na área da APACRC e/ou do PEAC, estão abaixo especificadas na Tabela 15.

**Tabela 15 – Instituições de ensino**

INSTITUIÇÕES DE ENSINO						
	Rosário Oeste	Nobres	Sta. Rita Trivelato	Nova Brasilândia	Chapada dos Guimarães	Planalto da Serra
Ensino Infantil (unidades)	9	9	3	2	15	1
Ensino Fundamental (unidades)	13	11	2	3	18	3
Ensino Médio (unidades)	3	3	1	1	6	1

Fonte: IBGE (2020)

Considerando os dados referentes ao ensino básico, os municípios especificados na tabela 15 apresentam um total de 39 unidades de ensino infantil, 47 unidades para o ensino fundamental e 14 unidades para o ensino médio.

A taxa de escolarização e valores do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das cidades observadas (Rosário Oeste, Nobres, Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães e Planalto da Serra) consta na Tabela 16.

**Tabela 16 – Taxa de escolarização e IDEB**

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E IDEB						
	Rosário Oeste	Nobres	Sta. Rita Trivelato	Nova Brasilândia	Chapada dos Guimarães	Planalto da Serra
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	96,50%	97,80%	97,30%	95,40%	95,70%	98,5%%
IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede Pública) (2021)	4,9	5,4	6,1	5,1	5,2	5,4
IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede Pública) (2021)	4	4	5,5	4	4,5	-

Fonte IBGE (2010/2021)

Segundo dados da Tabela 16, a média do nível de escolarização (6 a 14 anos) da região é de 96,87%, sendo o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental variando entre 4,9 e 6,1 e dos anos finais do ensino fundamental com variação de 4 a 5,5.

### Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

Dados do IBGE demonstram a presença de Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos na área em estudo, conforme apresentado na Tabela 17.

**Tabela 17 – Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos**

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E IDEB						
	Rosário Oeste	Nobres	Sta. Rita Trivelato	Nova Brasilândia	Chapada dos Guimarães	Planalto da Serra
<b>Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos</b>						
Associações Patronais, Profissionais e de Produtores Rurais (Unidades)	3	3	1	2	14	-
Meio ambiente e proteção animal	-	-	-	-	1	-
<b>Entidades sem fins lucrativos</b>						
Educação e pesquisa (unidades)	6	6	4	3	22	3
Partidos Políticos, Sindicatos, Associações Patronais e Profissionais (unidades)	4	4	1	2	19	2
Meio Ambiente e proteção animal	-	-	-	-	1	-
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2	2	-	1	13	-

Fonte IBGE (2016)

Considerando as associações de produtores rurais, o território possui um total de 23 instituições, no que diz respeito às entidades com foco em meio ambiente e proteção animal, a região conta com o registro de uma instituição no município de Chapada dos Guimarães. Quanto aos aspectos institucionais sem fins lucrativos foram identificadas 44 unidades de educação e pesquisa, 32 unidades entre partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais, uma unidade de meio ambiente e proteção animal e 18 unidades de instituições com outros propósitos.

## Estrutura Administrativa da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá

As Unidades de Conservação, segundo o Art. 7º do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado de Mato Grosso, podem ter um Conselho Consultivo ou um Conselho Deliberativo que deverão ser constituídos por “representantes da comunidade científica, dos municípios envolvidos, das comunidades locais e de entidades ambientalistas, de forma a garantir a inserção regional da unidade e o planejamento participativo na sua implantação” (MATO GROSSO, 2011, p. 3).

O Conselho, segundo MMA (2014), “é um fórum de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas”, onde são decididos assuntos relacionados ao funcionamento do Conselho conforme seu Regimento Interno; sobre o conteúdo do seu Plano de Ação e onde se emite recomendações e moções.

A APACRC e o PEAC possuem um Conselho Consultivo comum para gerir as duas UCs, pois segundo o Art. 34 do SEUC, “quando existir um conjunto de Unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, contíguas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, poderá ser constituído um Mosaico, visando à otimização da gestão” (MATO GROSSO, 2011, p. 6).

Esse Conselho foi criado pela Portaria nº 909 de 05 de dezembro de 2017 e, a partir de um período sem atividades, o conselho foi reativado pela Portaria nº 761 de 21 de setembro de 2022, que alterou o Artigo 2º da Portaria nº 909, passando a ter a seguinte composição (MATO GROSSO, 2022, p. 12):

### **I - Administração Pública:**

- a) Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT;
- b) Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT;
- c) Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT;
- d) Prefeitura Municipal de Nobres - MT;
- e) Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT;
- f) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso;
- g) Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

- h) Departamento de Água e Esgoto de Rosário Oeste - DAE;
- i) Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT;
- j) Câmara Municipal de Rosário Oeste;
- k) Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

## **II - Sociedade Civil**

- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário Oeste;
- b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Brasilândia;
- c) Federação de Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso - FEPESC;
- d) Associação de Proteção a Vida e Meio Ambiente - APVA;
- e) SESC Serra Azul;
- f) Indígenas Representantes Etnia Bakairi;
- g) Associação da Região da Serra Azul;
- h) Organização não Governamental - FONASC-CBH;
- i) Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Rosário Oeste - SINTSPROESTE;
- j) Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Distrito de Marzagão,
- k) Votorantim Cimentos S/A.

O Conselho da APA e do Parque é bipartite, com representantes em igual número da Administração Pública e da Sociedade Civil, totalizando 22 instituições participantes.

As atribuições do Conselho Consultivo, conforme o Art. 05 da Portaria 909, são (MATO GROSSO, 2017, p.16):

- I - elaborar seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração e/ou implementação do Plano de Manejo das Unidades de Conservação - UCs, quando couber, garantindo o seu caráter técnico e participativo;
- III - buscar a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com as unidades;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC;
- VI - *emitir parecer de caráter consultivo sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;*
- VII - *acompanhar a gestão pela OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidades;*
- VIII - acompanhar e recomendar o estabelecimento de parceria com instituições de pesquisas;
- IX - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC, em sua área de entorno, mosaicos ou corredores ecológicos;

- X - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso;
- XI - acompanhar o *processo de regularização fundiária*. (MATO GROSSO, 2017, p.16).

O Regimento Interno do Conselho Consultivo da APACRC e do PEAC foi criado pela Portaria nº 188, de 13 de março de 2019, que institui a natureza do mesmo, sendo este estruturado por meio de uma Plenária, Presidente, Vice-presidente, Secretaria Executiva (1º e 2º secretários). Pode, ainda, ser criado Grupos de Trabalho.

A finalidade do Conselho Consultivo, segundo seu regimento interno, é a de contribuir na implantação e no cumprimento dos objetivos de criação da APACRC e do PEAC. Dentre as atribuições do Conselho Consultivo destacam-se:

- formular propostas para a gestão das UCs;
- discutir e propor ações prioritárias;
- participar e avaliar as ações de planejamento; e
- opinar sobre a destinação dos recursos financeiros.

## Parte 2

# Diagnóstico Participativo

A parte 2 do eixo situacional deste PPP, o Diagnóstico Participativo, resulta dos diálogos, reflexões, escutas e mapeamentos do processo metodológico de construção coletiva que identificou as percepções sobre a realidade socioambiental, com seus desafios, problemas, potencialidades e demandas. Esta parte está organizada com os seguintes tópicos: Potencialidades Socioambientais; Conflitos e Problemas Socioambientais; Demandas Socioeducativas Locais; Diálogos sobre o Conselho Consultivo; Cartografia Socioambiental e Instituições e Organizações presentes nos municípios da APA.

### Potencialidades Socioambientais

A APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e o Parque Estadual Águas do Cuiabá, por toda sua sociobiodiversidade, possuem características únicas e de tal relevância que sua preservação e conservação são imprescindíveis. As características da área de abrangência dessas Unidades de Conservação e seu entorno são reconhecidas pelos atores sociais envolvidos na construção participativa deste PPP, sendo motivo de orgulho para os mesmos, o que torna notória as potencialidades locais que podem ativar a transformação local.

As potencialidades foram organizadas em três categorias: i) Natureza e Biodiversidade; ii) Ser e estar na APA: afetos e particularidades; iii) Comunidade Indígena: o Povo Bakairi.

#### i) Natureza e Biodiversidade

Natureza e biodiversidade representam as potencialidades nesta categoria e demonstram o grande talento da região, mas que também são uma grande preocupação para as comunidades locais em função do avanço da agropecuária e mineração crescente na região da APA e/ou na sua área de influência que vem perdendo áreas naturais.

As potencialidades mencionadas pela população local, apontam uma rica biodiversidade, com flora e fauna exuberantes e uma área que apresenta grandes belezas naturais, como rios, cachoeiras, lagos, cânions, inúmeras cavernas.

A região é um local reconhecido pela sua grande disponibilidade hídrica, o que faz com que o turismo no local esteja diretamente relacionado às águas. É um território com inúmeras nascentes

que vão dar origem ao Rio Cuiabá e, por isto, a importância da preservação das mesmas, motivo pelo qual houve a criação das unidades de conservação. Na zona rural da APA há o encontro das águas (confluência) onde juntam-se os rios Cuiabá da Larga e o Cuiabá Bonito que vão dar origem ao Rio Cuiabá.

Localidades como Marzagão (área de influência da APA) há presença de água salobra, o que confere uma característica diferenciada, porém uma demanda por água potável para abastecimento da população local disponibilizada para uma fazenda local. Outras localidades no território da APA também apresentam água salobra e são pontos de turismo como, por exemplo, o Rio Salobra.

Na área da APA há uma grande presença de serras, morros e vales, conferindo uma beleza ímpar para a região. Destacam-se a Serra Azul, Serra Três Marias, Serra do Morro Pelado e o Vale do Limoeiro.

Por ser uma região com características de serras e vales, há a presença de inúmeras cavernas, sendo que muitas ainda não foram catalogadas. No município de Rosário Oeste estão catalogadas mais de 230 cavernas e em Nobres há uma perspectiva de mais de 100 cavernas. Estima-se que o número de cavernas seja bem maior do que o conhecido até o momento.

Muitas destas cavernas encontram-se em áreas particulares o que dificulta a catalogação e, em muitos casos, a sua preservação, um ponto de preocupação na região.

Pelas características da sua natureza e biodiversidade, a região tem um grande potencial turístico, como, por exemplo, o turismo das águas, turismo observacional, turismo indígena, turismo de visitação a unidades de conservação, turismo de cavernas, turismo rural (agricultura familiar).

## ii) Ser e estar na APA: afetos e particularidades

*Lugar é onde conflui a experiência e também como essa experiência se abre cotidianamente para o mundo. O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha sempre que estender para além deles para compreender o que significa no mundo.*

*(Edward Relph)*

O ser e estar na região da APA, a partir do olhar do afeto e das particularidades do território, estão apontadas nesta categoria. Um significado que vem a partir da experiência de estar neste local, como algo que experiencio nas particularidades do cotidiano e que realmente me toque, que me afete no sentido mais profundo que isto pode significar, fazendo surgir o sentimento de pertencer a este local. Para Larrossa (2002), a experiência é algo que nos passa, nos acontece, nos toca e, portanto, nos traz significados particulares e coletivos do estar em uma comunidade.

Para as comunidades, a APA é um local onde se dissemina conhecimentos e boas práticas, o que demonstra o caráter acolhedor, de afetos, de trocas entre os que ali vivem, evidenciando as boas práticas e a valorização do potencial de cada um.

O desejo de mudança é algo apontado como inerente à população local, estar presente na comunidade de forma participativa contribui de forma direta na evolução da mesma melhorando as condições de sobrevivência. O fato de ter comunidades próximas permite uma maior interatividade, diálogo e cooperação, principalmente com relação a objetivos comuns. Existe uma população que busca por novos conhecimentos e pelo fortalecimento da cultura regional.

### iii) Comunidade Indígena: o Povo Bakairi

*Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo.*

Ailton Krenack

Nesta categoria de potencialidades, apresentamos os povos e comunidades tradicionais e seu importante papel no território.

Os povos e comunidades tradicionais, segundo o Decreto nº. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são definidos como

*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)*

Na APA, a Comunidade Indígena da Aldeia Santana do Povo Bakairi é constantemente referenciada e está situada no município de Nobres. Esta comunidade tem muito a ensinar a todos, pois é uma comunidade que busca manter viva as suas tradições, sua cultura e, para tanto, demonstra a importância de que as tradições sejam passadas de geração a geração e, desta forma, demonstram a sua preocupação com os conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência serem passados para os seus descendentes (as gerações futuras) e, assim, fazer o melhor pela sua descendência.

A Comunidade Indígena da Aldeia Santana valoriza a educação do seu povo, a aldeia possui uma escola que vai da pré-escola até o ensino médio. A educação indígena é bilíngue (língua indígena e português), respeitando desta forma a cultura local. A aldeia apresenta um pátio, no estilo tradicional do povo, onde se reúnem e realizam suas atividades histórico-culturais, com danças e diversos rituais.

Segundo o povo Bakairi, eles possuem uma história de superação dentro do contexto do município de Nobres, sendo motivo de admiração pela população local, pois superaram a discriminação mostrando seus valores culturais, sociais e econômicos. É uma comunidade que preconiza a preservação do meio ambiente, sua vegetação, seus rios e os animais. O espaço onde encontra-se a Aldeia Santana é uma área preservada, de grande beleza natural, um oásis em meio a grandes fazendas agropecuárias, e com grande potencial para o turismo, a piscicultura e a agricultura.



## Conflitos e Problemas Socioambientais na Região

Os conflitos e problemas socioambientais identificados foram organizados em categorias para melhor compreensão, sendo elas: Perda da Biodiversidade e Ecossistemas; Saneamento Precário; Infraestrutura precária ou inexistente; Ocupação desordenada; Poluição, Fauna ameaçada; Legislação Ambiental frágil, inexistente ou desrespeitada; Agronegócio; Crise Hídrica; Gestão Ambiental; Falta de Conscientização; Desvalorização dos Povos Originários e, por fim, os problemas diversos chamados aqui como - Outros.

### Perda da Biodiversidade e ecossistemas

- desmatamento
- queimadas nas áreas naturais dos Biomas
- extinção de espécies e perda de biodiversidade
- diminuição da área do cerrado
- perda de recursos genético.
- ausência de informações sobre os processos que modulam e estruturam os ecossistemas.

### Saneamento precário

- falta de unidade de tratamento de esgoto
- lixão, lixo mal acondicionado (vetores de doenças)
- destino inadequado dos resíduos sólidos urbanos
- gestão inadequada dos resíduos sólidos urbanos, como a queima em fundos de quintais
- inexistência de gerenciamento de resíduos sólidos (sem coleta de lixo)
- aterro sanitário em local impróprio (situado acima das cabeceiras dos rios)
- ausência de administração do aterro sanitário
- assentamentos sem água

### Infraestrutura precária ou inexistente

- pontes quebradas (acesso interdito para chegar ao PEAC)
- estradas precárias, dificultando a venda de alimentos produzidos em comunidades rurais afastadas e acesso às escolas
- ausência de planejamento das estradas afetando as nascentes e, conseqüentemente, os rios, além de dificultar acesso a determinadas regiões da APA e do Parque.
- falta de sistema de Telecomunicações na área rural das UCs
- inexistência de transporte escolar: crianças andam 120 km para chegar na escola (Comunidades Água Fina, Santa Rosa e Morro Selado)

### Ocupação desordenada

- crescimento urbanos desordenado
- invasão de áreas de preservação
- falta de planejamento urbano
- loteamento das margens dos rios

### **Poluição**

- ar
- sonora
- hídrica
- lençol freático
- falta de estudos de impacto
- falta de monitoramento

### **Fauna ameaçada**

- pesca ilegal
- caça
- tráfico de animais
- atropelamento de animais silvestres
- invasão de animais silvestres na área urbana em busca de alimentos
- falta de estudos e informações sobre a função ecológica das espécies e seus potenciais socioeconômicos.

### **Legislação ambiental frágil, inexistente ou desrespeitada**

- afrouxamento no licenciamento ambiental para a produção agrícola da soja
- falta de legislação municipal
- ineficácia na aplicação das leis
- falta de protocolo para liberação de atividades que envolvam o meio ambiente

### **Agronegócio**

- avanço da agricultura de soja em áreas de amortecimento das UCs e no entorno dos assentamentos de pequenos produtores (lavouras contaminadas com agrotóxicos);
- degradação de área de várzeas e nascentes impactadas pelo avanço da agricultura;
- invasão da aldeia, pontos turísticos e cidades, devido a falta de fiscalização
- monocultura
- uso intensivo de agrotóxicos prejudicando a saúde da população, do solo, os lençóis freáticos, o ar
- cultivo de plantas exóticas
- implantação de drenos em áreas úmidas

### **Crise hídrica**

- assoreamento dos corpos d'água
- ausência de mapeamento de nascentes e cursos das águas
- nascentes desprotegidas, pisoteio pelo gado
- contaminação dos rios
- falta de água para abastecimento humano (localidades com água salobra, imprópria para consumo e plantio de horas)
- Usina do Rio Manso causando problemas locais
- novos projetos para construção de barragens de Rosário Oeste até Nobres
- falta de monitoramento limnológico
- falta de estudos sobre funcionamento de ecossistemas e nascentes do Pantanal
- falta de monitoramento e avaliação da qualidade de água de nascentes, rios e córregos.

### **Gestão ambiental frágil**

- inexistência de planos ambientais
- fiscalização insuficiente
- recursos humanos reduzidos para atender as demandas
- falta de estruturas institucionais públicas
- falta de secretarias municipais de meio ambiente
- falta de recursos financeiros para as políticas públicas
- falta de comprometimento do poder público com a continuidade de projetos de preservação de nascentes

### **Falta de conscientização**

- inexistência de Programas de Educação Ambiental
- população não tem consciência sobre a importância ambiental
- falta de esclarecimento (percepção) da população rural, comunidades que estão muito abandonadas e não possuem informações sobre as questões ambientais
- necessidade de sensibilização dos ribeirinhos para a época de reprodução e piracema
- não tem acesso à informação
- não tem oportunidades de qualificação
- inexistência de políticas públicas de educação ambiental
- não existe preservação do patrimônio histórico

### **Desvalorização dos Povos Originários**

- preconceito, como se fossem os responsáveis pelo fogo em algumas localidades;
- ameaças constantes, com risco de morte à comunidade como um todo;
- não conseguem organizar seu território para plantio de alimentos (precisam manejar vegetação e não tem liberação);
- necessidade de base brigadista nas comunidades, pois possuem pessoas capacitadas para o combate ao incêndio mas não tem base instalada;
- projetos de turismo desenvolvido, porém sem liberação para execução
- perda dos costumes tradicionais e regime tradicional de uso do território
- falta de acesso saúde, atendimento precário, falta de acesso a exames, falta remédios pelo SUS (precisam comprar remédios)

### **Outros**

- mudanças climáticas
- questões fundiárias não resolvidas
- turismo desordenado
- problemas sociais: extrema pobreza. Muitas comunidades rurais esquecidas pelo poder público (poucos eleitores o que não gera interesse para os governantes)
- falta de apoio do comércio local – incentivo à preservação (turismo)
- conflito de interesses (arrecadação x conservação)
- erosão do solo
- restrição de uso dos parques – é preciso ampliar visitação

## **Demandas Socioeducativas da Região**

Foram apontadas como necessidades socioeducativas a implementação de projetos, visando a formação em: silvicultura, meliponicultura, apicultura, reflorestamento, arborização, implantação de sistema agroflorestal, recuperação de nascentes e rios assoreados, formação em agricultura orgânica. Estas formações foram consideradas como preparatórias para gerar fontes de renda para as comunidades, já que a demanda por trabalho também foi destacada.

O Turismo de Base Comunitária foi uma demanda ressaltada, o que faz sentido devido ao grande potencial turístico da região. Neste contexto, algumas temáticas foram salientadas pelas comunidades como necessidades formativas que vão contribuir para o turismo: culinária, artesanato e plantas medicinais.

Outro ponto muito referenciado pelas comunidades é a necessidade de formação de brigadista na região da APA, visto o período seco da região onde a incidência de focos de incêndio aumenta e coloca em risco a fauna, flora e a população local.

## Diálogos Sobre o Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da APA e do Parque Estadual iniciou a sua reativação no ano de 2021, sendo a posse oficial dos seus representantes em 08 de maio de 2022 e publicada no Diário Oficial de Mato Grosso pela Portaria 761 de 21 de setembro de 2022.

Durante o processo formativo da construção deste Projeto Político Pedagógico foi dialogado junto aos seus representantes a visão dos mesmos a respeito da importância, expectativas, papéis, atribuições, princípios e valores do Conselho gerando os resultados a seguir.

### Com relação à Importância do Conselho Consultivo:

- Ter representatividade em sua composição;
- Ter comprometimento coletivo de seus representantes;
- Fortalecer-se, ter maturidade e resiliência buscando o desenvolvimento sustentável da região;
- Proporcionar formação continuada dos conselheiros com suporte da SEMA;
- Trabalhar para contribuir na organização das comunidades locais;
- Contribuir para trazer recursos para a região e ter mecanismos para gerenciar os mesmos;
- Contribuir para executar o PPP, considerando que todos os conselheiros são responsáveis pela sua execução e revisão;
- Agir conforme o Regimento Interno do Conselho Consultivo;
- Não ser engessado;
- Ampliar sua ação considerando não só a educação ambiental, mas outras políticas públicas socioambientais e instrumentos de gestão ambiental, dialogando com vários órgãos públicos e grupos sociais.

### Os Princípios e Valores do Conselho:

- Ética;
- Conhecimento das leis;
- Visão global, holística e humanista,
- Compromisso com o bem estar de cada um e da coletividade;
- Justiça ambiental e social;
- Colaboração;
- Dialogicidade nos processos e ações do Conselho
- Sustentabilidade.

### Para os conselheiros e conselheiras os Papéis e Atribuições do Conselho Consultivo foram sistematizados da seguinte forma:

- Diagnóstico e mobilização social: reconhecimento da área através de visitas in loco, identificação dos problemas, das atividades econômicas da região, inclusão dos produtores e comunidades do entorno no Conselho Consultivo, identificação dos pontos que demonstram a necessidade de reflorestamento;

- Articulação institucional e comunitária: busca de instituições parceiras que sejam envolvidas com a temática da educação ambiental na região e nas comunidades, como por exemplos: SEMA, Secretarias municipais de meio Ambiente, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, FUNAI, Comunidade indígena, Universidades (pesquisa), Votorantim Cimentos (Nobres), associações;
- Construção coletiva de ações de EA: ações de conscientização, projeto de reflorestamento com a participação da comunidade, escolas, Associações. Toda e qualquer obra dentro das regiões da APA e Parque devem passar pelo Conselho;
- Planejamento: planejamento das ações a partir dos diagnósticos com a identificação dos problemas.

## Cartografia Socioambiental

Uma das técnicas metodológicas utilizadas no diagnóstico participativo foi a cartografia socioambiental (biomapa, mapeamento socioambiental participativo). A cartografia socioambiental tem o objetivo de mapear aspectos importantes da realidade local, possibilitando aos participantes ampliarem suas ideias do espaço, identificando estruturas básicas presentes na comunidade para que possam refletir a respeito das mesmas (ECOAR, 2008).

Para Tassara e Ardans,

*Descrever coletivamente, então, uma paisagem significa escolher, de forma participativa, os atributos que melhor a representam, para o coletivo, em função do conjunto de olhares que o mesmo produziu sobre ela. Significa, também, relacionar, na linguagem, atributos característicos das paisagens: como elas são, como elas estão, o que há nelas, o que elas têm, qual a permanência ou mudança no tempo de atributos nelas identificados, quais atributos estão ausentes, entre outros. Esta descrição pode ser definida como mapeamento participativo do território (paisagem) ou mapeamento socioambiental participativo (TASSARA E ARDANS, 2007, p. 222).*

A visão macro do espaço onde o indivíduo e o coletivo estão inseridos, por meio da identificação das potencialidades, dos problemas, das instituições, das atividades presentes na região e dos elementos naturais provoca a reflexão do ser e estar no território, as interferências da ação antrópica e os efeitos do que isto gera nos territórios de vida

A cartografia socioambiental da APA apresenta os aspectos socioambientais georreferenciados como resultados dos diálogos, reflexões e mapeamentos realizados em diferentes ocasiões com o Conselho Consultivo e outros atores sociais da APA e sua área de influência, permitindo a revisão e aprimoramento até chegar no mapa final exposto na Fig. 23.

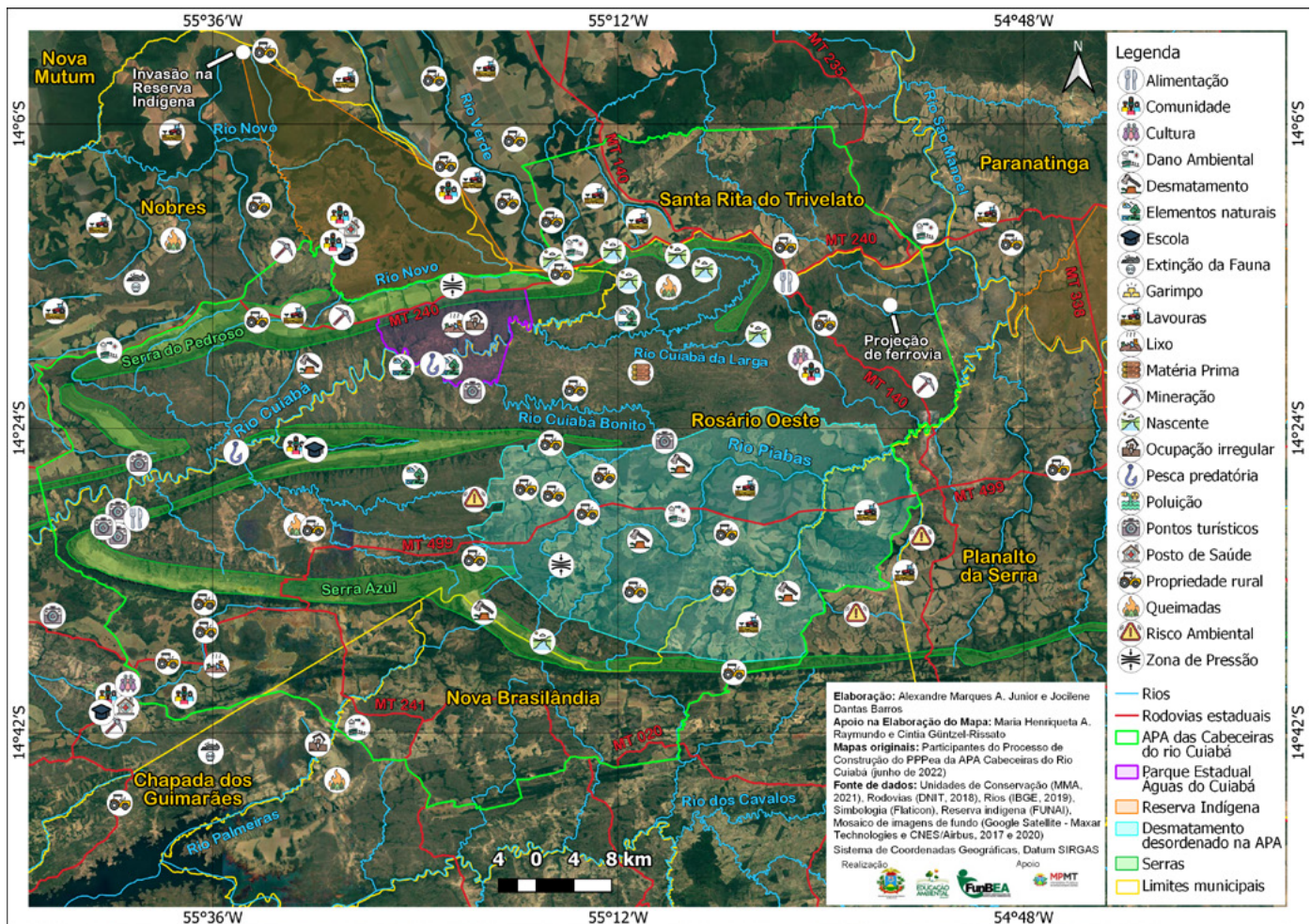


Fig. 23 - Cartografia socioambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá.

Como principais problemas que ocorrem no território a cartografia socioambiental expõe a agricultura intensiva, as queimadas, extinção da fauna, desmatamento, uso e ocupação do solo, a pesca predatória, poluição e lixões. As potencialidades locais indicadas são os pontos turísticos da região, como o Parque Sesc Serra Azul, Rio Triste, as grutas, rios, cachoeiras; a Aldeia Santana, Aldeia Cana e Aldeia Iguioió; as comunidades tradicionais da Família Pedroso, Comunidade do Marzagão e Comunidade Santa Luzia; as escolas municipais, restaurantes locais.

## Instituições e Organizações da APA e Sua Área de Influência

O processo de construção participativa do PPP possibilitou identificar uma lista de organizações institucionais e comunidades presentes nos municípios que compõem a APA, conforme apresentado na Tabela 18.

**Tabela 18 – Instituições e organizações presentes nos municípios que compõem a APA.**

Município	Instituições
Rosário Oeste	ASPERCNE- Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Nova Esperança Associação Amigos da Terra Associação Comunitária de Moradores e Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Cedral Grande Associação Comunitária de Mulheres Rurais de Cedral Grande Associação Comunitária Matogrossense de Agricultura Familiar Associação Cultural e Ambiental do Rio Acima Associação da Região da Serra Azul Associação de Agricultoras Familiares Perolas do Cerrado Associação de Agricultores Familiares da Gleba Soco Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Bauxi Associação de Mini e Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade de Três Ilhas Do Barranco Alto Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Cedral Grande Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Pindaival Associação de Pequenos e Mini-Produtores Rurais Terra Prometida Associação de Pequenos Produtores Rurais de Novo Horizonte Associação de Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Raizama Associação de Pequenos Produtores Rurais Lagoa do Campo Associação de Pequenos Produtores Rurais Renascer Associação de Pequenos Produtores Rurais Vale do Vão de Serra no Distrito de Bauxi Associação de Produtores Rurais Do Projeto De Assentamento Pa - Gomair Comunidade Pindura Associação de Turismo da Região Circuito das Águas - ATURCIRA Associação dos Apicultores de Rosario Oeste Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Rosario Oeste e Nobres - ACRON Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Pindura Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Cristalina na Forquilha do Rio Manso Associação dos Moradores da Marzagão Associação dos Moradores de Marzagão - Distrito De Rosario Oeste/MT Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Distrito Marzagão - AMPRDM Associação dos Pequenos e Mini Produtores Rurais de Rosario Oeste-MT ASPROVALE Associação dos Pequenos e Mini Produtores Rurais Monte Carlos Associação dos Pequenos E Minis Produtores Rurais Arca da Aliança da Região de Barra dos Bugres de Mato Grosso – ASPROALI Associação dos Pequenos Produtores Rurais ASPROTERRA Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Jose do Pantanal da Paz Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Pequizal Associação dos Pequenos Rurais – ASPROVIDA Associação dos Produtores Rurais Bons Amigos Associação dos Produtores Rurais D\do Assentamento Baunilha do Coqueiro Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Dois Irmãos I Associação dos Produtores Rurais da Gleba Mandiocal no Distrito de Arruda Associação dos Produtores Rurais de Arroz da Forquilha - APRAF Associação dos Produtores Rurais de Entre Rios Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Cocal Associação dos Produtores Rurais Fazendinha da Forquilha do Rio Manso Associação dos Proprietários da Fazenda Aliança e Outros – APFAO Associação dos Técnicos em Agropecuária de Mato Grosso Associação dos Trabalhadores da Terra Marzagão Nossa Senhora do Rosário Associação dos Trabalhadores Rurais Terra Conquistada da Região de Rosário Oeste Associação Pequenos Produtores Rurais das Comunidades Cachoeirinha Tarumã Angical Colônia de Pescadores e Aquicultores Z 13 Fundação de Cultura e Turismo de Rosario Oeste Instituto Ecológico e Sociocultural de Rosario Oeste



Município	Instituições
Nobres	<p>ACONTUN- Associação de Condutores de Turismo De Nobres MT  Associação Cultural Bom Jardim do Rio Acima  Associação Cultural Comunitária de Nobres  Associação de Cavaleiros, Amazonas e Tropeiros Rota das Águas  Associação de Condutores de Turismo Nobres/MT  Associação de Moradores da Comunidade de Bom Jardim  Associação de Moradores do Distrito de Coqueiral, Vila Roda D'água  Associação de Produtores Familiares do Setor Formosinha  Associação dos Agricultores e Produtores Rurais da Sela Dourada  Associação dos Parceiros Rurais da Gleba Coqueiral  Associação dos Pequenos Produtores R E Gleba Coqueiral  Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale da Água Doce  Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Lagoa Azul  Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Aliança do Quebo  Associação dos Produtores Rurais do Assentamento da Gleba Bonanza  Associação dos Produtores Rurais Novo Progresso  Associação dos Produtores Vale do Estivado  Associação dos Taxistas de Nobres/MT – ATN  Associação dos Trabalhadores Rurais e Assentadas no P A Bonanza  Associação dos Trabalhadores Rurais Nova Bom Jardim e Adjacências  Associação Nobrense de Apoio a Prevenção de Drogas  Associação Nobrense de Cultura e Artes  Associação Rota das Águas  Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-4  Conselho Deliberativo da Assessoria Pedagógica – CDAP</p>
Nova Brasilândia	<p>Associação Agropecuária Serra Azul – ASASA  Associação Brasilandense dos Apicultores</p>
Santa Rita do Trivelato	<p>Associação Comunitária de Comunicação e Cultura</p>
Chapada dos Guimarães	<p>Associação Central de Apoio aos Agricultores Familiares  Associação Chapadense de Materiais Recicláveis  Associação Cultural e de Amigos da Radiofusão Comunitária  Associação de Guias e Condutores de Ecoturismo  Associação de Proteção do Meio Ambiente  Associação dos Pequenos Produtores Rurais Pecuaristas e seus Assemelhados  Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente  Casa de Cultura Eusebia Palomino  Grupo de Siriri Patucha - Panorama Turístico Cultural Chapadense  Grupo Semente – Semeando para o Desenvolvimento Socioambiental  Instituto Nacional de Agroecologia e Sustentabilidade do Brasil</p>
Planalto da Serra	<p>Associação de Pequenos Produtores Rurais  Associação dos Agropecuaristas  Grupo de Siriri Flor da Serra</p>

Fonte: mapaosc.ipea.gov.br (2022)



A photograph of a person from behind, wearing a traditional feathered headdress with large brown and green feathers. The person is holding a green plastic bottle. The background is a blurred natural setting with vertical elements like reeds or grass.

## Eixo Conceitual

No eixo conceitual estão apresentados os sonhos, as concepções de sociedade e de ser humano, onde são definidos os princípios e valores que são a base para se chegar a este futuro desejado (BRASIL, 2006).

É importante mergulhar no eixo conceitual para construirmos e efetivarmos o eixo operacional, pois é aqui neste eixo que estão os pilares teórico-práticos e as utopias coletivas que podem se realizar a depender da potência educadora instalada nas Unidades de Conservação. O eixo conceitual deve permear toda a concretização do eixo operacional.

O eixo conceitual está disposto no seguintes tópicos: Fundamentos do PPP; Tecendo Significados sobre o Lugar em que Vivemos e Atuamos; A APA e o Parque dos Sonhos; Que Educação Ambiental Queremos para a APA e o Parque e, por fim, as Diretrizes Gerais deste PPP.

# Fundamentos do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental

---

*Projeto Político Pedagógico "é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos"*

ILMA VEIGA (2003)

Os Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental têm sua fundamentação legal, principalmente, a partir de dois marcos: a Constituição Federal de 1988, por garantir a educação ambiental como um direito constitucional e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394 de 1996), que fortalecem os projetos políticos pedagógicos (PPP) de escolas e outras instituições como instrumento de gestão de processos educativos.

A Constituição Federal de 1988, através do artigo 225, garante a todos o direito de um "ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". E, para tanto, o Poder Público deve "promover a EA em todos os níveis e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL, 1998).

No ano de 1992, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como ECO 92, em evento paralelo educadoras e educadores ambientais dos movimentos socioambientais de mais de 100 países elaboraram o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que estabelece 16 princípios e diretrizes da educação ambiental:

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

(Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis, 1992)

O Tratado de Educação Ambiental foi uma das bases para a criação da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) instituída pela Lei Federal nº 9.795/99, resultado do movimento ambientalista brasileiro engajado nas lutas sociais desde os anos de 1970. A PNEA determina que estados, municípios, setor privado e organizações da sociedade civil promovam a educação ambiental. Para tanto, a PNEA estabelece os princípios básicos da educação ambiental que são:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999)

Como forma de implementar a Política Nacional de Educação Ambiental, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), construído de forma participativa e cuja missão é “promover educação que contribua para um projeto de sociedade que integre os saberes nas dimensões ambiental, ética, cultural, espiritual, social, política e econômica, impulsionando a dignidade, o cuidado, o bem viver e a valoração de toda forma de vida no planeta” (MMA, 2018). O ProNEA assume 4 diretrizes: transversalidade, fortalecimento do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente), Sustentabilidade e Participação e Controle Social (*Op. Cit.*)

No ano de 2006 foi criado o Programa Nacional de Formação de Educadores(es) Ambientais (ProFEA), pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), de acordo com os princípios contidos na PNEA e no ProNEA. É a partir do ProFEA que é demarcado o uso do PPP para além das escolas, cujo documento elaborado,

*traz uma educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É, portanto, um documento identitário, no qual os sujeitos se veem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos (BRASIL, 2006).*

O PPP é constituído por 3 marcos: o conceitual, o situacional e o operacional.

*O **Marco Conceitual**, contém a idealização, o sonho de futuro, a concepção de sociedade e de ser humano partilhada pelo grupo. Nesta idealização estão definidos princípios, valores, ética que o grupo reconhece como bases para este futuro. O Marco Conceitual é o elemento menos volátil, menos dinâmico do PPP, por isso deve ser construído com a máxima profundidade possível, evitando-se a comodidade dos chavões, das frases feitas e das belas palavras vazias de significado para o grupo. (...) pede uma reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos, sobre como queremos que a sociedade seja, que qualidades humanas queremos promover.*

(...)

O **Marco Situacional** refere-se às características presentes do contexto, um diagnóstico da realidade socioeducacional local. Um diagnóstico deve ser pensado como ponto de partida para a realização de planos de trabalho não apenas no sentido “curativo”, mas também “preventivo”.

(...)

O **Marco Operacional** deve ser o planejamento objetivo das estratégias e ações a serem desenvolvidas, decorre de uma análise que contempla Marco Situacional e o Conceitual ao mesmo tempo. O Marco Operacional deve ser detalhado ao nível do cotidiano, se possível, para que cada indivíduo envolvido saiba o que deve fazer na “segunda-feira” (BRASIL, 2006).

É importante salientar, ainda, os marcos históricos de Projetos Políticos Pedagógicos nas Políticas Públicas Socioambientais no Brasil, conforme Raymundo (2018):

**Tabela 19 – Marcos de PPP nas Políticas Públicas Socioambientais do Brasil**

Ano	Marcos de Projetos Políticos Pedagógicos nas Políticas Públicas Socioambientais no Brasil a partir da Educação Ambiental
2004	ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (MMA/MEC) estimulando a construção de PPPs territoriais e institucionais.
2005	Projeto Político Pedagógico Aplicado a Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes (Publicação DEA/MMA).
2005	Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis” pautando a construção de PPPs nos territórios.
2007	Lançamento da ENCEA - Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (MMA/ICMBio) incentivando PPPs nos territórios das UCs
2009	Início do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF (MMA) trazendo a estratégia de elaboração de PPPs.
2011	ICMBio iniciou o processo de construção do seu PPP. Publicado na Portaria no 110/2018.
2014	Elaboração do Projeto Político Pedagógico do MMA e suas instituições vinculadas.
2016	MMA e ICMBio elaboraram os dois primeiros PPPs de unidades de conservação: RDS Itatupã Baquiá - PA e FLONA de Tefé – AM
2018	ICMBio cria a Instrução Normativa (IN) 19/2018 para elaboração de PPPEA (Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental) nas unidades de conservação federais.

Fonte: Raymundo, 2018

No sentido de fortalecer os Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação d Biodiversidade (ICMBio), foi criada a Instrução Normativa (IN) 19/2018 do ICMBio, que dispõe sobre conceitos, objetivos, princípios, diretrizes e procedimentos para elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental (PPPea).

É neste contexto de elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos de Educação Ambiental que está pautado o processo de construção participativa do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá.

## Tecendo Significados sobre o Lugar em que Vivemos e Atuamos

*Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos (BAUMAN, 2003)*

O processo de construção participativa do PPP revelou os sentidos, conceitos e percepções sobre a APA e o Parque sendo possível alinharmos as ideias, as reflexões, os diálogos que tecem narrativas do viver e atuar nessa região.

Viver e atuar na APA é uma realização, pois é um lugar onde se pode conviver em harmonia com o meio ambiente. Trata-se de um local de beleza exuberante, que possibilita contemplar a vegetação, os pássaros e as águas cristalinas, que é definido como paraíso no qual é possível uma conexão com a natureza. É um local que acolhe as pessoas, um local que transmite paz e, portanto, prazeroso de se viver, onde a vida ganha mais cores e mais sons. Um lugar que possibilita ter tranquilidade de vida com ar puro e fresco, mais tempo para viver, ou seja, um local que possibilita ter uma vida saudável. Um lugar onde se tem tudo o que precisa para viver.

A região da APA é considerada um local de muitas possibilidades de trabalho a serem exploradas, um lugar de muita fartura e de boas práticas. Território com solo fértil, casas com cultivo de hortas para consumo próprio como alface, couve, pimenta, manga, caju, lima, maracujá, melancia, mamão, banana e horto medicinal. Existe neste lugar um grande potencial agrícola por apresentar este solo fértil e disponibilidade de água. A agricultura orgânica desenvolvida pelos agricultores familiares e assentados é fonte de renda e de oportunidades para o turismo rural. Além da agricultura, outra possibilidade é a apicultura e/ou melinipocultura como potenciais fontes de renda e ainda pouco exploradas na região.

Viver e atuar na região da APA leva ao reconhecimento da necessidade de proteger o meio ambiente, a cultura local e, ainda, a possibilidade de promover a economia de forma sustentável, pensando no hoje e no amanhã.

As comunidades que vivem na APA e seu entorno visualizam este território como um local de conhecimentos compartilhados. Um compartilhar de conhecimentos, por meio da convivência e trocas entre gerações, o que tem muito valor para as comunidades tradicionais e povos originários, pois possibilita o fortalecimento de suas identidades, além de contribuir para manter vivas as suas tradições culturais. Lembrando-se o quanto que essas culturas foram alvos de transformações forçadas e opressoras na colonização brasileira, deixando graves consequências até os dias atuais, tornando os povos originários e comunidades tradicionais social e ambientalmente vulneráveis (RIBEIRO, 1995, BAMPI et al., 2018, 2017).

Neste sentido, as comunidades tradicionais e povos originários presentes na região da APA olham para as suas descendências com cuidado, buscando fazer o melhor para que os mais jovens tenham condições de dar continuidade às suas tradições e aos seus modos de viver que respeitam e se harmonizam com a natureza.



Viver e atuar na APA e seu entorno instiga os participantes deste processo do PPP a buscar novos conhecimentos, novas relações socioambientais que garantam o fortalecimento da cultura regional, com melhores condições de vida e dignidade para todos.

Atuar na APA significa ser um multiplicador da educação ambiental nos territórios, contribuindo de forma direta no seu desenvolvimento humano e social por meio de uma atuação colaborativa e participativa, unindo-se às comunidades para construir e realizar sonhos coletivos.

## A APA, o Parque e os Sonhos

*"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."*

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in 'Las palabras andantes?' de Eduardo Galeano).

Somos movidos por sonhos, por utopias que nos motivam a caminhar na direção de onde queremos chegar, enquanto indivíduo e muito mais potente se for no coletivo.

Os processos de construção participativa mediada por uma educação ambiental crítica e emancipatória, trabalham os sonhos de forma pedagógica como parte do ser humano, chamando a atenção para as nossas necessidades mais primordiais. Portanto, trazer para o diálogo e reflexão o que almejamos para o nosso território é parte do fazer pedagógico que nos impulsiona, pois "todo fazer pedagógico nasce de um sonho. Todo sonho emerge de uma necessidade, de uma falta que nos impulsiona na busca de um fazer" (FREIRE, 1997, p.58).

Olhar para os sonhos coletivos de um território permite ampliar a nossa percepção, a nossa forma de compreender este espaço em que estamos inseridos e, assim, ter melhor precisão de onde queremos chegar. Essa ampliação da consciência sobre nossos sonhos e lugar onde vivemos traz esperança no caminhar e, também, nos motiva a encontrar formas de superar problemas e desafios, pois "o que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo" (FREIRE, 2000, p. 57).

Construir o PPP da APA e do Parque Estadual, a partir da realidade deste território e todas suas complexas relações, é fundamental para que o fazer pedagógico deste processo participativo dê espaço aos sonhos dos que ali vivem vislumbrando qual o horizonte queremos alcançar e onde a compreensão do nosso estar neste lugar pode nos levar.

No processo de construção participativa do PPP os sonhos foram expressados, dialogados e sistematizados neste documento.

Um dos sonhos destacados neste PPP é a necessidade do comprometimento de toda a população e dos governantes para a conservação e proteção ambiental da APA e do Parque, reforçando que a conscientização deve ser da população e de todos os segmentos da sociedade, incluindo o poder público e setor privado o que possibilitará o enfrentamento coletivo dos desafios socioambientais encontrados na realidade em prol da transformação.

Na APA dos sonhos a comunidade é ativa, participante, unida na realização de ações no território buscando a sustentabilidade e, com isto, um lugar melhor para se viver.

A comunidade indígena da etnia Bakairi, presente na área de influência da APA e do Parque, manifestou que o seu maior sonho é ter suas tradições preservadas e passadas para as gerações futuras como, por um exemplo, a produção do algodão onde homens plantam e mulheres tecem

seus produtos. Mas, existem outros sonhos manifestados pelos povos originários da Aldeia Santana que nos levam para aspectos concretos em seu dia a dia, sendo destacados a seguir: formação de seus jovens na agricultura orgânica, para uma produção mais sustentável voltando, assim, a produzir o seu próprio alimento; o apoio para projetos de recuperação de nascentes e para o desenvolvimento do turismo indígena; uma base brigadista para o combate à incêndios nos períodos de seca, visto que os jovens da aldeia possuem formação para brigadistas.

Os sonhos manifestados pela Comunidade da Terra Indígena do Povo Bakairi nada mais são do que os seus direitos básicos que precisam ser reconhecidos e atendidos conforme estabelecido na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto-lei nº 6040 de 2007, que tem como principal objetivo

*promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).*

Neste mesmo caminho de direitos assegurados, outros sonhos foram destacados, dessa vez voltados para a população em geral da APA e seu entorno, eles se referem aos direitos e acesso às políticas públicas. Os sonhos estão diretamente relacionados com a presença do Estado que tem o dever de implementar políticas públicas efetivas. Os sonhos manifestados representam necessidades básicas como infraestrutura com pontes em boas condições de tráfego possibilitando o deslocamento entre as regiões da APA, saneamento ambiental, saúde e educação públicas de qualidade.

Especificando ainda mais estes sonhos, eles se referem a existência de postos de saúde equipados, com profissionais qualificados principalmente nas regiões mais remotas da APA; a construção de espaços que possibilitem atividades físicas, esportivas e lazer contribuindo para a qualidade de vida dos moradores; creches e escolas em todas as comunidades da região; redes de telefonia e internet possibilitando o acesso à comunicação, principalmente nos lugares mais remotos.

Os sonhos demonstram os desejos de uma APA e região com natureza protegida, com as nascentes das cabeceiras do Rio Cuiabá recuperadas, com agricultura orgânica e pecuária para consumo local, e que tenha uma população com qualidade de vida. Foram expressados sonhos nos quais as pessoas são conscientes, bem informadas, críticas e capazes de promover intervenções educadoras na sua realidade em busca da transformação socioambiental.

## Que Educação Ambiental Queremos na APA e no Parque

*“Educação ambiental popular se faz no diálogo e na cooperação, é no fazer o pão juntos que nos constituímos como companheiros de uma mesma aventura de defesa da vida e da melhoria das condições existenciais, articulando núcleos territoriais de resistência a pressão, constituindo-se como coletivos educadores, caminhos, nas trilhas dos círculos de cultura de Paulo Freire, para uma educação de corpo e alma, onde todas e cada uma das pessoas envolvidas possam realizar-se como ser humano” (SORRENTINO, 2014, p.150).*

A concepção da educação ambiental que queremos para o território da APA e do Parque trata-se de uma construção coletiva dada por meio de diálogos, reflexões, conceitos, intervenções e práticas educadoras que movimentaram o PPP no decorrer do seu processo de elaboração participativa. Portanto, documentos governamentais e referenciais técnicos e científicos, históricos e contemporâneos da educação ambiental foram as bases que estimularam e subsidiaram todo este documento do PPP. Dentre os documentos que fundamentam a EA deste PPP, destacam-se o Tratado de Educação Ambiental, PNEA, ProNEA, ProFEA, ENCEA, além disso a própria Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso que foi instituída pela Lei nº 10.903 de 07 de junho de 2019.

Mas, de qual Educação Ambiental estamos falando nesse PPP?

Falamos de uma educação ambiental enquanto um ato político. Uma Educação Ambiental crítica, emancipatória, democrática, participativa, que busca uma consciência ética sobre todas as formas de vida, que reconhece e respeita a pluralidade e a diversidade individual e cultural valorizando, assim, os diferentes conhecimentos que são acumulados e produzidos socialmente (MATO GROSSO, 2019).

As concepções de EA deste PPP estão conectadas com a busca pela cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão. Uma educação ambiental que trabalhe os conflitos de maneira justa e humana e que seja capaz de converter cada oportunidade em experiências educativas de construção de sociedades sustentáveis. Falamos de uma Educação Ambiental que parte do pressuposto que somos todos aprendizes e educadores, onde não há hierarquias de saberes, pois todos os saberes são importantes para formar sujeitos potentes, solidários, emancipados, atuantes, críticos e felizes (BRASIL, 2018).

A educação ambiental desejada para a APA e seu entorno é inclusiva, acolhedora e promove o respeito tanto aos seres vivos quanto os não vivos, que atenda as particularidades dos indivíduos e do coletivo e, para que isto seja possível, é preciso que seja um processo educador que potencialize os atores nele envolvidos, ampliando sua conectividade com instituições educadoras ambientais e fortalecendo esse processo que deve ser continuado (OCA, 2013).

Trata-se de um processo educador ambientalista, no qual o diálogo é fundamental para que possamos contribuir a partir do experienciar de cada um, por mais que estas experiências sejam diferentes e até divergentes, o diálogo deve se estabelecer. É no contraditório que nos desafiamos a ouvir o outro e, assim, construir algo maior que ultrapasse os muros das nossas “verdades únicas”, pois dialogar pressupõe “encontrar tempo para perceber o que se passa nas nossas mentes e dos outros, sem fazer julgamentos ou chegar a conclusões” (OCA, 2013, p. 40), portanto é mais

uma “participação, na qual não jogamos uns contra os outros, mas com cada um deles. No diálogo, todos vencemos” (BOHM, 2005, p. 35).

Quando nos unimos para trabalhar por um bem comum, refletimos e argumentamos com nossos interlocutores(as) para chegarmos a uma conversa com pontos convergentes. Com a escuta e o acolhimento, quebramos barreiras e certezas, temos como rever nossos interesses. Neste sentido, o diálogo “possibilita uma transformação da natureza da consciência, permitindo a emergência de novos tipos de inteligências individuais e coletivas, em substituição dos padrões mentais existentes quando as questões surgirem” (OCA, 2013, p. 41), assim “percebendo o que queremos e o que não concordamos, vamos encontrando nosso lugar na sociedade” (ALVES, et al., 2010, p. 20).

Para que os diálogos entre os diferentes atores do território sejam possíveis, precisamos de ambientes que propiciem momentos de trocas, espaços de “mediação, produção e articulação de conhecimentos e saberes (...) sintonizados com a transformação humana e social” (OCA, 2013). A constituição destes locais onde é possível a troca de saberes entre as pessoas, que ao ensinar através do seu experienciar e que, ao mesmo tempo estão aprendendo com o experienciar do outro denominamos de Comunidades Aprendentes.

São nestes espaços de trocas que será possível a interação e a participação de toda a comunidade da APA, do Parque e seu entorno, envolvendo pessoas de todas as idades, de todos os saberes sem discriminação, sem preconceitos e exclusão. Locais onde se respeite os conhecimentos, as práticas e as habilidades de cada um, onde se preserva a memória, a história do lugar e dos povos originários.

*Há dimensões de aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos tem de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente (BOSSI, 2009, p.74).*

Conhecer o passado e preservar as tradições é um processo importante de autoconhecimento, tanto local, quanto individual e coletivo, pois é no “passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento” (HEGEL apud BOSSI, 2009, p.71).

A compreensão da nossa existência, de quem somos, da nossa identidade enquanto sujeito e enquanto coletivo em um determinado espaço-tempo é fundamental nesta concepção de educação ambiental. Segundo Oca (2013), construir nossa identidade nos traz vários enfrentamentos e um deles é o de nos anularmos no outro, pois para compreender o outro é preciso que mergulhemos nele, porém para que isto não aconteça é importante nos conhecermos, reconhecermos e fortalecermos enquanto nós mesmos.

Identificar-se com o território, sentir-se parte deste lugar permite compreendermos melhor as relações ali existentes o que nos proporciona um olhar de admiração e valorização da APA. Porém, este olhar deve, ainda, proporcionar para além da admiração do território, uma reflexão crítica a

respeito da realidade da APA e região, perpassando pela preservação e conservação dos bens naturais até a importância da recuperação das áreas degradadas pelo impacto das ações antrópicas com os empreendimentos de alto impacto no território e de todo o contexto socioambiental. E, desta forma, repensarmos o modo de viver e de estar nesse Planeta, visto que

*esboçam-se duas grandes finalidades ético-políticas do novo milênio: estabelecer uma relação de controle mútuo entre sociedade e os indivíduos pela democracia e conceber a Humanidade como comunidade planetária. A educação deve contribuir não somente para a tomada de consciência de nossa Terra-Pátria, mas também permitir que esta consciência se traduza em vontade de realizar a cidadania terrena (MORIN, 2003, p. 17-18).*

E quais sujeitos queremos formar a partir desta educação ambiental na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e no Parque Estadual Águas do Cuiabá?

Queremos sujeitos multiplicadores e editores da educação ambiental, abrangendo a diversidade de atores locais, considerando que a educação ambiental deve ser para todos, enfatizamos aqui que ela envolva pessoas de diferentes idades, gêneros e etnias. Que sejam formados sujeitos críticos, criativos e abertos ao diálogo e assim promovam as mudanças a partir da construção conjunta das ideias de transformação do território.

Que estes sujeitos prezem por processos dialógicos, compartilhem os conhecimentos e propósitos da EA para toda a região da APA e sua área de influência, em espaços que permitam as trocas de saberes e respeito à diversidade socioambiental, em um processo onde o movimento de ser ora educador ora educando seja permanente.

Precisamos e queremos formar sujeitos atuantes, que tragam a teoria e prática, a ação e reflexão com o mesmo peso, pois são dimensões inseparáveis. Que estes sujeitos sejam envolvidos e comprometidos com a causa socioambiental contextualizada global e localmente de forma histórica, cultural, econômica, social, política e ecologicamente, fortalecendo sujeitos que sejam bem informados, resilientes potentes e empáticos.

Pensar em uma efetiva implementação da educação ambiental no território da APA e seu entorno passa pela construção de políticas municipais de educação ambiental. O estímulo à criação das políticas municipais de Educação Ambiental se traduzirá como uma estratégia importante para dar suporte à gestão ambiental nas Unidades de Conservação, ampliando-se o potencial de transformar a APA num território educador para a sustentabilidade.

As políticas públicas municipais de Educação Ambiental são imprescindíveis para enfrentar as problemáticas inerentes aos recursos hídricos, à perda da biodiversidade, mudanças climáticas e resíduos sólidos, que ameaçam todos os municípios, promovendo ainda, o reconhecimento das suas fortalezas, fragilidades e a indicação de propostas para mediar os conflitos socioambientais.

Em atendimento à Constituição Federal de 1988, à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81) e à Política Nacional de Educação Ambiental vem crescendo o número de municípios no Brasil com política municipal de educação ambiental. Desde 2019 o país dispõe do Sistema

Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental (MonitoraEA), o qual se fundamenta por indicadores que orientam os aspectos necessários de uma política municipal de EA.

Neste contexto, o que desejamos vai além de ações pontuais, desejamos, também, políticas públicas de educação ambiental efetivas para consolidar municípios educadores ambientais na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e região.

## Diretrizes do PPP da APACRC e do PEAC

- Implementação contínua e permanente deste PPP como um instrumento de gestão da educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora no Parque Estadual, APA e seu entorno;
- Fomento à participação democrática e fortalecimento das bases comunitárias com espaços de diálogo e reflexões para aprendizagem coletiva e negociação dos diferentes interesses das populações e organizações presentes na região da APA;
- Promover processos continuados de formação, contextualizados histórica, política, social, econômica e ecologicamente para a preservação, conservação e proteção ambiental, como parte do exercício da cidadania local e planetária, construindo conhecimentos e desenvolvendo intervenções socioambientais em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal destinado a todas as faixas etárias;
- Potencializar a comunicação popular e educomunicação socioambiental sobre o Parque Estadual e APA Cabeceiras do Rio Cuiabá qualificando e ampliando as práticas sociais de expressão democrática, crítica e criativa propiciando o protagonismo comunicativo dos sujeitos com uso de recursos diversos da comunicação, suas linguagens e tecnologias;
- Inserir a Educação Ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas, a partir da realidade socioambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá, garantindo que o currículo e gestão escolar em todos os níveis e modalidades do ensino formal, contemplem processos educadores ambientais de forma transversal, inter e transdisciplinar;
- Fortalecer a formulação, implementação e monitoramento de políticas municipais de educação ambiental em consonância com os princípios, valores e diretrizes das Políticas Estadual e Nacional de Educação Ambiental;
- Desenvolver processos educativos que valorizem os modos de vida dos povos originários e comunidades tradicionais contribuindo para o seu empoderamento, bem como valorizar o diálogo da diversidade de conhecimentos, saberes e práticas;
- Criar oportunidades de articulações, integração, parcerias e cooperação entre a diversidade de instituições, comunidades e ações na APA e seu entorno.





## Eixo Operacional

---

*É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.*

*(Paulo Freire)*

A partir do processo participativo de construção do PPP de educação ambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá foram organizadas as ações deste eixo operacional. Estas ações de educação ambiental estão estruturadas de forma a apresentar os seus aspectos gerais, os objetivos, o público a que se destina, as estratégias de ação, o local onde serão executadas, o período de realização, os parceiros e responsáveis pela execução da ação prevista e demais necessidades.

## Objetivos do PPP

- Contribuir para a qualidade de vida, proteção ambiental e sustentabilidade da APA e sua área de influência;
- Contribuir para dar visibilidade e fortalecer a APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e o Parque Estadual Águas do Rio Cuiabá;
- Promover processos formativos, mobilização social, sensibilização, articulação, comunicação e intervenção pedagógica no território da APA;
- Estimular a inserção da Educação Ambiental no currículo das escolas das redes de ensino municipais e estadual;
- Promover espaços de trocas e diálogos socioambientais entre a diversidade de atores sociais que atuam nos territórios do Parque, da APA e da sua área de influência.

## Linhas de Ação do Eixo Operacional

As ações do eixo operacional devem estar alinhadas com processos educadores ambientalistas de princípios críticos, participativos, democráticos que estejam em consonância com as diretrizes deste PPP e todo seu eixo conceitual.

O eixo operacional do PPP está organizado nas linhas de ação de formação; comunicação; intervenção educativa socioambiental; articulação institucional e comunitária conforme descritas a seguir.

- **FORMAÇÃO:** ações estruturantes que promovam a mobilização, formação, o engajamento socioambiental e as construções coletivas por meio de estratégias metodológicas que permeiam a participação, o olhar crítico para a realidade local conectada ao global na busca pela construção do conhecimento e ação cidadã.
- **COMUNICAÇÃO:** ações que promovam a comunicação e a educomunicação visando a democratização do acesso à informação, além do protagonismo comunitário na produção e divulgação de conteúdos socioambientais.
- **INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOCIOAMBIENTAL:** ações educacionais intencionais que busquem o fazer local, os olhares críticos sobre a realidade local-global por meio da ação-reflexão-ação contribuindo para a transformação de territórios.
- **ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA:** ações estratégicas que promovam a construção e/ou fortalecimento de parcerias, cooperações e sinergias visando formular e implementar políticas públicas socioambientais, incluindo estratégias para a busca de financiamento e captação de recursos para viabilizar as ações do eixo operacional.

## Plano de Ação do PPP

### LINHA DE AÇÃO - FORMAÇÃO

#### **AÇÃO: Unidades de Conservação no currículo escolar dos municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá**

##### **OBJETIVOS:**

- Apresentar e ressignificar a APA Cabeceiras do Rio Cuiabá como um espaço educador ambiental;
- Propiciar o ensino-aprendizagem sobre questões socioambientais locais-globais;
- Desenvolver conteúdo teórico-prático sobre os pilares de escolas sustentáveis (gestão, currículo, espaço físico e comunidade escolar);
- Estimular a introdução da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá no currículo escolar do município de Rosário Oeste.

**PÚBLICO:** professoras/es; coordenadoras/es pedagógicas; diretores das escolas das redes municipal e estadual de ensino de Rosário Oeste. Formação para 40 participantes.

**COMO:** Formação de professores da rede pública municipal e estadual do município de Rosário Oeste, com metodologias participativas, teórico-prático e com carga horária de 64h, distribuídas em 4 módulos de 16h cada um. A formação trabalhará com a ressignificação da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá como um espaço educador, os pilares das Escolas Sustentáveis e a criação das Com-Vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) nas escolas do município.

**LOCAL:** Município de Rosário Oeste

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Rio Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (APROSOJA), SEMA

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Secretaria Municipal de Educação de Rosário Oeste, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (em diálogo e articulação)

**QUANDO:** fevereiro a novembro de 2023

**NECESSIDADES:** articular parcerias/responsáveis para a viabilização e execução da ação, captação de recursos, contratação de profissionais com ampla experiência em processos participativos de educação ambiental e educação ambiental em escolas.

---

## **AÇÃO: Formação continuada do Conselho Gestor da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá**

**OBJETIVO:** Promover a formação contínua dos membros do Conselho Gestor da APA e do Parque Estadual e seu fortalecimento para as responsabilidades e competências referentes ao conselho;

**PÚBLICO:** membros do Conselho Gestor da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá e participantes das Câmaras Técnicas (quando instituídas)

**COMO:** formação continuada dos membros do Conselho Consultivo a respeito do papel do conselho, educação ambiental, legislação ambiental, planejamento estratégico, elaboração de projetos e captação de recursos e demais temas pertinentes. Realização de 1 curso a cada semestre ou anual com processos formativos dialógicos, participativos e democráticos de ensino/aprendizagem com carga horária a ser definida.

**LOCAL:** Rosário Oeste/Nobres

**POTENCIAIS PARCEIROS:** SEMA, Gestores municipais e Instituições públicas e privadas, Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GEPEA/UFMT)

**RESPONSÁVEIS:** Gestão da APA e do Parque/Conselho Consultivo/SEMA

**QUANDO:** a partir do primeiro semestre de 2023

**NECESSIDADES:** articular parceiros e responsáveis para a viabilização e execução da ação, captação de recursos, infraestrutura, profissionais com experiência na temática escolhida.

---

## **AÇÃO: Educação e Práticas Ambientais na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e na E.E. Elizabet Evangelista Pereira**

**OBJETIVO GERAL:** Debater com os jovens, aspectos relacionados a questão ambiental da APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá, identificando as questões que causam danos ao meio ambiente e a sociedade como, poluição, queimadas, desmatamento, uso incorreto dos recursos hídricos e extinção da fauna a fim de despertar consciência crítica de cidadania, novas formas de consumo e práticas ambientais que viabilizem a utilização sustentável dos recursos naturais.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Discutir a importância da criação do PPP de Educação Ambiental da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Rio Cuiabá
- Analisar por meio de cartas e mapas o território da bacia do Rio Cuiabá e as áreas degradadas nas margens do Rio
- Produzir e replantar árvores favoráveis à biota da região do cerrado e das matas ciliares da bacia hidrográfica do Rio Cuiabá

- Promover junto a SEMA e EMPAER, palestras ambientais e aulas campos para análise das ações antrópicas na bacia do Rio Cuiabá
- Conhecer o aterro sanitário ou lixão do município de Rosário Oeste
- Estudar processos erosivos do município de Rosário Oeste e a degradação de solos causadas pelo desmatamento
- Debater sobre a extração mineral em Rosário Oeste e municípios limítrofes e os possíveis impactos ambientais por ela gerados
- Levantar dados sobre fauna e flora do bioma que abrange a bacia hidrográfica do rio Cuiabá e se existem espécies em risco de extinção
- Entender a política urbana e de zoneamento ecológico de Rosário Oeste, com suas fragilidades e potencialidades, a fim da melhor utilização do solo e dos recursos naturais do Rio Cuiabá
- Compreender como a ocupação e uso do solo pelo agronegócio, agropecuária e construção civil nas margens do rio Cuiabá afetam a fauna e flora aquática

**PÚBLICO:** Alunos do Ensino Médio Integral da EE Elizabet Evangelista Pereira.

**COMO:** Este estudo será realizado na escola Elizabet Evangelista Pereira, município de Rosário Oeste situado na margem do rio Cuiabá, denominada como baixada cuiabana que possui seu processo de desenvolvimento histórico, econômico e social ligado ao rio e convive intrinsecamente com os problemas oriundos da degradação ambiental evidenciada pelo rio. O estudo será conduzido pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, utilizando o método do Estudo Comparativo de Casos. Na primeira etapa da pesquisa serão coletados os dados secundários por meio da revisão bibliográfica em recursos como livros, artigos, trabalhos acadêmicos e internet acerca do tema foco desta pesquisa, no intuito de levantar informações sobre os principais fatores que impactam o Rio Cuiabá na atualidade. A segunda explorará as pesquisas de campo, e palestras com os jovens da comunidade escolar. A última etapa consistirá na análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas e pesquisas que serão tabulados e organizados.

**LOCAL:** Rosário Oeste

**POTENCIAIS PARCEIROS:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), EE. Elizabet Evangelista Pereira.

**RESPONSÁVEIS:** Será realizada pela Instituição EE Elizabet Evangelista Pereira, Coordenada pelo Professor Orientador de Humanas, Warles Rodrigues de Oliveira.

**QUANDO:** 2022 e 2023

---

### **AÇÃO: Formação em Turismo de Base Comunitária**

**OBJETIVO:** Promover o desenvolvimento de habilidades e competências dos moradores das comunidades da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá visando o turismo sustentável.

**PÚBLICO:** população, comunidades escolares, comunidades tradicionais e indígenas do território da APA e sua área de influência.

**ASPECTOS GERAIS:** a proposta desta formação deve estar embasada na compreensão do turismo que

*favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação "local" do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização. (IRVING, 2011, p. 111)*

**COMO:** formação do público interessado visando o turismo de base comunitária e a sustentabilidade, através de metodologias participativas e teórico-prático, promovendo a construção do conhecimento a respeito do turismo de base comunitária, turismo sustentável, espeleologia, capacitação em turismo e atendimento ao público, artesanato, corte e costura, gastronomia, cultivo de plantas medicinais, inglês, associativismo e empreendedorismo e demais temáticas pertinentes. Elaboração do programa de turismo de base comunitária entre todos os envolvidos e Associações locais.

**LOCAL:** municípios da APA

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá, SEMA, Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR), Conselho Estadual de Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Comercial de Aprendizagem Comercial (SENAC), universidades, agências locais.

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Secretaria de Cultura e Turismo, SEMA, Prefeituras Municipais, FUNAI.

**QUANDO:** 2º semestre de 2023 e 1º semestre de 2024

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação dos processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação em Agroecologia e Produção Orgânica**

### **OBJETIVOS:**

- Propiciar a formação de agricultores familiares, assentamentos, comunidade indígena sobre os princípios agroecológicos de produção de alimentos e conservação ambiental visando a sustentabilidade da região da APA e sua área de influência;
- Propiciar a compreensão do manejo sustentável dos sistemas produtivos locais;

- Contribuir para o planejamento e execução de ações que promovam a adoção de uma prática agropecuária de base ecológica.

**PÚBLICO:** agricultores familiares, assentamentos e comunidade indígena do território da APA e área de influência

**LOCAL:** municípios da APA

**COMO:** Cursos com metodologias participativas e dialógicas, além de abordagens teórico-práticas.

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá/SEMA, EMPAER, Macro e Micro Produtores Locais

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF), EMPAER, Serviço Social do Comércio (SESC), SEMA, Secretaria de Agricultura.

**QUANDO:** início no primeiro semestre de 2023

**NECESSIDADES:** articular parceiros e responsáveis para a estruturação da proposta, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação para a Recuperação de Nascentes e Áreas Degradadas**

**OBJETIVO:** Contribuir para a formação sobre métodos de recuperação de áreas degradadas e de produção de mudas nativas, bem como sobre a legislação ambiental pertinente, visando a proteção e recuperação dessas áreas degradadas.

**PÚBLICO:** produtores rurais, agricultores familiares, assentados, comunidades tradicionais e indígena e demais interessados com atuação na região da APA e sua área de influência

**LOCAL:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**COMO:** formação teórico-prático, por meio de metodologias participativas e dialógicas.

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá, APROSOJA, EMPAER, MP/MT

**RESPONSÁVEIS:** SEMA

**QUANDO:** primeiro semestre de 2023

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação em Produção de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais Nativas**

### **OBJETIVOS:**

- Propiciar a formação da população interessada para a produção de mudas a partir de sementes de espécies nativas locais;
- Promover a compreensão sobre a importância da propagação de sementes de espécies nativas locais para a conservação da biodiversidade.
- Compreender a viabilidade da produção enquanto uma alternativa de negócio rentável para a população local.

**PÚBLICO:** produtores, trabalhadores rurais e profissionais, comunidades tradicionais e indígena, viveiristas.

**COMO:** formação com metodologias participativas e dialógicas, além de abordagens teórico-práticas.

**LOCAL:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá, UFMT, Prefeituras Municipais

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, EMPAER, SEMA, UFMT

**QUANDO:** 2023

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação em Meliponicultura**

### **OBJETIVOS:**

- Promover a formação da população interessada em práticas de criação de abelhas nativas sem ferrão e sua importância, através da polinização, na recomposição de ambientes pós degradação;
- Compreender a viabilidade da produção enquanto uma alternativa de negócio rentável para a população local;
- Compreender o processo de certificação do produto e fomentar a criação de um programa de certificação dos produtores no território da APA.

**PÚBLICO:** agricultores familiares, assentamentos, comunidade indígena e demais moradores do território da APA e área de influência



**COMO:** formação teórico-prática por meio de metodologia participativa e dialógica. Propõe-se a adoção de metodologias de troca de saberes entre instituições (SENAR, SEBRAE, Instituições de Ensino Superior Pública e Privada, entre outros) e comunidade local com envolvimento das prefeituras e empresas locais.

**LOCAL:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá, SENAR, APROSOJA, SEBRAE, Universidades, Secretarias Municipais, SEAF.

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Prefeituras, Associação de moradores, Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Prefeituras Municipais, Consórcios, Secretaria de Agricultura Estadual e Municipais, SENAR, EMPAER.

**QUANDO:** 2023

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação de Cooperativados para Fortalecimento da Cooperativa de Reciclagem do Distrito de Bom Jardim – Nobres/MT**

### **OBJETIVOS:**

- Promover a formação de cooperativados em empreendedorismo para a compreensão da necessidade de ampliação dos campos de coleta, podendo auxiliar na geração de maior renda;
- Contribuir para a formação em conhecimentos básicos de gestão financeira.
- Fomentar campanhas para o incentivo da coleta seletiva

**PÚBLICO:** pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social do Distrito de Bom Jardim – Nobre/MT

**COMO:** encontros formativos teórico-prático por meio de metodologias participativas e dialógicas. Carga horaria: 80h

**LOCAL:** Distrito de Bom Jardim – Nobres/MT

**PARCEIROS:** Secretaria de Ação Social e Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, Cooperativa de Créditos, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), Secretaria do Meio Ambiente Estaduais e Municipais

**RESPONSÁVEIS:** Sesc Pantanal/Parque Serra Azul, Secretarias Municipais de Meio Ambiente

**QUANDO:** 2023

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação de Brigadistas**

### **OBJETIVOS:**

- Promover a formação da população da APA para o combate ao incêndio na região;
- Compreender a dinâmica das queimas no cerrado;
- Contribuir para a elaboração de uma dinâmica de atuação educadora ambiental na região

**PÚBLICO:** moradores da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá.

**COMO:** formação de moradores da APA por meio de encontros teórico-práticos, com metodologias participativas e dialógicas.

**LOCAL:** municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e entorno.

**POTENCIAIS PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá/SEMA, APROSOJA, Sesc Serra Azul, Batalhão de Emergências Ambientais (BEA)

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** SEMA/SUEAC, Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), SESC, Comitê do Fogo, proprietários rurais.

**QUANDO:** 2023

**NECESSIDADES:** infraestrutura e profissionais capacitados para a formação. Articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Formação de Multiplicadores de Educação Ambiental**

**OBJETIVO:** Formar cidadãos críticos na temática de educação ambiental dialogando com a unidade de conservação e comunidades.

**PÚBLICO:** Moradores da APA

**LOCAL:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**COMO:** formação teórico-prático, por meio de metodologias participativas e dialógicas. Metodologia EP e elaboração de projetos locais.

**POTENCIAIS PARCEIROS:** Prefeituras Municipais da APA

**RESPONSÁVEIS:** SUEAC/SEMA

**QUANDO:** primeiro semestre de 2023

**NECESSIDADES:** Planejamento PTA (Plano de Trabalho Anual) SEMA/ 2013. Articular parcerias com a comunidade.

## LINHA DE AÇÃO - COMUNICAÇÃO E EDUCOMUNICAÇÃO

---

### **AÇÃO: Educomunicação para a APA**

**OBJETIVO:** Elaborar o programa de Educomunicação sobre a APA

**PÚBLICO:** moradores da APA

**COMO:** oficina com Conselho Consultivo sobre educomunicação que tenha como um dos seus resultados a elaboração coletiva do programa

**LOCAL:** APA

**POTENCIAIS PARCEIROS:** SEMA, Prefeituras Municipais, Conselho Consultivo

**RESPONSÁVEIS:** Gestão da APA, SEMA

**QUANDO:** 2023

## LINHA DE AÇÃO - INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOCIOAMBIENTAL

---

### **AÇÃO: Conhecendo o Bioma Cerrado no Parque Sesc Serra Azul**

**OBJETIVO:** Ampliar as ações de Educação Ambiental do Parque Sesc Serra Azul (PSSA) para grupos escolares do entorno da APA, fortalecendo a importância de áreas voltadas a conservação do meio ambiente.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Promover experiências de contato, integração e reconexão com a natureza;
- Sensibilização quanto ao necessário cuidado com o ambiente;
- Fortalecer a afirmação institucional enquanto polo de referência socioambiental;

- Definir conceitos e abordagens metodológicas para as ações de educação ambiental com grupos escolares;
- Estabelecer condições para o recebimento de grupos escolares em cada unidade em visitas especificamente para atividades de Educação Ambiental;
- Potencializar e divulgar o Polo Socioambiental Sesc Pantanal enquanto polo de referência socioambiental.

**PÚBLICO:** Estudantes do Ensino Fundamental II e Médio (PCG).

**COMO:** Serão recebidos às quartas-feiras (exceto feriado) de segunda e quarta semanas de todo mês, sendo 30 estudantes no máximo por grupo. Carga horária: 8h

**LOCAL:** Parque Sesc Serra Azul – Rosário Oeste/MT

**POTENCIAIS PARCEIROS:** Secretarias Municipais de Educação (Prefeituras de Rosário Oeste e Nobres), Secretaria de Estado de Educação (Mato Grosso)

**RESPONSÁVEIS:** Sesc Pantanal/Parque Sesc Serra Azul

**QUANDO:** 2022/2023

---

### **AÇÃO: Valorização dos biomas, da fauna e da flora da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e do Parque Estadual Águas do Cuiabá**

**OBJETIVOS:** Fomentar o conhecimento sobre meio ambiente para que a população da APA compreenda a importância dos biomas, fauna e flora para as UCs e a necessidade da sua preservação

**PÚBLICO:** alunos da rede municipal e estadual, empresas privadas e comunidade.

**COMO:** Serão realizadas palestras para alunos da rede municipal e da Aldeia com atividades recreativas (gincanas, materiais didáticos), lanche comunitário e reflexão sobre as nossas atitudes. Carga horária: 4h

**POTENCIAIS PARCEIROS:** Secretaria do Meio Ambiente de Santa Rita do Trivelato, APROSOJA

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Aldeia Santana, GEPEA/UFMT

**QUANDO:** Semana de Meio Ambiente de Santa Rita do Trivelato, Secretaria Municipal de Nobres e demais municípios da APA

**NECESSIDADES:** articular com possíveis parceiros e responsáveis para a estruturação destes processos formativos na região, captação de recursos, infraestrutura e profissionais qualificados para a formação, aspectos estes necessários para a viabilização e execução da ação.

---

## **AÇÃO: Campanha sobre Resíduos Sólidos Domiciliares**

### **OBJETIVOS:**

- Promover ações que contribuam para a compreensão do significado da coleta seletiva;
- Sensibilizar as comunidades para a disposição correta dos resíduos.

**PÚBLICO:** Prefeituras, Centro de Coleta e Distribuição, Secretaria de Meio Ambiente e infraestrutura, garis/coletores, escolas públicas, comunidade organizada resiliente, vigilância sanitária, guias de turismo e condutores, Comunidade Indígena

**COMO:** Pautados pela Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos será desenvolvida uma campanha de conscientização referente a lixo orgânico, metais, resíduos infectantes e radioativos nos municípios da APA.

**LOCAL:** Municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**POTENCIAIS PARCEIROS:** SEMA/MT, Conselho da APA, APROSOJA, Associação de Catadores ASMATS (Associação de Catadores de Material Reciclável e Reutilizável), DAE (Departamento de Água e Esgoto).

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** Prefeituras Municipais, SEMA, FUNAI

**QUANDO:** Projeção de 6 meses para início do projeto e ênfase na alta temporada.

---

## **AÇÃO: Campanha para fomentar a criação de RPPN's na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá**

### **OBJETIVOS:**

- Sensibilizar proprietários para criação de RPPN's;
- Fortalecer os processos de comunicação e formação sobre a conservação e preservação da biodiversidade em propriedades da APA;

**PÚBLICO:** proprietários rurais da APA

**COMO:** Campanha educativa/informativa de sensibilização dos proprietários rurais para a conservação e preservação da biodiversidade por meio da criação de RPPN's

**LOCAL:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**POTENCIAIS PARCEIROS:** Conselho Consultivo, Prefeituras Municipais, INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso)

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** SEMA – CUCO (Coordenadoria de Unidades de Conservação) / SUEAC (Superintendência de Educação Ambiental e Atendimento ao Cidadão).

**QUANDO:** segundo semestre de 2023.

## LINHA DE AÇÃO - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

---

### **AÇÃO: Elaboração de Planos Municipais de Educação Ambiental**

**OBJETIVO:** Estruturar as Políticas Municipais de Educação Ambiental (PMEA) nos municípios que estão inseridos na APA Cabeceiras do Rio Cuiabá;

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Fomentar a criação da Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA em cada um dos municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá;
- Fomentar a criação de instrumentos normativos da Política Municipal de Educação Ambiental, em cada um dos municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá;
- Elaborar um plano municipal de educação ambiental em cada um dos municípios da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá;

**PÚBLICO:** Prefeituras municipais de Rosário Oeste; Nobres; Santa Rita do Trivelato; Nova Brasília; Chapada dos Guimarães.

**COMO:** O trabalho de estruturação das políticas municipais de educação ambiental deve ser desenvolvido com metodologias participativas de planejamento, pesquisa e ensino-aprendizagem na perspectiva dialógica que possibilitem a apropriação de conceitos, princípios, diretrizes, técnicas e fundamentos legais da educação ambiental em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental, Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e Sistema Brasileiro MonitoraEA. Portanto, essa metodologia se caracteriza num processo educador ambiental continuado que estrutura as políticas de EA para se fazerem permanentes nos municípios da APA.

**LOCAL:** municípios que estão localizados na Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá .

**PARCEIROS:** Ministério Público

**RESPONSÁVEIS:** ANPPEA (Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental), SEMA/SUEAC e Prefeituras Municipais

**QUANDO:** 2023/2024 (18 meses)

**NECESSIDADES:** Esta proposta está em diálogo entre SUEAC/SEMA, ANPPEA e Prefeituras

---

### **AÇÃO: Gestão para o Acesso à Informação e Comunicação**

**OBJETIVO:** Contribuir para melhorar o acesso à informação e comunicação das comunidades rurais da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá.

**PÚBLICO:** comunidades rurais da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**COMO:** articular parcerias para que as comunidades mais afastadas da zona rural dos municípios da APA consigam sistemas de telefonia móvel e acesso facilitado à internet, permitindo a comunicação das comunidades presentes no território.

**LOCAL:** comunidades rurais da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá

**PARCEIROS:** APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá

**POTENCIAIS RESPONSÁVEIS:** SECOM (Secretaria de Comunicação Social do Estado), UFMT (Comunicação e Jornalismo)

**QUANDO:** 2023

**NECESSIDADES:** articular parceiros e responsáveis para a viabilização e execução da ação

## Monitoramento e Avaliação

Um dos desafios de qualquer Projeto Político Pedagógico é a sua implementação, ou seja, colocá-lo em prática, deixá-lo vivo de forma permanente.

O processo de construção participativa do PPP da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá possibilitou um amplo movimento educador ambiental envolvendo a diversidade de atores sociais da região das referidas unidades de conservação, o que gerou, entre outras coisas, uma leitura crítica da realidade, a manifestação dos sonhos coletivos para os territórios, as diretrizes da educação ambiental desejada, bem como um plano de ação para os próximos 30 meses.

Se pretendemos manter o PPP vivo será necessário assegurar que o seu monitoramento e avaliação sejam realizados. Por mais que monitorar e avaliar pareçam trabalhosos ou complexos, não podemos abrir mão deles, pois são fundamentais para avançarmos na concretização daquilo que sonhamos e planejamos.

Monitorar e avaliar são processos articulados que visam o acompanhamento, análises e aprimoramento das ações previstas num projeto. A partir do processo de monitoramento e avaliação é necessário criar parâmetros e assim verificarmos o que está dando certo e errado, o que precisamos ajustar, quais os resultados, efeitos e impactos conseguimos alcançar com as nossas ações.

A dimensão pedagógica está presente no monitoramento e avaliação de um PPP, pois neste processo acontecem os aprendizados coletivos, reflexões sobre o fazer educativo, diálogos, registro de informações e sistematização de experiências.

Para monitorar e avaliar precisamos dos indicadores, que de acordo com Jannuzzi (2011) são medidas usadas para operacionalizar um conceito abstrato e servem para apontar, indicar, aproximar ou traduzir dimensões de interesse social, subsidiando planejamentos e políticas públicas.

Sendo o PPP um instrumento de gestão e implementação de políticas públicas de educação ambiental, cabe ressaltar que em 2019 foi lançado o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental – MonitoraEA, que é constituído por um conjunto de indicadores e uma plataforma digital com ferramentas tecnológicas.

O MonitoraEA foi construído de forma participativa envolvendo todas as regiões do país e se propõe a ser “um processo de movimento-Ação que une, que fomenta sinergias e transparece as nossas práticas para que sejam reconhecidas, aprimoradas e fortalecidas em seus propósitos de transição para sociedades sustentáveis” (RAYMUNDO et al., 2019, p. 28).

Os indicadores do Sistema MonitoraEA estão organizados em oito (8) dimensões de monitoramento e avaliação, a saber: Diagnóstica; Participação e Construção coletiva; Formação Dialógica; Intervenção Socioambiental; Subjetividade; Complexidade; Institucional; e Comunicação.

Raymundo et al., (2019) diz que “os indicadores estão em nosso dia a dia, assim como cantado e poetizado por Luiz Gonzaga: mandacaru quando fulora na seca é o sinal que a chuva chega no sertão”. O MonitoraEA nos mostra que os indicadores podem ser desmistificados e incorporados em nossas práticas pedagógicas cotidianas.

Neste contexto, o presente PPP da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá embasado pelo MonitoraEA adota um conjunto de indicadores, conforme tabela a seguir.

**Tabela 20 - Indicadores**

Indicadores	Exploração dos indicadores
Número de processos formativos realizados	Quais conteúdos foram trabalhados? Qual foi a carga horária? Que metodologia foi usada? Algum dos processos formativos tem previsão de continuidade?
Número de pessoas formadas em processos de formação socioambiental	Quais públicos foram envolvidos? Qual número de pessoas iniciou e finalizou a formação?
Conteúdos trabalhados a partir da realidade local da APA e entorno	Os conteúdos trabalhados foram contextualizados histórica, social, econômica, ambiental e politicamente e em conexão regional, nacional e globalmente? De que forma?
Número de vivências e intervenções socioambientais educativas realizadas na região da APA	Quantas intervenções e/ou vivências socioambientais foram realizadas no ano? Quais públicos foram envolvidos? Qual o número de participantes envolvidos?
Diálogo e reflexão vinculados à vivência e/ou intervenção	Foram realizadas atividades que propiciam o diálogo, a reflexão e problematização de temáticas a partir da intervenção realizada? Que tipo de atividade de reflexão, diálogo e problematização é realizada junto com a intervenção?



Indicadores	Exploração dos indicadores
Protagonismo comunitário e valorização dos conhecimentos tradicionais	<p>Quantas comunidades foram envolvidas nas ações do PPP? De que forma foram envolvidas, em que tipo de ação? Representantes dos Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais atuaram como palestrantes em alguma ação educativa? Os eventos socioambientais realizados na APA deram espaço para apresentações dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais como parte das programações oficiais? Foram gerados produtos coletivos a partir dos saberes tradicionais?</p>
Espaços coletivos de diálogos e tomada de decisão fortalecidos	<p>Foi criado algum espaço permanente de diálogo, reflexão e tomada de decisão na região da APA (coletivo educador, rede educadora ambiental, comissão municipal de educação ambiental, colegiados diversos, etc.)? Houve algum processo de formação sobre educação ambiental na criação destes espaços coletivos?</p>
Conselho da APA e Parque fortalecido e capacitado em processos permanentes e continuados	<p>São realizadas formações em educação ambiental e outros temas com o Conselho Consultivo? As reuniões do Conselho acontecem conforme indicado no seu regimento? O Conselho está se apropriando cada vez mais das diretrizes deste PPP? O Conselho participa das atividades não obrigatórias promovidas pela Gestão da APA e Parque? As instituições membros do Conselho estão aplicando as diretrizes do PPP internamente, ou seja, no âmbito de suas próprias instituições?</p>
Número de ações e/ou produtos comunicativos/educomunicativos	<p>Quais foram os produtos construídos coletivamente no processo de educomunicação? (jornais impressos ou digitais; vídeos; podcasts; Teatro, poesias, cordel; etc.) Os produtos comunicativos/educomunicativos expressam as diferentes “vozes” da APA? Houve participação na elaboração do produto?</p>
Produtos coletivos gerados a partir do PPP	<p>Quais foram os produtos coletivos gerados? Quais os temas abordados nos produtos coletivos? Como eles foram criados?</p>
Número de parcerias estabelecidas para implementar o PPP	<p>Houve alguma parceria estabelecida formalmente a partir do PPP? Quais foram as parcerias estabelecidas a partir do PPP? Quais as ações e/ou produtos gerados com essas parcerias?</p>
Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Municipais, Estaduais e Particulares com a inclusão da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá	<p>As escolas incluíram em seus respectivos PPPs temas que se conectam diretamente com a APA e Parque Estadual Águas do Cuiabá? De que forma a APA e o Parque aparecem no PPP das escolas?</p>
Políticas Municipais de Educação Ambiental elaboradas de forma participativa	<p>Qual o número de prefeituras que elaboraram as suas respectivas políticas municipais de EA de forma participativa? Como foi o processo de elaboração das políticas municipais de EA? Quais prefeituras conseguiram instituir a política por meio de alguma normativa legal?</p>
Percepção Socioambiental da População da APA e seu entorno	<p>Foi realizado um diagnóstico de percepção socioambiental da população da APA para verificar possíveis mudanças? Quais foram as mudanças de percepção da população?</p>

A partir dos indicadores, o processo de monitoramento e avaliação do PPP deve ser realizado pela SEMA-MT com apoio do Conselho Consultivo da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e Parque Estadual Águas do Cuiabá, assumindo uma questão central: Estamos caminhando para onde queremos e planejamos, fazemos o necessário para atingir nossos sonhos, diretrizes e objetivos?

Para o monitoramento e avaliação do PPP acontecerem, sugere-se que a Gestão e Conselho Consultivo reúnam-se duas vezes por ano em reuniões extraordinárias com carga horária compatível para vivenciarem a intencionalidade pedagógica de aprofundamento sobre as concepções, fundamentos, utopias, sonhos, diagnósticos, teoria-práticas, monitoramento, avaliação e indicadores presentes neste projeto político pedagógico.

Destaca-se ainda que é necessário que o PPP seja atualizado a cada três anos aproximadamente, visto que se trata de um instrumento de política pública de educação ambiental criado para o permanente engajamento socioambiental dos atores sociais e população em busca da transição para sociedades sustentáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, L.M.S.; MACHADO, R.B. E MARINHO-FILHO, J. **A Diversidade Biológica do Cerrado. In: Cerrado: ecologia e caracterização.** EMBRAPA CERRADO. Editores técnicos Ludmilla Moura de Souza Aguiar, Amábilio José Aires de Camargo. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 17-40.
- ALVES, D.M. G. et al. **Em busca da sociedade educadora ambientalista.** AmbientalMENTEsustentable, Coruña, v. 1, nº 5, nº 9/10, p 7-35. 2010.
- BAMPI, Aumeri Carlos et al. **Des-re-territorialização e resistência Xavante.** Revista CampoTerritório, v. 12, n. 26 abr., 8 jun. 2018.
- BAMPI, A. C. ; DIEL, J. O. . **O Diálogo Educador entre Indígenas e Pedagogos(as) em Formação: uma ponte para compreender e valorizar a diversidade cultural indígena brasileira.** Tellus (Ucdeb) , v. 1, p. 9-27, 2017.
- BAUMAN, Z. **Comunidade a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de convivência.** Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athenas, 2005. 178p.
- BELLO, A. X. da S., BERTHOLINI, T.M. **Caracterização e Estudo dos Impactos das Ações Antrópicas sobre a Bacia do Rio Coxipó.** In: **II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais.** Londrina: 2011. p. 1-7. Disponível em: <<https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/VIII-010.pdf>> Acesso em: novembro de 2021
- BOSSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos.** 15a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 484p.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm).
- \_\_\_\_\_. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- \_\_\_\_\_. **Decreto Nº 4.281/02 – Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm)
- \_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Presidência da República, Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)
- \_\_\_\_\_. **ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade.** Brasília:: MMA, 2005b. 52p.
- \_\_\_\_\_. **ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental: Educação Ambiental por um Brasil Sustentável.** 5a ed. Ministério do Meio Ambiente/MMA; Ministério da Educação/MEC. Brasília: 2018. 104p.

- CABRAL, C. A. **CONFLITOS NO CAMPO, AGRONEGÓCIO E ESTADO. A Institucionalização da violência no campo e a luta por terra, por trabalho, por alimentação e pela vida.** In: **Relatório de direitos humanos e da Terra 2019.** Org.: Inácio Werner, Michelè Sato, Déborah Santos. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2019. p. 49-59.
- ECOAR. **Manual de Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Comunitário.**
- EMBRAPA CERRADO. **Cerrado: ecologia e caracterização.** Editores técnicos Ludmilla Moura de Souza Aguiar, Amábilio José Aires de Camargo. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado; Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 249 p.
- EMBRAPA. **OS SOLOS DO BRASIL.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-solos-brasileiros/solos-do-brasil>>. Acesso em: dezembro 2021
- EMBRAPA – **MONITORAMENTO POR SATÉLITE – O ESTADO DE MATO GROSSO** disponível em: <<http://www.qmdmt.cnpem.embrapa.br/714.htm>>. Acesso em: dez. de 2021
- FLORES, L. C. MACIEL, M. R. A. E ALMEIDA, S. C. **A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas.** Brasília (DF): IEB, 2016. 73p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FUNAI. **Em Mato Grosso, indígenas Bakairi protocolam projeto de agricultura sustentável.** Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/em-mato-grosso-indigenas-bakairi-protocolam-projeto-de-agricultura-sustentavel>. Acesso em: dezembro 2021.
- HIGA, Tereza Cristina Souza. **Cotidiano e Modernidade.** In: **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Org.: Moreno, Gislaene e Higa, Tereza Cristina Souza. Colaboradora: Maitelli, Gilda. Ed.: Entrelinhas, Cuiabá: 2005. 296 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PANORAMA/POPULAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em: novembro de 2021
- \_\_\_\_\_. **MAPA FÍSICO DO ESTADO DE MATO GROSSO.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[https://geofpt.ibge.gov.br/produtos\\_educacionais/atlas\\_educacionais/atlas\\_geografico\\_escolar/mapas\\_do\\_brasil/mapas\\_estaduais/fisico/mato\\_grosso.pdf](https://geofpt.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/mato_grosso.pdf)>. Acesso em: dez. de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Estabelecimentos Agropecuários e Utilização da Terra das cidades de Rosário Oeste e Nobres do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/24/76693?localidade1=510590>> Acesso em: dezembro de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Área dos Estabelecimentos Agropecuários (hectares) e Número de Estabelecimentos Agropecuários (estabelecimentos) das cidades de Rosário Oeste, Nobres Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia e Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/24/76693?localidade1=510590&localidade2=510776>> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/24/76693?localidade1=510620&localidade2=510300>. Acesso em: dezembro de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Instituições de Ensino das cidades de Rosário Oeste, Nobres Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia e Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/13/78117?localidade1=510590&localidade2=510776>> e < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/13/78117?localidade1=510620&localidade2=510300>>. Acesso em: dezembro de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Taxa de Escolarização da cidade de Rosário Oeste do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/panorama>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Taxa de Escolarização da cidade de Nobres do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nobres/panorama>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Taxa de Escolarização da cidade de Santa Rita do Trivelato do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/santa-rita-do-trivelato/panorama>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Taxa de Escolarização da cidade de Nova Brasilândia do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-brasilandia/panorama>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Taxa de Escolarização da cidade de Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/chapada-dos-guimaraes/panorama>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das cidades de Rosário Oeste, Nobres Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia e Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/13/78117?localidade1=510620&localidade2=510300>> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/40/30277?localidade1=510620&localidade2=510300>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Fundações Privadas e Sem Fins Lucrativos das cidades de Rosário Oeste, Nobres Santa Rita do Trivelato, Nova Brasilândia e Chapada dos Guimarães do Estado de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/35/29951?localidade1=510590&localidade2=510776>> e <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rosario-oeste/pesquisa/35/29951?localidade1=510620&localidade2=510300>>. Acesso em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Síntese – Território.** Disponível em: < <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>> Acesso em: outubro de 2022.

ICV - INSTITUTO CENTRO DE VIDA. **Nota Técnica Riscos Associados ao Projeto de Lei nº 591/2017 frente a PCI.** Cuiabá: ICV, 2018. 5p. Disponível em: <[https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2018/07/Nota\\_tecnica\\_APA\\_Cabeceiras\\_Cuiaba\\_2018.pdf](https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2018/07/Nota_tecnica_APA_Cabeceiras_Cuiaba_2018.pdf)>. Acesso em: novembro de 2021.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos. Brasília (DF): INCRA, 2020 (atualizado em 2021).** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acessado em: dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fase de Implantação.** Brasília (DF): INCRA, 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acessado em dezembro de 2021

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil.** Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/>>. Acessado em setembro de 2022.

ISA - INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL. – **Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá.** São Paulo: ISA, 2021. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1348> . Acesso em: julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Parque Estadual Águas do Cuiabá.** São Paulo: ISA, 2021 Disponível em: [https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2311?\\_ga=2.71690963.1920873509.1639872765-469082490.1639872765EM](https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2311?_ga=2.71690963.1920873509.1639872765-469082490.1639872765EM): Acesso em: agosto de 2021.

INTERMAT – INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO. **Projetos de Assentamentos do Estado de Mato Grosso Administrados pelo INTERMAT.** Cuiabá: INTERMAT, 2018. 7p. Disponível em:

<<http://www.intermat.mt.gov.br/documents/3124425/3910803/Projetos+de++Assentamentos+-+D.A.+INTERMAT-+Mar%C3%A7o+2018.pdf/f55f7aa9-af79-7a79-ffba-826feb77c1b5>>. Acesso em: dezembro de 2021.

- IRVING, M.A. **Reinventado a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: BARTOLO, B.; SANZOLO, D.G. E BURSZTYN, I. (org.) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2009.
- JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v.36, p.251-275, 2011.
- LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas.** 4ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 207p.
- LEITE, A. C.; BACKES, D. A. P. **O TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO: Análise das características e planos estratégicos.** In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO. IV, 2016, Rondonópolis. Anais CONASUM. Rondonópolis: UFMT, 2016. p. 01 – 19.
- MATO GROSSO. **Decreto NO 2.206, de 23 de abril de 1998.** Cria a Área de Proteção Ambiental Estadual das Cabeceiras do Rio Cuiabá no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá, p 1–8, 1998.
- \_\_\_\_\_. **LEI NO 7.161, de 23 de agosto de 1999.** Cria a Área de Proteção Ambiental Estadual Cabeceiras do Rio Cuiabá no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial de Mato Grosso. Cuiabá, p1-5, 1999.
- \_\_\_\_\_. **LEI NO 9.502 de 14 de janeiro de 2011.** Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, e dá outras providências. Diário Oficial de 10/02/2011.
- \_\_\_\_\_. **LEI NO 10.903 de 07 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e revoga a Lei Nº 7.888, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial de 10/06/2019.
- \_\_\_\_\_. **Decreto NO 4.444, de 10 de junho de 2002.** Cria o Parque Estadual Águas do Cuiabá, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, p 1–2, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Portaria NO 909, de 05 de dezembro de 2017.** Cria o Conselho Consultivo do Parque Estadual Águas de Cuiabá e da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, p 16, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Portaria NO 761, de 21 de setembro de 2022.** Reativa o Conselho Consultivo do Parque Estadual e da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá e altera a Portaria na 909, de 05 de dezembro de 2017 que “Cria o Conselho Consultivo do Parque Estadual Águas do Cuiabá e da APA Cabeceiras do Rio Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, p.12, 2022.
- \_\_\_\_\_. **GEOGRAFIA** Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/geografia>>. Acesso em: novembro 2021.
- \_\_\_\_\_. **Mato Grosso tem seis municípios entre os 50 maiores do país.** Reportagem de 31 de agosto de 2019. Disponível em: <[http://www.mt.gov.br/rss/-/asset\\_publisher/Hf4xlehM0lwr/content/id/12510415](http://www.mt.gov.br/rss/-/asset_publisher/Hf4xlehM0lwr/content/id/12510415)>. Acesso em: dez. 2021 MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O Bioma Cerrado. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>>. Acesso em: dezembro de 2021.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).** Brasília: MMA, 2015. 48p.
- \_\_\_\_\_. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** 6a ed. Brasília: MMA/SBF, 2006. 57p.
- MMA/ICMBio – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS: um guia para gestores e conselheiros.** Brasília (DF): MMA/ICMBio, 2014. 42p.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 8a ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003. 118p.
- PASQUIS, A. **Povos e biomas de Mato Grosso sob ameaças constantes.** In: Relatório de direitos humanos e da Terra 2019. Org.: Inácio Werner, Michelê Sato, Déborah Santos. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2019. p. 65-70.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES. **Aspectos Socio-econômicos de Nobres**. Disponível em: <<https://www.nobres.mt.gov.br/Municipio/Economia-do-Municipio/#:-:text=0%20munic%C3%ADpio%20de%20Nobres%20experimenta,consumo%20interno%20e%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20no>>. Acesso em: dezembro de 2021.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE. **Economia**. Disponível em: <<https://www.rosariooeste.mt.gov.br/economia>>. Acesso em: dezembro de 2021.
- RAYMUNDO, M. H. A.; BIASOLI, S.; BRANCO, E. A.; SORRENTINO, M.. **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. 1. ed. São Paulo / SP:, 2019. v. 1. 480p.
- RAYMUNDO, M. H. A; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. . **MonitoraEA: Processo Participativo para a Construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental**. In: Raymundo, M. H. A., Biasoli, S., Branco, E.A., Sorrentino, M. (Org.). Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis. 1ed.São Paulo / SP: 2019, v. 1, p. 27-41.
- RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S. **Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, Número Especial, p.337-358, 2018.
- REATTO, A. et. al. **Solos do Bioma Cerrado: aspectos pedológicos**. In: **CERRADO: Ecologia e Flora**. Editores Técnicos.: Sueli Matiko Sano, Semíramis Pedroso de Almeida, José Felipe Ribeiro. Embrapa Cerrado. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 1v. 410p.
- REIS, Sebastiana Arruda e BELLINI, Luiza Marta. **Ribeirinhos e suas representações sociais de meio ambiente sob impactos de represas na Bacia Hidrográfica dos Rios Paraná/PR e Cuiabá/MT**. FURG: Revista AMBIENTE & EDUCAÇÃO Vol 15(2), 2010. p. 155 – 176.
- RIBEIRO Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSSI, Roberto. **O Direito à Cidade**. In: Relatório de Direitos Humanos e da Terra no. 5 Org.: Werner, Inácio; Sato, Michèle; Santos, Déborah Moreira. Cuiabá (MT): Associação Antônio Vieira, 2019. p. 15 - 28
- SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. RAG 2011 – **Relatório de Ação Governamental**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. 596 p.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Estudo Retrospectivo**. 1V. Cuiabá: SEPLAN, 2012. 161 p.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Estudo Retrospectivo**. 2V. Cuiabá: SEPLAN, 2012. 99 p.
- \_\_\_\_\_. **REVISÃO DO ZSEE – MT: Zoneamento Socioeconômico – Ecológico de Mato Grosso 2018**. Caderno2: Estudo Ambiental. Org. Elaine Corsini. Cuiabá: SEPLAN, 2018. 81p.
- \_\_\_\_\_. **REVISÃO DO ZSEE – MT: Zoneamento Socioeconômico – Ecológico de Mato Grosso 2018**. Caderno 3: Estudo Social. Org. Elaine Corsini. Cuiabá: SEPLAN, 2018. 41p.
- \_\_\_\_\_. **REVISÃO DO ZSEE – MT: Zoneamento Socioeconômico – Ecológico de Mato Grosso 2018**. Caderno 4: Estudo Econômico. Org. Elaine Corsini. Cuiabá: SEPLAN, 2018. 45p.
- SORRENTINO, M. **Ambientalmente sustentável**, 2017, (I), 23-24 Educador Ambiental Popular. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Vol. 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. p.143-153.
- SORRENTINO, M. et al. **Comunidade, Identidade, Diálogo, Potência de Ação e Felicidade: fundamentos para a Educação Ambiental. Educação Ambiental e Políticas Públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Ed. Appris, 2013. 499p.

- SILVA, R.; SATO, M. **MAPA SOCIAL: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil**. Curitiba: EDUFMT, 2012. 37p.
- TASSARA, E. T. e ARDANS, O. **Mapeamentos e Diagnósticos. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol. 2 Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. 352p.
- TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. **Terra Indígena Santana**. Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3796> >. Acesso em: dezembro de 2021.
- WWF Brasil. **Efetividade de Gestão de Unidades de Conservação (RAPPAM) – MATO GROSSO**. WWF Brasil. Campo Grande, 2018. 84p.





SEMA  
Secretaria  
de Estado de  
Meio Ambiente



Governo de  
**Mato  
Grosso**



Apoio



**COPAÍBAS**  
COMUNIDADES TRADICIONAIS,  
POVOS INDÍGENAS E  
ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS  
AMAZÔNIA E CERRADO



Governos Estaduais:  
Goiás, Maranhão,  
Mato Grosso e Minas Gerais



Norway's  
International Climate  
and Forest Initiative